



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 de 01 de setembro de 2010, alterada pela IN – TCU nº 72 de 15 de maio de 2013; da DN TCU nº 127/2013 de 15 de maio de 2013 (com alterações da DN TCU 129/2013); da Portaria TCU nº 175/2013, de 9 de julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria 133/2013 de 18 de Janeiro de 2013;

Recife-PE/ 2014

Sumário

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	18
1. Item 1 - Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões Compõem o Relatório	18
1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual	18
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	19
1.3. Organograma Funcional	21
1.4. Macroprocessos Finalístico	25
1.4.1. Diagnóstico Animal:	25
1.4.2. Microbiologia de Alimentos e Água	26
1.4.3. Físico Química Vegetal e Animal	26
1.4.4. Sementes	27
1.5. Macroprocessos de Apoio.....	27
1.6. Principais Parceiros	28
2. Item 2 - Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados.....	29
2.1. Planejamento da unidade:	29
2.1.a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;	29
2.1.b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;	31
2.1.c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.....	32
2.2. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade.	33
3. Item 3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	34
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	34
3.2 Sistema de Correição	35
3.3 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos...	35
4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	35
4.a) Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	35
4.1. Execução das despesas	36
4.2. Realização da Despesas	38
4.3. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	38
4.4. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	40
4.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	41
4.6. Suprimento de Fundos	42
4.6.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	43
4.6.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	43
4.6.3. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	44
5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	44
5.a) Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.	45
5.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	45

5.1.1.Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	45
5.1.1.1Lotação	45
5.1.2.Qualificação da Força de Trabalho	46
5.1.2.1Estrutura de Cargos e de Funções.....	46
5.1.2. 2Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	47
5.1.2. 3Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	48
5.1.3.Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	49
5.1.4.Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	49
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	49
5.2.1.Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	49
5.2.2.Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	50
5.2.3.Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	50
5.2.4.Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	51
5.2.5.Composição do Quadro de Estagiários	51
6. Parte A, Item 6, Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	51
6.a) Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	51
6.1.Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	52
7.Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	53
7.1.Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	53
7.1.1.Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	53
7.1.2.Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	53
8.Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	54
8.1.Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	54
8.2.Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	54
8.2.1.Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	54
8.3.Tratamento de Recomendações do OCI	55
8.3.1.Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	55
8.3.2.Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	58
8.4.Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	60
8.4.1.Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	60
8.4.2.Situação do Cumprimento das Obrigações	60
8.5.Alimentação SIASG E SICONV	60
9.Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	61
9.1.Relacionamento com a Sociedade	61
9.2.Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	61
9.3.Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.....	61

9.4.Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	62
10.Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	62
10.1.....Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	63
10.2.Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	63
10.3.Declaração Plena	63
11.Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	64
11.1.Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	64
12.ANEXOS	66
ANEXO A	66
1- PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA-2013	66
ANEXO B	69
TERMO I - TERMO COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITO n° 003	69
TERMO II - TERMO COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITO n° 004.....	70
ANEXO C	71
Quadro XXII- Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	71
ANEXO D	73
MANDADO DE INTIMAÇÃO DE JURADO – EVA MARIA FRUTUOSO.....	73
ANEXO E.....	74
Tabela 1- Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136	74
ANEXO F	77
Tabela 2 - Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132	77
ANEXO G	80
Tabela 3 - Percentual de Métodos Validados entre os Demandados.....	80
ANEXO H	82
Tabela 4 - Percentual de Auditorias Realizadas no Prazo	82
ANEXO I.....	83
Tabela 5 - Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/PE, por Elemento de Despesa.	83
ANEXO J	84
TERMO III - TERMO DE COOPERAÇÃO n° 001.....	84
TERMO IV- TERMO DE COOPERAÇÃO n° 002.....	85
ANEXO K	86
TERMO V- MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO.....	86
ANEXO L.....	87
2- PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA - 2014	87
ANEXO M	89
Quadro XXIII – Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Critério de Movimentação	89

ANEXO N	90
Quadro XXIV - Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	90
ANEXO O	91
MEMORANDO CIRCULAR N° 08/2014 - LANAGRO/PE	91
ANEXO P	92
DIARIO OFICIAL DA UNIÃO N°238, 9 DE DEZEMBRO DE 2013	92
ANEXO Q	93
Quadro XXV - Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de Serviços de Limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	93
ANEXO R	94
Quadro XX - Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	94
ANEXO S	95
OFICIO N°539/2013 - GR.....	95
OFICIO N°646/2013 – LANAGRO/PE.....	96
OFICIO N°041/2013 – GR	97
OFICIO N°305/2012-GR.....	98
OFICIO N°481/2013 - GR.....	99
OFICIO N°486/2013 - GR.....	100
ANEXO T.....	101
Quadro XXVII - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	101
ANEXO U	103
Email de indicação de servidor para reunião da Rede de Articulação A3P	103
Convite reunião da Rede de Articulação A3P.....	104
ANEXO V	105
MEMORANDO 317/2013 - COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE.....	105
CONTROLE DE ENTREGA DE ACESSO OU SIGILOSO IMPOSTO RENDA EXERCÍCIO 2013	107
ANEXO W	108
Declaração I - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	108
ANEXO X	109
Email – resposta ao Memo 074/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE	109
Cont. Email – resposta ao Memo 074/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE	110
ANEXO Y	111
Declaração II - DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	111
ANEXO Z.....	112
CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO PROGRAMA/AÇÃO	112

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

Quadro I - Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	18
Figura 1- Organograma Funcional.....	21
Figura 2- Mapa Estratégico criado pela CGAL para a Rede Lanagro	29
Quadro II - Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	36
Quadro III – Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Critério de Movimentação	40
Quadro IV - Quadro A.4.3 - Restos a pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	42
Quadro V - Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	43
Quadro VI - Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	43
Quadro VII - Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	44
Quadro VIII - Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	45
Quadro IX - Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	46
Quadro X - Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	47
Quadro XI - Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12	48
Quadro XII - Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	49
Quadro XIII - Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	50
Quadro XIV - Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de Serviços de Limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
Quadro XV - Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra ...	51
Quadro XVI - Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários	51
Quadro XVII - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	53
Quadro XVIII - Quadro A.9.1.1 – Cumprimento dos TCU atendidas no exercício	55
Quadro XIX - Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	56
Quadro XX - Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	57
Quadro XXI - Quadro A.9.2.1 -Relatório das Recomendações do OCI	57
Quadro XXII Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	58
Quadro XXIII - Quadro A.9.2.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.	59
Quadro XXIV - Quadro A.9.2.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.	59
Quadro XXV - Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	60
Quadro XXVI - Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	64
Tabela 1- Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136.....	74
Tabela 2 - Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132.....	77
Tabela 3 - Percentual de Métodos Validados entre os Demandados	80
Tabela 4 - Percentual de Auditorias Realizadas no Prazo.....	82

Tabela 5 - Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/PE, por Elemento de Despesa.	83
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT - Agência Brasileira de Normas Técnicas
ADAGRO - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica
AHVLA - Animal Health and Veterinary Laboratories Agency
AIE - Anemia Infecciosa Equina
ASGP - Apoio ao Setor de Gestão de Pessoas
CAC - Comitê de Avaliação de Processos de Contratação
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGDP - Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGE - Comissão de Gestão Estratégica
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CJU/PE - Consultoria Jurídica da União no Estado de Pernambuco
CLAE-FL - Cromatografia Líquida de Alta Eficiência com Detector de Fluorescência
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CPB - Controle de Produtos Biológicos
CPD - Centro de Processamento de Dados
DAD - Divisão Administrativa
DAS - Direção de Assessoramento Superior (Gratificação)
DN - Decisão Normativa
DNA - Ácido Desoxirribonucléico
DOU - Diário Oficial da União
EET - Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
EMBRAPA - Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
FAPAS - Proficiency Testing
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
Há – Hectare
HPLC - High-Performance Liquid Chromatography
ICP/MS - Espectrômetro de Emissão por Plasma
IEC - Internacional Electrotechnical Commission
IFES - Instituição federal de Ensino Superior
IN - Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTA - Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
ISO - Internacional Organization for Standardization
LACEN/PE - Laboratório Central no Estado de Pernambuco
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME - Mapa Estratégico
PE – Pregão Eletrônico
PO - Plano Operativo
POA - Plano Operativo Anual
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SIPLAN - Sistema Integrado para Planejamento e Orçamento
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UGQ - Unidade de Gestão da Qualidade

Introdução:

O presente relatório atende a DN nº127/2013, (com alterações da DN TCU 129/2013) de 15 de maio de 2013 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN-TCU 72, de 15 de maio de 2013.

A Portaria-TCU nº 175/2013, de 09 de julho de 2013, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013 e, as Orientações Técnicas Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão constantes na Portaria n 133/2013, de 18 de janeiro de 2013, divulgada pela CGU, também foram seguidas na elaboração deste Relatório de Gestão.

Não apresentamos os itens do Anexo II da DN-TCU nº127, de 15 de maio de 2013 abaixo relacionados porque não se aplicam a realidade desta UJ e/ou apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício em tela:

- ✓ Parte A, **item 7**, a área de TI é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Citamos como uma **observação relevante** que a Tecnologia da Informação desta UJ é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esta UJ atende a IN nº4 de 04/11/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que preconiza os procedimentos processuais de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal, onde esta UJ tem que se limitar as determinações da CGTI, e a mesma não possui estrutura de pessoal para atender a contento as solicitações demandadas, acarretando em lentidão aos trâmites dos processos. Vale ressaltar que temos um setor de apoio onde os colaboradores estão lotados conforme o Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

1. Principais realizações da gestão no exercício em tela:

1.1 Atendimento as solicitações da CGU-PE

- 1.1.1 Este Lanagro respondeu prontamente a Nota Técnica nº 34.931 da CGU-PE encaminhada através do Ofício de nº 32.068/2013/AUD/CGU-Regional/PE de 21 de outubro de 2013, onde solicita as providências referentes ao atendimento quanto à implementação das recomendações constante no Relatório nº 201203368. A resposta desta UJ foi através do Ofício 728/2013 datado de 26 de dezembro de 2013;
- 1.1.2 A CGU apresentou documento de acompanhamento permanente dos gastos, através do Ofício nº 32.636 /AUD/CGU-Regional/PE de 25 de outubro de 2013 onde elenca alguns itens do PE-40/2013. Esta UJ em 30/10/2013 através do Ofício nº575/2013 apresenta sua resposta;
- 1.1.3 A CGU através da Solicitação de Auditoria nº2013.505/002 de 29/10/2013 fez algumas indagações referentes ao PE-41/2013. Respondemo-las em 31/10/2013 através do Ofício 579/2013;
- 1.1.4 A CGU em 01 de novembro, através de e-mail encaminhou um quadro para avaliar os controles internos administrativos relacionados à Gestão dos Editais de Licitação, o qual foi respondido pelo Ofício nº601/2013 de 06 de

novembro de 2013;

1.1.5 Através da Solicitação de Auditoria nº2013.505/003 datada de 05/11/2013 recebemos questionamentos referentes ao Edital do PE-42/2013 respondido através do ofício nº 603/2013 de 06 de novembro de 2013.

1.1.6 Estes esclarecimentos todos evidenciados nos documentos acima não serão anexados pelos volumes dos mesmos, e os documentos já estão de posse do Órgão de Controle Interno, consideramos, assim, desnecessários.

1.2 Entrega do relatório de Gestão de 2012

1.2.1 O referido Relatório foi entregue em tempo hábil e não houve nenhuma ressalva.

1.3 Controle das Ações Internas:

1.3.1 Consideramos as reuniões administrativas e técnicas como ações internas de controle e acompanhamento das atividades. A alta administração elabora um cronograma de realização das mesmas, encaminhando-o aos seus respectivos públicos alvo, e cumprindo-o integralmente.

1.4 Concurso Público:

1.4.1 A autorização para realização de concurso público foi publicada através da portaria nº 327/2013-MPOG. Sendo esta uma demanda fortemente evidenciada por ocasião da Tomada de Contas 2011, desta UJ. Diante disso a Coordenação registrou, exaustivamente, através de documentos enviados ao órgão Central a enfática necessidade de realização do mesmo para as áreas técnica e administrativa, objetivando a substituição dos colaboradores terceirizados. Consideramos exitoso todo o esforço despendido, uma vez que em 21 de janeiro de 2014 o Edital do referido concurso foi publicado.

1.5 Treinamentos

1.5.1 A CJU – PE disponibilizou diversas vagas para esta UJ, na área administrativa com eventos bem dirigidos com temas, tais com: Sistema de Registro de Preço, Licitações Sustentáveis, Repactuação de Reajustes, dentre outros. A UJ participou deste evento indicando diversos colaboradores, cujos quais obtiveram aproveitamento muito bom com a verificação da otimização nas tarefas desempenhadas. Esta UJ acompanha a multiplicação dos treinamentos efetuados através de repasse com o público alvo pertinente;

1.5.2 Em relação Área Técnica foi realizado um treinamento para implantação da técnica de E. Coli O157: H7 promovido pelo Órgão Central com participação de Técnicos desta UJ, com a finalidade de iniciar o Programa de Controle do Governo Brasileiro, e tendo como objetivo a detecção, isolamento e identificação do Microrganismo acima mencionado em produtos cárneos in natura;

1.6 Atualização Científica

1.6.1 Esta UJ possui em seu corpo técnico, Fiscais que são convidados para apresentarem palestras em diversos Estados da Federação, como por exemplo, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina... E neste mister vale salientar a FFA Vânia Lúcia de Assis Santana, que na enfermidade denominada Mormo, vem contribuindo de sobremaneira para a normatização e implantação na rotina da técnica de *Western Blotting*.

1.7 Missões Estrangeiras

1.7.1 Esta UJ recebeu Missão Americana em 18.02.2013, que veio com a comitiva de cinco inspetores dos EUA para auditar os laboratórios de Encefalopatias

Espongiformes Transmissíveis e o de Diagnóstico Viroológico (Diagnóstico de Febre Aftosa). Um fator relevante que as Missões observam é a participação de técnicos em Ensaio de Proficiência. Esta fundamental premissa foi evidenciada com os servidores do Laboratório de Encefalopatias, com suas participações com Provedores Internacionais.

- 1.7.2 O relatório da Missão acima mencionada foi recebido em abril de 2013, este documento foi alvo de uma reunião com os técnicos envolvidos onde se deu ênfase aos tópicos pertinentes ao LANAGRO/PE.

1.8 Manutenção como Provedor de Ensaio de Proficiência.

- 1.8.1 O laboratório de Microbiologia de Alimentos deste LANAGRO é provedor de Ensaio de Proficiências. A manutenção deste evento requer um acompanhamento específico para não faltar às condições mínimas de execução de todas as rodadas anuais planejadas (em torno de duas). É um anseio da Unidade para o exercício de 2014 a implantação da NBR ISO/IEC nº17043, que normatiza as ações dos provedores de Ensaio de Proficiências.

1.9 Participação em Ensaio de Proficiência

- 1.9.1 Os ensaios de proficiência têm como finalidade comprovar a segurança analítica das unidades participantes. A busca de provedores internacionais na área de Diagnóstico é muito difícil e se não houver forte interesse dos técnicos isto não se concretiza. Vale mencionar que a Gestão observa este interesse dos seus técnicos, dando grande credibilidade à Instituição. No exercício em tela a participação de Laboratórios desta UJ está apresentada no [ANEXO A.](#)
- 1.9.2 No exercício em análise (2013), comparando-se a 2012, observa-se o aumento significativo da participação em ensaios de proficiência. Vale ressaltar que a administração já apresenta ferramentas pertinentes de elaboração dos processos de contratação, como também de facilitar a liberação alfandegária através de contrato com despachante aduaneiro.

1.10 Validações

- 1.10.1 Esta UJ tem cerca de 42% de métodos validados, em relação aos escopos demandados. Isto requer tempo e capacitação dos técnicos que, em determinados momentos precisam interromper a rotina em função de atender este objetivo.
- 1.10.2 Além dos métodos validados no desempenho das atividades podem-se utilizar métodos Normalizados (ISO IEC 17.15:2005), estes são métodos de reconhecimento internacional, utilizados por Órgãos de Referência e rotineiramente são submetidos a ensaios de proficiência ou alguns itens da validação como repetibilidade e/ou reprodutibilidade para garantir o desenvolvimento do mesmo no Laboratório.
- 1.10.3 Neste exercício foram validados 35 métodos, totalizando 249 métodos validados.

1.11 Divulgação da Dotação Orçamentária

- 1.11.1 No primeiro trimestre do exercício em tela, foi dado conhecimento a todos os servidores desta UJ do Plano Operativo do ano em análise, onde foram discutidas as metas e os recursos financeiros pertinentes;

1.12 ABIN

- 1.12.1 O Lanagro-PE por ter sido o Laboratório onde foi diagnosticado o primeiro caso no Brasil da enfermidade vulgarmente denominada “Vaca Louca”-Enfermidade Espongiforme Transmissível, foi da REDE LANAGRO, o escolhido para iniciar o trabalho realizado pela ABIN cujo objetivo foi implantar o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível – PNPC através de prévias auditorias.
- 1.12.2 A implantação do programa consistiu em apresentar os objetivos do mesmo, realizar auditorias *in loco* com enfoque na proteção de material biológico, documental e tecnologia da informação e comunicação. Este trabalho foi realizado na Área Técnica (Microbiologia de Alimentos, Virologia, Bacteriologia, Encefalopatias e Recepção de Amostras) e Administrativa (Setor de Apoio à Tecnologia da Informação e Setor de Conformidade Documental). Os setores participantes apresentaram trabalhos de grupo aos técnicos envolvidos para viabilizar a notoriedade da informação objeto de segurança nacional. O Relatório Final da Auditoria da ABIN será aplicado naquilo que for possível em 2014. A divulgação de uma informação desse porte com grande impacto no agronegócio brasileiro, envolvendo também grandes cadeias produtivas, requeria um sigilo apropriado.

1.13 Sistema de Gestão da Qualidade

- 1.13.1 A unidade de Gestão da Qualidade manteve o cronograma de auditorias internas no SGQ desta UJ, cujo objetivo é analisar e avaliar as Não Conformidades apresentadas para as suas devidas correções em prazos, em comum acordo, definidos. Este trabalho visa harmonizar a qualidade analítica aferindo o desempenho técnico e administrativo das áreas;

1.14 Otimização da Rede Elétrica

- 1.14.1 Esta UJ vinha sentindo a necessidade de um estudo técnico específico para a parte elétrica. Contratamos através de uma Licitação o referido estudo para que registrasse os parâmetros elétricos da rede de baixa tensão com o levantamento de toda a carga elétrica instalada. Este estudo servirá para, em etapas, irmos adequando o funcionamento do Laboratório que possui uma gama enorme de Unidades Analíticas que dependem de um fornecimento adequado de energia elétrica para o seu funcionamento. Com base neste estudo, no final de 2013 foi adquirido um novo Grupo Gerador que será incorporado aos dois geradores já existentes. Estes eventos elétricos só são executados porque esta UJ tem a colaboração constante de um servidor Engenheiro Eletricista lotado no Lanagro-MG.

1.15 Termo de Cooperação

- 1.15.1 Esta UJ vem envidando esforços extenuantes para formalizar Termos de Cooperação com os Órgãos do Estado de Pernambuco (ADAGRO e LACEN), os colaboradores disponibilizados a este Lanagro para execução de atividades técnicas, desenvolvem-nas sem que incida nenhum aporte de recursos financeiros para despesas de pessoal e sem vínculo empregatício com a UJ. O objetivo destes Termos é otimizar a execução e trabalhos técnicos específicos de Laboratório onde esta UJ apresentará ausência de pessoal. Neste exercício consideramos um avanço a tramitação dos referidos processo, e a expectativa é que os mesmos sejam formalizados no exercício de 2014.

1.16 Biologia Molecular

1.16.1 Esta UJ já se sentia defasada por não ter implantado a técnica de PCR – Reação em Cadeia de Polimerase na área de Diagnóstico Animal, por ser esta uma ferramenta fundamental para elucidar determinados diagnósticos. Para implantar esta técnica requeríamos um espaço apropriado para estabelecer o fluxo adequado objetivando evitar contaminações cruzadas. Este espaço denominado Laboratório de Biologia Molecular, entregue em fevereiro do exercício em tela, já se encontra em perfeito funcionamento com técnicos treinados, equipamentos adquiridos, portanto entrando em breve na rotina.

1.17 Participação em Reunião com Exmo. Senhor Ministro do MAPA

1.17.1 Em setembro de 2013 esta UJ participou de uma reunião que contou com a presença do Exmo. Senhor Ministro do MAPA, onde foi discutida a efetiva liberação de um montante considerável de recurso financeiro, com o comprometimento de cada Coordenador aplicar o valor atribuído a sua Unidade e para esta UJ coube o valor de R\$ 4.900.000,00 em investimento.

1.18 Descarte de Resíduos

1.18.1 De maneira elementar pode-se considerar que o descarte de resíduos químicos é uma tarefa de execução fácil, no entanto, isto se constitui em uma estrutura organizada que envolve separação e classificação dos mesmos e meio de transporte adequado. No exercício em tela esta UJ conseguiu através de processo Licitatório a retirada de cinco toneladas deste tipo de resíduo e com o conhecimento já adquirido, para 2014 já está planejado o descarte de mais algumas toneladas.

1.19 Processo Judicial – Certame licitatório (Processo Mobiliário – Cadeiras Empilháveis)

1.19.1 Através do Pregão Eletrônico nº15/2009, esta UJ licitou mobiliário (cadeiras empilháveis) para o Refeitório. O fornecedor apresentou proposta atendendo ao Edital, no entanto não entregou o item licitado dentro das especificações. Após os entraves burocráticos na tentativa sem êxito de resolver esta pendência com a empresa, remetemos o processo à CJU/PE e a mesma foi favorável a nossa intenção de cancelamento da nota de empenho. Após este fato a empresa entrou com um processo (5001144-42.2010.404.7107/RS) contra a União junto à Justiça Federal do Rio Grande do Sul, objetivando desconstruir a decisão administrativa que cancelou as Notas de Empenho. Por diversas vezes encaminhamos expedientes ao Procurador responsável por este caso para que providências fossem tomadas no sentido de imprimir celeridade a tramitação do processo, tamanho estava sendo os prejuízos decorrentes desta ação, os quais eram: a ocupação de espaço físico que deveria ser destinado à ampliação do Laboratório, otimização dos fluxos das atividades, entre outras, além da impossibilidade de realizar nova aquisição até que este processo fosse transitado em julgado.

1.19.2 Em 24/09/2013 o Juiz Federal daquela Comarca decidiu improcedente o pleito da empresa e proferiu sua sentença favorável ao LANAGRO, ordenando a retirada das cadeiras, que por sua vez aconteceu no dia 12/12/2013. Consideramos este feito plenamente positivo, pois com Ito reaproveitamos o espaço que estava sendo ocupado pelas cadeiras, além de realizar o certame licitatório para aquisição de cadeiras que pudessem

fornecer melhor qualidade de conforto e bem-estar aos nossos colaboradores.

2. Principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos no exercício em tela:

2.1 Liberação de Recursos

- 2.1.1 A liberação de recursos financeiros em um montante de aproximadamente seis milhões de reais em investimento, somente no dia nove de dezembro de 2013, causou um grande transtorno para aplicação dos mesmos e neste mister vale salientar a grande parceria que esta UJ tem com a CJU/PE que agilizou a análise dos processos viabilizando a aplicação de 66%, além do grande envolvimento do pessoal administrativo para conseguir tal feito.

2.2 Pessoal

- 2.2.1 Esta UJ não possui nos seus quadros nenhum Engenheiro Civil, isto constitui um grande obstáculo para a execução das obras onde este profissional é de necessidade premente. Para minimizar a situação esta UJ lança mão de um profissional desta categoria lotado na SFA-PB. O mesmo vem atendendo a contento e, para o seu deslocamento, a instrução que limita o número máximo de diárias por servidor ao número de quarenta, conduz a uma burocracia desgastante para uma liberação após este número, uma vez que o servidor mencionado atende outras unidades da federação.
- 2.2.2 O número de servidores do quadro é insignificante para atender a contento as atividades de uma instituição deste porte, conforme pode ser verificado através do montante aplicado no exercício em tela.
- 2.2.3 Vale mencionar como dificuldade a função de pregoeiro que consideramos que para exercer tal função deve ser um funcionário devidamente qualificado, com noções de direito administrativo, com capacidade de manter diálogo com argumentações seguras durante todo o certame licitatório e, este perfil não se encontra fácil devido a as especificidades das tarefas. Esta UJ padece deste problema por ter um número insuficiente de servidores com o perfil requerido;
- 2.2.4 Não é permitido aos terceirizados ter senha para acesso aos Sistemas utilizados pela UJ, por este impedimento, não podemos deixar mencionar a grande dificuldade na execução das atividades, tornando-se um entrave.

2.3 Treinamento no Exterior

- 2.3.1 A qualificação de profissionais técnicos de uma instituição com a especificidade de um laboratório requer nivelamento com Organismos de Referência Internacional. Neste exercício com processos devidamente instruídos e justificados não tivemos êxito na liberação dos profissionais indicados para capacitação no exterior onde o intercâmbio técnico era de fundamental importância uma vez que, os conhecimentos no país encontram-se esgotados.

2.4 Fiscal de Contrato

- 2.4.1 A exigência legal para cumprirmos a indicação de servidores do quadro para fiscalizar contratos é um grande obstáculo, pois não temos servidores em número suficiente e com a competência devida para exercer tal função. Somos cientes que o Art. 67 da Lei 8666/93 ampara a contratação de profissionais que auxiliem nesta tarefa, porém esta não é a solução devido ao

grande número de contratos que esta instituição possui.

2.5 Laboratório de Nível Biosseguro

- 2.5.1 A inexistência de um laboratório com nível de segurança denominado NB 4-Plus vem causando transtorno uma vez que impacta no aumento de atividades de virologia que exigem tal nível de segurança, principalmente no caso deste Lanagro onde a região nordeste ficou livre de febre aftosa com vacinação e há a iminência da região ficar livre também da enfermidade denominada Peste Suína Clássica.

2.6 Sistema de Gestão a Qualidade

- 2.6.1 Apontamos como dificuldade neste exercício não ter viabilizado o contrato para auxiliar na implantação do Sistema de Qualidade na Administração. Isto é um reflexo do número insuficiente de pessoal administrativo para que todos os processos sejam instruídos.

2.7 Ponto Eletrônico

- 2.7.1 O Sistema de Controle de frequência dos servidores públicos na modalidade atual constitui um obstáculo para administração. A implantação do Ponto Eletrônico Biométrico constituiria a indispensável otimização do processo para tornar o mesmo eficiente.

2.8 Regimento Interno

- 2.8.1 O Regimento Interno vigente em sua prática de utilização apresenta uma série dificuldades para ser seguido, como um exemplo de distorção impactante o fato deste Lanagro não possuir, como os demais Lanagros a exceção do Pará, uma Divisão Administrativa, tendo sido contemplado apenas com um Serviço de Apoio Administrativo. Esta situação já foi objeto de várias reuniões e um novo Regimento já está sendo elaborado, faltando apenas a sua publicação o que esperamos que ocorra em meados de 2014.

2.9 Insucessos de Sistemas Digitais

- 2.9.1 O insucesso na aquisição dos Sistemas de Informática, denominado LIMS e o DOCNIX que viabilizariam ferramentas que garantem a otimização dos controles e planejamento das metas e cumprimento de tarefas, causa frustração, visto que com estes haveria uma padronização de informações entre todos os Laboratórios da Rede.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Item 1 -Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões Compõem o Relatório (Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual

(Parte A, item 1, subitem 1.1.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro I - Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Recife			
Denominação abreviada: Lanagro-PE			
Código SIORG: 72219	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta – Unidade descentralizada do MAPA			
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual, Municipal.			Código CNAE 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(081)34416311	(081)32688834	(081)34416477
Endereço eletrônico: lanagro.gab.pe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N – Dois Irmãos CEP -52.171-030 – Recife/PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005 substituído pelo Decreto 7.127, de 04 de março de 2010; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 11.653, de 7 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Instrução Normativa nº24 de 08 de setembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 20/09/2005, Seção 1, Página 11. Aprova o Manual Operacional de Bebidas e Vinagres. -Instrução Normativa nº 28 de 27 de julho de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 31/07/2007, Seção 1, Página 11. Aprova os Métodos Analíticos Oficiais para Fertilizantes Minerais, Orgânicos, Organo-Minerais e Corretivos, disponíveis na Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA/MAPA, na Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI e no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. -Instrução Normativa nº 45 de 15 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 07/07/2004, Seção 1, Página 7. Aprova as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - A.I.E. -Instrução Normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 20/09/2002, Seção 1, Página 13. Aprova os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru, Refrigerado e seu Transporte a Granel. -Instrução Normativa nº 62 de 26 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18/09/2003, Seção 1, Página 14. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais para Análises Microbiológicas para Controle de Produtos de Origem Animal e Água. -Instrução Normativa nº 68 de 12 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 14/12/2006, Seção 1,Página 8. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais Físico-Químicos, para Controle de Leite e Produtos Lácteos, em conformidade com o anexo desta Instrução Normativa, determinando que sejam utilizados nos Laboratórios Nacionais Agropecuários. -Portaria nº 1 de 07 de outubro de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/1981, Seção 1, Página 19381. Aprovar os Métodos Analíticos para Controle de Produtos de Origem Animal e seus Ingredientes, constituindo-se em Métodos Microbiológicos e Métodos Físicos e Químicos.			

-Portaria nº 84 de 19 de outubro de 1992, publicado no Diário Oficial da União de 22/10/1992, Seção 1, Página 14874. Aprova as Normas de Credenciamento e Monitoramento de Laboratórios de Anemia Infecciosa Equina. -Portaria INMETRO nº 005 de 12 de janeiro de 2006. Aprovar o Regulamento Técnico Metroológico estabelecendo critérios para determinação do peso líquido em pescado, moluscos e crustáceos glaciados. -BRASIL. Manual Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT. -Brasília: Departamento de Defesa Animal, SDA, MAPA. Outubro 2003. 130p. - Regras para análise de sementes/ Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 395p. Glossário ilustrado de morfologia / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 406p. : Il. Color; 21 cm. -Manual de Análise Sanitária de Sementes / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 1. ed., 1. reimpr. Ver. e atual. - Brasília: MAPA/ACS, 2009. 200p -Regimento Interno (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Portaria nº 104 de 18 de abril de 2006). - Instrução Normativa nº57 de 11 de dezembro de 2013 que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de Laboratórios pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. -Instrução Normativa nº50 de 24 de setembro de 2013 que altera a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de Defesa Animal - Manual da Qualidade do Lanagro-PE com data de emissão de 21 de outubro de 2010.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFE da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130016	00001

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

(Parte A, item 1, subitem 1.2 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Esta UJ é regida pela Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006 que aprova o Regimento Interno dos Laboratórios Nacionais Agropecuários. Regimentalmente aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, competem:

Promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em especial:

- I - realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;
- II - realizar análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico;
- III - garantir a implantação e implementação:
 - a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e,
 - b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;
- IV - promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;
- V - implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria Executiva, do Ministério:
 - a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

- b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e,
- c) execução de atividades de administração geral.

A finalidade desta UJ é primordialmente garantir a segurança alimentar dos consumidores no que diz respeito à inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários, e promover a sanidade animal e vegetal atendendo aos programas do governo específicos de vigilância, fiscalização e controle.

Enfatizamos que o LANAGRO/PE está diretamente inserido no PPA 2012-2015 no Programa 2028 – Defesa Agropecuária no seu Objetivo 0367, que é ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área de Defesa Agropecuária, em suas iniciativas 0136 (Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários), 0137 (Implantação de Sistema de Gestão Laboratorial), e 0139 (Mapeamento, identificação de demanda e capacidade instalada dos laboratórios de apoio vegetal e animal no Brasil).

O cliente direto desta UJ é a SDA, em suas ações de defesa dos rebanhos e lavouras brasileiras, além da certificação dos produtos agropecuários ofertados no mercado nacional e internacional.

Indiretamente, o público alvo envolve indústrias fabricantes de produtos de uso veterinário, estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal sob Inspeção Federal, indústrias fabricantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes, estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, produtores de sementes, embaladores e produtores de produtos vegetais sob Inspeção Vegetal, produtores rurais como agentes e consumidores, laboratórios credenciados para diagnósticos de doenças dos animais e vegetais, laboratórios credenciados para prestação de serviços de ensaios analíticos de produtos de origem animal e vegetal, importadores e exportadores de produtos agropecuários.

1.3. Organograma Funcional

(Parte A, item 1, subitem 1.3 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.).

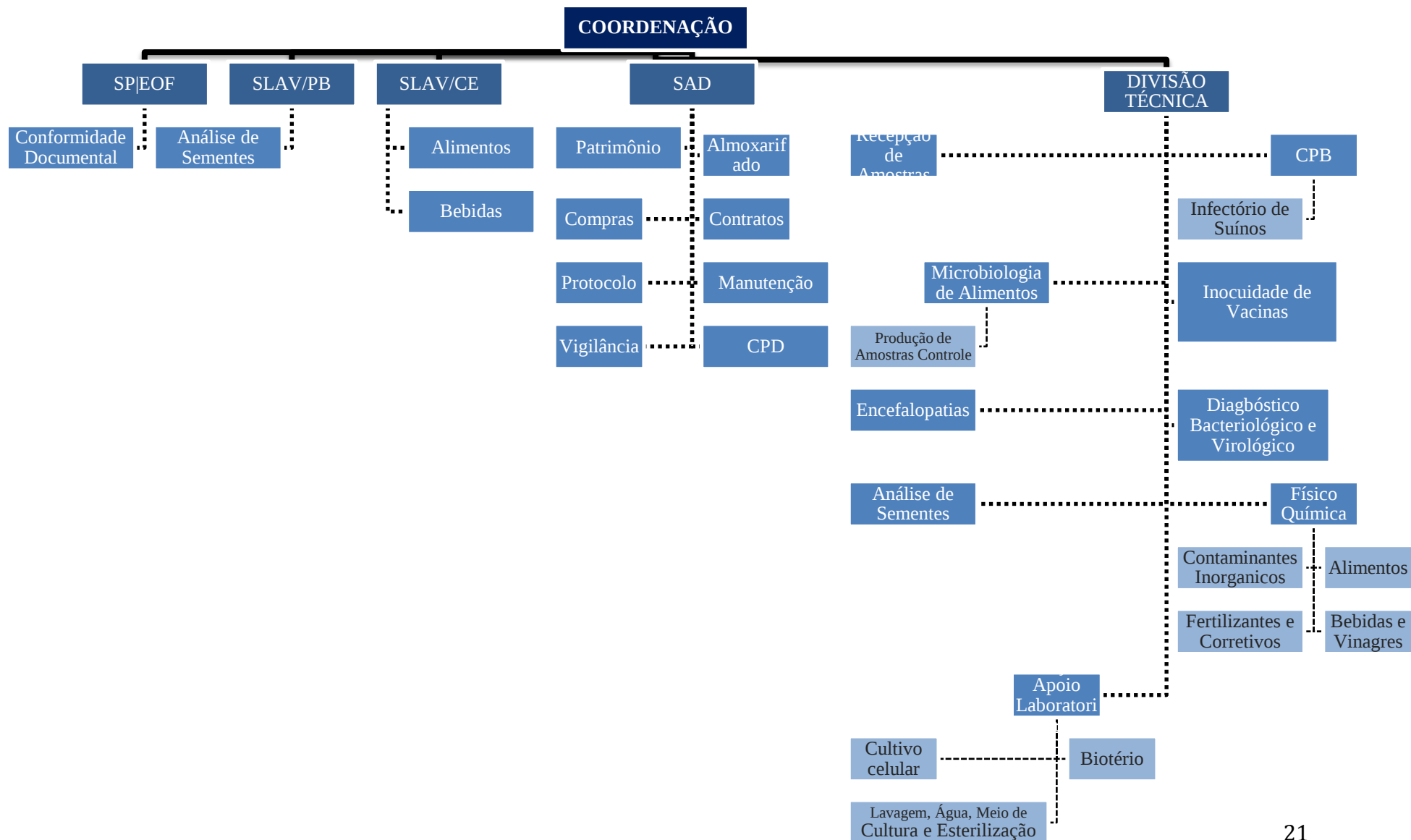


Figura 1- Organograma Funcional

As competências funcionais existentes no final do exercício de 2013 são as mesmas existentes no exercício anterior, pois, são regimentais. Portanto não há modificações a serem apresentadas, por isto elencamos as mesmas, dentro da objetividade requerida na condução deste Relatório.

Apesar de não está contemplado no fluxo acima apresentado, no desenvolvimento das suas atividades esta UJ, buscando melhor gerenciar suas áreas fez algumas modificações no seu fluxo funcional em relação ao regimento e, estas distorções serão sanadas quando da publicação da nova versão do Regimento Interno:

1. **Supressão do SLAV-CE** desativado em 2011;
2. **Criação da Unidade de Gestão da Qualidade** em razão deste Lanagro ser Acreditado pelo INMETRO, e este patamar dificilmente seria atingido sem uma unidade com esta especificidade e, por fim;
3. No **SLAV-PB**, temos um Laboratório de Sementes, e estamos na fase de finalização da implantação de um Laboratório de Fitossanidade um ao longo do exercício 2013 foram adquiridos insumos, equipamentos indispensáveis a esta finalidade, e executada uma pequena adequação no espaço físico. Somos do parecer que este Laboratório entrará em rotina em meados de 2014.

Competências dos macroprocessos do organograma funcional:

COORDENAÇÃO DO LANAGRO-PE:

- I. Planejar e coordenar a execução das atividades Lanagro - PE;
- II. Aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais;
- III. Elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas;
- IV. Apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas;
- V. Emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial;
- VI. Autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço;
- VII. Instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
- VIII. Praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;
- IX. Autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
- X. Praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente;
- XI. Promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial;
- XII. Elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial e;
- XIII. Exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos Lanagros/MAPA em que estiverem localizados.

Subordinado a Coordenação deste Lanagro existe uma Divisão e quatro Serviços aos quais competem:

DIVISÃO TÉCNICA:

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. Acompanhar a realização de análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial;
- III. Assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de laboratórios;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA; e,
- V. Orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

A **Divisão Técnica** tem sob sua subordinação doze unidades analíticas¹ e quatro áreas de apoio². Todas as unidades técnicas têm como produto final a emissão de laudos/certificados. E, quanto aos produtos da área de apoio, se refere ao atendimento a insumos demandados pelas áreas analíticas.

Todas as **unidades analíticas** sob a subordinação da Divisão Técnica Laboratorial têm Responsáveis Técnicos (RT) aos quais, regimentalmente compete:

- I. Promover a execução das atividades sob suas responsabilidades;
- II. Emitir laudos referentes aos resultados analíticos laboratoriais;
- III. Diagnosticar doenças dos animais e pragas dos vegetais;
- IV. Instruir processos técnico-administrativos;
- V. Elaborar relatórios operacionais; e,
- VI. Emitir certificados e demais documentos definidos em regulamentos e manuais operacionais.

Quanto à **área de apoio** que atende aos insumos demandados pelas áreas analíticas compete:

I - produzir e manter:

- a) animais e vegetais de experimentação laboratorial; e,
- b) meios de cultura, soluções e reagentes, de acordo com a demanda, tratamento e controle da água utilizada nas unidades organizacionais de execução laboratorial, lavagem, embalagem e esterilização de material e vidraria.

O primeiro item tem suas atividades desenvolvidas através do Biotério, ao qual compete o gerenciamento dos animais de provas biológicas (camundongos);

O Segundo item é desenvolvido pelo Setor de Lavagem e Esterilização que atendem aos insumos demandados pelas áreas analíticas.

II - efetuar a produção de cultivo celular, realizando a seleção de linhagens pertinentes, atividade desenvolvida pelo Cultivo Celular-

¹ Infectório de suínos, microbiologia de alimentos, diagnóstico bacteriológico, diagnóstico virológico, diagnóstico das encefalopatias, 2 de análise de sementes em Recife e Cabedelo-PB, físico química de contaminantes inorgânicos, físico química de contaminantes orgânicos, fertilizantes e corretivos de solo, bebidas e vinagres e, alimentos.

² Recepção de amostras, cultivo celular, biotério, Lavagem, esterilização, água grau laboratório e preparação de meios de cultura.

III - Recepção de amostras e emissão de resultados laboratoriais é uma atividade desenvolvida pelo setor pertinente.

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- I. Executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados;
- II. Proceder à conformidade documental; e,
- III. Controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos de parcerias e de cooperação técnica.

Subordinada a este Serviço temos uma atividade de **Documental** que procede a análise das conformidades dos processos desenvolvidos em geral, indicando restrições quando existente, para que os responsáveis tomem conhecimento e façam as correções, sendo o seu produto final “Processo analisado”.

Os principais produtos decorrentes deste Serviço dizem respeito ao gerenciamento dos recursos financeira da UJ no que tange a programação e execução.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

- I. Elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais;
- II. Acompanhar o desenvolvimento da programação operacional;
- III. Efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; e,
- IV. Promover e controlar as atividades de:
 - a) Administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática;
 - b) Comunicações administrativas, em especial de protocolo;
 - c) Administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos;
 - d) Execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; e,
 - e) Transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.

Este Serviço gerencia a área meio desta UJ e desenvolve suas atividades com o apoio dos setores abaixo:

1. **Setor de Contratos:** Efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos;
2. **Setor de Patrimônio:** Administra o patrimônio da UJ;
3. **Setor de Compras:** elaborar e acompanhar os processos de compras de material, de equipamento e de contratação de prestação de serviço;
4. **Setor de Licitação:** executar os procedimentos de licitação de acordo com as modalidades legalmente previstas;
5. **Setor de Almoxarifado:** Promove a administração de materiais, controlando os estoques de insumos, reagentes, equipamentos e de materiais de consumo, inerentes ao desenvolvimento das atividades analíticas e à manutenção laboratorial;
6. **Setor de Protocolo:** Promove comunicações administrativas;
7. **Setor do Apoio aos Recursos Humanos:** Promove o apoio ao Setor de Recursos Humanos da SFA-PE, responsável pela administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos desta UJ;
8. **Setor de Transporte:** Gestão da frota de veículos;
9. **Setor de Manutenção:** Gestão da manutenção predial desta UJ;
10. **Central de Processamento de Dados - CPD:** A tecnologia de TI da UJ é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porém esta UJ mantém este

CPD para dar suporte técnico aos computadores e impressoras, manter a distribuição racional das estações de trabalho, avaliar as necessidades de upgrades das estações, manutenção da segurança das informações através de backups sistemáticos, dentre outras atividades correlatas.

SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO: ESTADOS DO CEARÁ E DA PARAÍBA

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. Realizar análises físico-químicas, e atividades de apoio laboratorial;
- III. Implantar e validar novas metodologias analíticas;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais Lanagro-PE;
- V. Promover e orientar a participação em programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

1.4. Macroprocessos Finalístico

(Parte A, item 1, subitem 1.4 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Este Lanagro executa suas ações laboratoriais voltadas para a Secretaria de Defesa Agropecuária obedecendo às orientações emanadas da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL.

Mencionamos a seguir os Macroprocessos Finalísticos desta UJ:

1.4.1. Diagnóstico Animal:

Este macroprocesso apresenta como unidades internas as Unidades Analíticas de Virologia, Bacteriologia e Encefalopatias. As duas primeiras têm por função precípua o diagnóstico bacteriológico e virológico de enfermidades. Neste exercício a gestão, para estas duas unidades, foi voltada com grande ênfase a execução da obra de adequação na estrutura física para viabilizar o aumento nos escopos e otimização do fluxo analítico. O início da obra foi em 19 de dezembro de 2012 e a previsão de entrega do prédio é para abril de 2014. Estas unidades trabalharam durante o exercício de 2013 com precariedade de espaço físico por ser este provisório. Foram mantidas as atividades principais como a sorologia de Febre Aftosa e diagnóstico de Peste Suína Clássica, além dos testes de Anemia Infecciosa Equina atendendo as atividades de vigilância destas atividades. Na unidade de bacteriologia menciona-se o diagnóstico de Mormo e a implantação do teste de Western Blotting que otimizou o diagnóstico da referida enfermidade. Para o desempenho destas atividades foi essencial a aquisição dos insumos, serviços de calibração e manutenção de equipamentos e destes equipamentos devemos destacar a aquisição de um do Sistema Automatizado, denominado robô, que será instalado no início de 2014, o qual trará um grande avanço tecnológico que humanizará o incansável trabalho que se observa durante todo o procedimento devido ao grande número de amostras trabalhadas que é em torno de 50.000 amostras. Além deste, vale citar a aquisição de todo o mobiliário envolvido nestas áreas que teve também a sua aquisição exitosa.

A Unidade de Encefalopatias teve parte de sua estrutura readequada, onde foram adquiridas em torno de 24 portas biosseguras, equipamentos como o micrótomo, este sendo fundamental em agilizar a rotina analítica, e todo o diagnóstico de situação para adequação da parte elétrica, hidráulica e de refrigeração. Para o adequado funcionamento desta unidade o acompanhamento é constante na aquisição dos insumos,

bem como na contratação dos serviços evitando a interrupção das atividades no setor, uma vez que este é o único laboratório no país que realiza o teste de “vaca Louca”. Vale mencionar a ingerência direta da gestão para conseguir treinamentos no exterior, objetivando nivelar a tecnologia com laboratório de referência nacional. Este intento foi conseguido com capacitações a nível nacional, porém, não houve sucesso para treinamentos a nível internacional.

1.4.2. Microbiologia de Alimentos e Água

Implantação das metodologias ISO – International Organization for Standardization em:

- Método horizontal para detecção de *Salmonella* spp.
- Método para detecção de *Salmonella* spp em leite e produtos lácteos.
- Método para detecção de *Salmonella* spp em água.
- Método horizontal para detecção de *Listeria monocytogenes*.

Participação no Programa de Pesquisa de *E. coli* O157H: 7 em carcaça bovina, visando tornar conhecido o risco Brasil para este microrganismo, proporcionando a importação de parte dos Estados Unidos da América, de carne “in natura” brasileira.

As metas alcançadas contribuíram para o nivelamento técnico e, em última instância, auxiliaram o país na manutenção de mercados importadores de produtos alimentícios brasileiros, quebra de barreiras sanitárias impostas e conquistas de novos compradores, ampliando o agronegócio e influenciando positivamente a balança comercial brasileira.

1.4.3. Físico Química Vegetal e Animal

Este macroprocesso finalístico tem o seu desempenho técnicos em duas bases físicas distando entre si, em torno de 12 km. Esta situação requer acompanhamento para viabilizar o funcionamento a contento, uma vez que a administração central esta localizada no Bairro de Dois Irmãos e a outra base física está localizada no Bairro do Bongi na área física interna da SFA-PE. É indispensável manter nestas estruturas as seguranças de controle de acesso e de segurança eletrônica no qual, neste exercício foi estendido o turno noturno para a unidade do Bongi. A segurança eletrônica foi otimizada com contrato de manutenção e com colaboradores para acompanhamento das suas imagens. Esta providencia demonstra que o caminho é correto, uma vez que, neste exercício não houve registro de ocorrências policiais.

Temos cinco unidades analíticas neste macroprocesso:

Físico Química de Fertilizantes e Corretivos, de Produtos de Origem Animal e Água, de Bebidas e Vinagres, de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos em Produto de Origem Animal. Destas cinco unidades, três funcionam na unidade de Dois Irmãos e duas na unidade do Bongi. Todas as unidades desempenham importante papel na exportação e controles do mercado interno do governo em produtos alimentícios. O papel da gestão é assegurar o fornecimento de insumos e a prestação de serviços, além dos equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades. A carência de pessoal é predominantemente notada nestas áreas, impactando na demanda dos produtos a serem ofertados aos clientes.

Um grande feito do exercício em tela ocorreu no final do ultimo trimestre quando foram adquiridos equipamentos que trarão avanços tecnológicos e também corroborarão na diminuição da dependência da mão de obra.

No que diz respeito ao macroprocesso de Fertilizantes e Corretivos é um insumo agrícola de grande importância, mas, carece de política dirigida para este setor. Esta unidade ficou fragilizada com a transferência de um FFA que levou a demanda da

unidade a ocupar o lugar de segundo colocada em metas físicas atingidas, esta gestão teve grande empenho em conseguir o retorno do referido servidor e já no final deste exercício foi alcançada a aprovação de tal pleito.

1.4.4. Sementes

Esta unidade desenvolve suas atividades com o objetivo de diagnosticar a conformidade da pureza e germinação das sementes sendo apoio fundamental à área de insumos agrícolas do país. O acompanhamento nesta unidade, no exercício em tela, consistiu em gerenciar os conflitos existentes indispensáveis para uma boa harmonização dos processos e isto foi conseguido e evidenciado pelo aumento da demanda analítica que foi atendida ao longo de 2013. Ao fazer uma análise de todos os processos analíticos, esta unidade teve aumento significativo percentual de atingimento das metas. O espaço físico considerado pequeno para atender devidamente o fluxo das análises é objeto de estudo e envidaremos esforços para atender a esta necessidade.

Conforme visualizado no organograma há uma unidade analítica de Sementes localizada em Cabedelo/PB, situada no espaço físico da SFA-PB, subordinada regimentalmente a administração do Lanagro-PE. A gestão administrativa da UJ no exercício de 2013 realizou transferência de recursos financeiros destinados a pagar as despesas de um colaborador do Contrato de Conservação e Limpeza [\(ANEXO B\)](#).

Durante o exercício foram realizadas aquisições de insumos e equipamentos para a implantação de uma unidade de Diagnóstico de Fitossanidade que se refere a uma demanda de anseio antigo na região nordeste, pois os avanços do agronegócio brasileiro levaram o país a se tornar 'líder da agricultura tropical'. Para a proteção desse mercado há necessidade da adoção de medidas para evitar que ameaças e perigos fitossanitários desestabilizem a continuidade de crescimento econômico do nosso país.

Todos os macroprocessos finalísticos acima mencionados apresentam uma ferramenta que a administração considera fundamental para otimizar a emissão dos laudos e demais atividades afins, que são colaboradores com função de digitadores e esta decisão da gestão em contratar estes profissionais veio a suprir a carência de pessoal já mencionada anteriormente, sendo este evento com amparo legal baseado no DECRETO N° 2.271, de 7 de julho de 1997 que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

1.5. Macroprocessos de Apoio

(Parte A, item 1, subitem 1.5 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da UJ são de cunho técnico e administrativo e as ações conduzidas no exercício em tela foram:

Apoio Técnico:

1. Recepção de amostras;
2. Cultivo celular;
3. Biotério; e,
4. Lavagem e Esterilização.

A área de Apoio Técnico é composta por setores que fornecem insumos aos processos finalísticos e, como tal, são alvo de auditorias de missões estrangeiras e auditorias da CGAL. No exercício em tela, para otimizar o desenvolvimento das atividades e agilizar a demanda, foi designado pela Divisão Técnica, uma servidora parasupervisionar toda a área.

Apoio Administrativo:

1. Financeiro;
2. Contratos;
3. Patrimônio;
4. Compras;
5. Licitação;
6. Almoxarifado;
7. Protocolo;
8. Apoio aos Recursos Humanos;
9. Transporte;
10. Manutenção, e;
11. CPD

Os setores que compõem o Apoio Administrativo são acompanhados através de reuniões quinzenais onde são avaliadas as atividades que desenvolvem, ocasiões nas quais são feitas as devidas correções e priorizadas as ações a serem implementadas. São, portanto quatro reuniões mensais com agrupamentos abaixo discriminados:

Grupo 1: Financeiro, Compras, Contratos, Almoxarifado, Licitação, e a alta direção composta da Divisão Técnica, Serviço de Apoio Administrativo e Coordenação;

Grupo 2: Patrimônio, Protocolo, Manutenção, Transporte, CPD, Apoio ao Recursos Humanos além da alta direção acima mencionada.

Os trabalhos nesta área foram conduzidos com grande dificuldade em virtude da falta de pessoal administrativo do quadro, combinado à demanda por ser muito grande, o que às vezes inviabiliza o atendimento satisfatório aos clientes. Há um sistema informatizado, Serviço de Acompanhamento de Pedidos Online - **SAPO**, no qual os técnicos cadastram os pedidos e que ajuda na rastreabilidade das aquisições. No entanto, esta otimização não vem atendendo a contento, uma vez que é impactado pela falta de pessoal já mencionada acima.

Uma carência nesta área, já bastante diagnosticada, é a necessidade de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, onde há a determinação e cumprimento aos fluxos dos processos, rastreamento das ações, indicadores com seus acompanhamentos, implantação de análise de risco, entre outras ferramentas.

Apesar das dificuldades expostas acima consideramos que as ações administrativas foram exitosas com as aquisições e serviços conseguidos no exercício em tela.

1.6. Principais Parceiros

(Parte A, item 1, subitem 1.6 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Consideramos como principais parceiros as Superintendências dos Estados de Pernambuco e Paraíba, onde esta UJ possui base física para desenvolvimento de atividades analíticas. Os recursos financeiros que são repassados para a SFA-PB servem para contribuir com o consumo de energia e um colaborador do contrato de firma de limpeza totalizando R\$ 82.000,00 anuais.

A parceria que temos com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO é muito importante, pois a mesma disponibiliza servidores e estagiários para a área técnica de diagnóstico sem ônus para esta UJ.

O Laboratório de Análise Central de Pernambuco – LACEN constitui uma parceria para realização do Diagnóstico da Raiva com a disponibilização dos servidores lotados naquele LACEN, também sem ônus para esta UJ.

Com a Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, em cujo campus esta UJ está situada, a parceria consiste na resolução do problema junto ao Serviço de Patrimônio da União - SPU, aonde a Magnífica Reitora vem envidando todos os esforços para a solução deste problema

que já perdura por anos. Este conflito está prestes a ser resolvido de acordo com as informações recentes, isto deverá ser solucionado em meados de 2014. A UFRPE detentora da legalização do processo junto a SPU cederá à área correspondente o espaço físico ocupado por esta UJ.

2. Item 2 - Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

(Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, item 2, subitem 2.2, a UJ não tem responsabilidade por Programa do PPA 2012-2015;

2.1. Planejamento da unidade:

(Parte A, item 2, subitem 2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

2.1. a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;

(Parte A, item 2, subitem 2.1. do subitem 2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

O Plano estratégico dos Lanagros obedece à orientação da CGAL e foi criado através da Portaria 723/2005, tem como período de abrangência, 2010-2012.

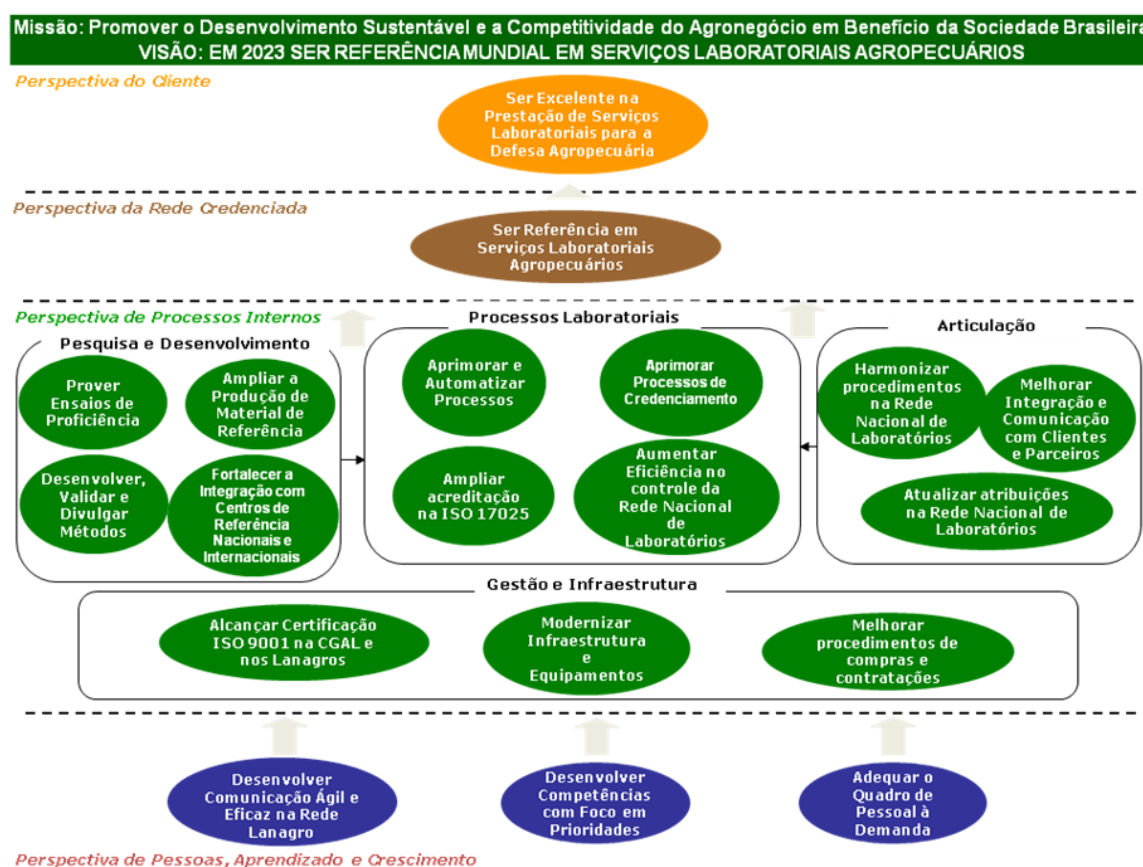


Figura 2-Mapa Estratégico criado pela CGAL para a Rede Lanagro

Os objetivos do M.E norteiam as ações da Rede Lanagro, porém, o mesmo não está implantado na sua totalidade, alguns itens deste Plano vêm sendo trabalhado, como é o caso dos indicadores, cujos dados de 2012 e 2013 foram solicitados para consolidação nacional. Os indicadores, que estão rotineiramente internalizados nesta UJ, dizem respeito ao Percentual de atendimento à demanda de amostras laboratoriais, Percentual de atendimento à demanda dos Métodos Validados, Percentual de Variação de Metas programadas e Realizadas e, Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos.

Para operacionalizar as diversas atribuições deste Plano Estratégico a Coordenação da CGAL lançou mão de reuniões envolvendo todos os Coordenadores com o intuito de subsidiar no que for possível e necessário. Vale salientar que embora não haja um cronograma específico, em 2013 estas foram realizadas nos meses de março, julho, agosto, setembro e novembro. As atividades técnico-administrativas estão embasadas nestes eventos, onde cada reunião é convocada pela magnitude dos problemas, e a discussão dos mesmos nivela as soluções a serem tomadas.

Uma ferramenta importante pela praticidade e economicidade foi a vídeo conferência que se tornou uma rotina e serviu primordialmente para uma integração dos Coordenadores e outras divisões quando necessárias.

Vale destacar que foi criado sem nenhuma formalidade, mas, de grande aspecto funcional a troca de e-mails entre os coordenadores onde cada documento a ser emitido passa por este crivo, assessorando a CGAL na consolidação das decisões. Consideramos esta rede não formal de grande impacto para o dia a dia das atividades técnico-administrativa, o mérito desta Rede é de todos ~~sem~~ e o que sobrepõem é a importância da unificação das soluções.

Demonstramos a seguir os assuntos tratados nas diversas reuniões. A convocação das mesmas é com agendamento prévio e abrindo para sugestões para a otimização das pautas das mesmas.

No primeiro trimestre do ano nos dias 20 e 21 de março, o assunto preponderante foi à discussão do novo Regimento Interno, visto que o atual não atende as competências deste órgão. Também fez parte desta pauta a discussão do Sistema de Gestão da Qualidade e a implantação dos Sistemas Informatizados dos Registros de controles da instituição. Consideramos como fundamental na estratégia de 2013 o diagnóstico da necessidade da informatização das atividades desempenhadas por esta UJ.

A reunião do mês de julho foi realizada dando ênfase à substituição dos terceirizados sempre atualizando o andamento do processo indispensável à realização do concurso público e ao Termo de Cooperação firmado com o Ministério de Ciência e Tecnologia do qual resulta contratação de bolsistas através do CNPq.

No mês de agosto, realizada nos dias 12 a 14 tendo como base a discussão orçamentária de custeio, a implantação e adequação das unidades biosseguras, dentre outros. Esta reunião foi realizada no Lanagro – MG onde foi dada ênfase aos Sistemas DOCNIX e LIMS que já se encontram em funcionamento naquele Lanagro, realizamos também uma visita minuciosa no laboratório Biosseguro. Nesta reunião surgiu a determinação de um cronograma de videoconferências para serem realizadas todas segundas sextas feiras de cada mês. O tema de auditorias de credenciamento e de monitoramento do laboratório foi discutido em função da nova Instrução Normativa a ser publicada (publicada em setembro de 2013).

A reunião de setembro foi convocada pela Senhora Chefe de Gabinete do Exmo. Senhor Ministro do MAPA. Esta reunião teve como grande relevância a presença desta autoridade do MAPA, onde não é um fato comum vivenciado pelos Coordenadores do Lanagro e da CGAL. Vale mencionar a grande participação dessa autoridade procurando conhecer melhor os

laboratórios. O evento a ser destacado foi a liberação do montante de R\$ 40.400.000,00 distribuídos entre os seis Lanagros e o comprometimento na aplicação das parcelas que cabiam a cada Lanagro. Para esta UJ coube a importância de R\$4.900.000,00.

A convocação da reunião de novembro, realizada de 25 a 26, foi realizada pelo Secretário de Defesa Agropecuária e pela CGAL. Nesta reunião foram discutidos os assuntos: Plano Operativo 2014, Execução orçamentária de 2013, Concurso público para contratação de Auxiliares de Laboratório, Técnicos de Laboratório, Agentes Administrativos e Fiscais Federais Agropecuários, dentre outros.

O Mapa Estratégico desta UJ orientam as atuações da unidade e reflete a estratégia a ser aplicada na gestão da CGAL, Lanagros e controle da Rede de Credenciados tendo como norte o atingir o preconizado no mesmo.

As atividades do Mapa Estratégico da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL tem como Missão:

“Promover o desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”.

A Visão para 2023 de:

“Ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários”

Asperspectivas a serem perseguidas são:

- ✓ Perspectiva do Cliente: Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária;
- ✓ Perspectiva da Rede Credenciada: Ser Referência em Serviços Laboratoriais Agropecuário;
- ✓ Perspectiva de Processos Internos: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento, com Produção de Materiais de Referência e desenvolvimento e validações de métodos. Ações nos Processos Laboratoriais com aprimoramento e automatização dos processos laboratoriais inclusive de credenciamento, promover ensaios de proficiência, ampliar o quantitativo de Acreditação na ISO 17025/2005, aumentar a eficiência de controle da Rede e harmonizar procedimentos. Ações de Articulações com entidades de referência nacional e internacionais, bem como melhorar as comunicações com clientes e parceiros e Ações com foco na gestão e infraestrutura;
- ✓ Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento: Com foco em desenvolver competências e adequar o quadro de pessoal a demanda.

2.1. b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;

(Parte A, item 2, subitem 2.1.b do subitem 2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Em 14 de setembro de 2011 foi publicada por esta UJ a Portaria nº 69 de 13 de setembro de 2011 de formação da Comissão de Gestão Estratégica- CGE do Lanagro -PE, com o objetivo de alinhar as ações da UJ às atividades do Mapa Estratégico da Rede Lanagro.

Em outubro de 2011 em reunião na CGAL os coordenadores dos Lanagros finalizaram o Mapa Estratégico da Rede Laboratorial. Foi realizada uma videoconferência no final de 2011 objetivando divulgar, de forma abrangente, as informações e iniciar o processo de monitoramento e avaliação. Entendemos que no exercício de 2013, etapas importantes foram alcançadas, temos em 2012 e 2013 a consolidação, pela CGAL, de três indicadores, bem como no documento de solicitação de recursos (Documento de Oficialização da Demanda - DOD) deve ser citado o objetivo estratégico mais adequado à demanda apresentada alinhado ao Mapa Estratégico da CGAL e Lanagros, Mapa Estratégico do MAPA e/ou Plano Plurianual (PPA).

Enfatizamos que o Lanagro/PE está vinculado ao PPA 2012-2015 no Programa 2028 – Defesa Agropecuária, nos seus Objetivos e iniciativas abaixo apresentadas:

- ✓ **Objetivo 0367:** Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da Defesa Agropecuária.

Iniciativas:

0136: Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

0137: Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB).

- ✓ **Objetivo 0570** Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros

Iniciativas

0276: Combate à clandestinidade em produtos de origem animal.

0277: Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.

2.1. c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

(Parte A, item 2, subitem 2.1.c do subitem 2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Identificamos como risco a grande permanência de pessoal terceirizado, onde a proibição de promover capacitação nos leva a rever diversos processos promovendo retrabalho. Mencionamos um processo efetuado na área de tecnologia da informação, que embora tenhamos um *link* com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, este processo ressentiu de uma maior pesquisa salarial uma vez que a TI é constantemente demandada e o valor salarial não pode ser limitado aos valores das Convenções Sindicais. Atualmente, este assunto é do nosso domínio abalizado por diversos Acórdãos do TCU, isto então nos levou a elaboração de um novo processo para fazê-lo mais adequado para preservar a dignidade salarial otimizando a seleção de pessoal.

Neste exercício foi preciso rever um Processo Finalísticos da área técnica evidenciado pela necessidade premente de colocar em rotina uma técnica de diagnóstico da unidade de bacteriologia causado pela grande demanda dos clientes. A revisão consistiu em um acompanhamento para a implantação da técnica, que agrega valor ao diagnóstico, e foi necessário um melhor planejamento na aquisição dos insumos indispensáveis ao atendimento da nova demanda.

Podemos enumerar como um dos objetivos estratégico desta UJ focar o grande problema da questão imobiliária que esta diretamente afeta a pequena área física desta UJ, em torno de 2,0 ha onde não comporta mais a expansão das atividades técnicas e administrativas desta UJ. Amelhora desta situação requer o envolvimento de autoridade superior e estudos preliminares para projetos bem elaborados com tempo necessário para que a tomada de decisão não seja fadada ao insucesso.

Do acima exposto salientamos alguns objetivos estratégicos realizados em 2013:

1. A execução da obra do prédio de diagnóstico animal, durante todo o exercício, constituiu um objetivo, uma vez que para o seu funcionamento envolveria as aquisições de sistema de refrigeração, gases, câmara fria, mobiliário e como atividades anteriormente desenvolvidas em prédio sem condições físicas satisfatórias se fazia necessário que a conclusão fosse feita no prazo realmente estipulado e que não ocorreu sendo prorrogado o para abril de 2014. Com isto

houve um aumento da área física indispensável ao fluxo adequado bem como permitindo um aumento de escopo;

2. Manter uma unidade Certificada pela ISO requer que se cumpram ações pertinentes à calibração de equipamentos, determinação de manter responsáveis técnicos pelas áreas analíticas, além do paulatino aumento de escopos acreditados que requer trabalhos de processos específicos adicionais de aquisições de insumos e serviços;
3. Outro objetivo refere-se à otimização de processos para viabilizar a importação direta de insumos e equipamentos de difícil aquisição no mercado nacional e/ou quando o preço é, às vezes, elevado. Enceramos o ano com este processo dominado e os frutos serão colhidos no exercício de 2014;
4. Outro alcance foi a dedicação e comprometimento para aplicar os recursos recebidos no último trimestre do ano;
5. O objetivo de cumprir as auditorias internas do Sistema de Gestão de Qualidade planejadas para o exercício em tela foi concluído com êxito, graças ao comprometimento dos técnicos da área.
6. Esta UJ por não possuir a função de Engenheiro Civil no seu quadro e tendo obras a serem executadas necessita constantemente da parceria da SFA-PB e documenta através de ofício esta demanda, bem como o reconhecimento de tal autorização de deslocamento. No entanto, se faz indispensável que o MAPA promova concurso de Engenheiro Civil em número suficiente para atender a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, por sua especificidade de constante aumento de demanda, localização de bancadas analíticas, dentre outros, devido à dinâmica tecnológica ora existente.
7. A demanda de insumos e serviços pela área técnica além, da gestão de contratos existentes, requer grande cuidado durante todo o exercício e este assunto é discutido durante as reuniões administrativas. Deste atendimento depende o perfeito funcionamento do laboratório, e como alguns riscos são passíveis de acontecerem é planejamento de esta UJ inserir em 2014, a Gestão de Riscos em seus processos de aquisição de bens e contratação de serviços.
8. Os ensaios de proficiência que constituem uma ferramenta para evidenciar a segurança analítica consideramos de vital importância como otimização dos serviços que esta UJ presta aos nossos clientes, e coloca o Órgão em patamar diferenciado.

2.2. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade.

(Parte A, item 2, subitem 2.3do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Esta UJ não tem Ações do PPA sob sua responsabilidade, pois, é um órgão executor. Por ser um órgão desta natureza, tem suas ações norteadas pelo Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal PPA 2012-2015 através do **Programa 2028** - Defesa Agropecuária, nos Objetivos e Iniciativas mencionadas no item anterior.

No exercício em tela tivemos ações de manutenção e serviços que propiciam ampliar a capacidade analítica conforme preconiza a **Iniciativa 0136** (ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários) do **Objetivo 0367** (ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área de Defesa Agropecuária), onde podemos mencionar a execução da obra dos laboratórios de Bacteriologia e Virologia, com previsão de

entrega para abril de 2014 que possibilitará um considerável aumento da capacidade analítica com otimização do fluxo exigido por um Laboratório Certificado. Medida idêntica aconteceu com a obra do prédio do Laboratório de Biologia Molecular, que ora finalizado, está em etapa de implantação das metodologias e vem atender a uma importante demanda reprimida, uma vez que esta atividade exige uma estrutura física específica.

Também como fator que traz melhorias na qualificação analítica, conforme preconiza o **Objetivo 0367**, esta UJ vem investindo em aquisições de equipamentos de rotina e/ou melhor, tecnologia, trazendo maior produtividade e qualidade nas atividades analíticas. Vale também mencionar que o norte desta UJ é direcionado nas pesquisas dos modernos equipamentos que automatizam as ações, trazendo como consequência o aumento da capacidade analítica. Exemplificamos tal fato como a aquisição no exercício em tela de um Sistema Automatizado (Robô) para a área de Diagnóstico Animal.

A **Iniciativa 0137** (Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB) do **Objetivo 0367** que temos como ação a implantação do Sistema de Gestão Laboratorial- SISLAB, composto de três sistemas informatizado, o SIGLA que gerencia as atividades desenvolvidas pelo PNRC, SISDIA que gerencia as atividades desenvolvidas pela área de diagnóstico animal e o SAC que permitirá a gerência dos escopos desenvolvidos pelos Laboratórios credenciados pertencentes à Rede Lanagro. O Sistema SISLAB é de implantação e gerenciamento do órgão central, sendo os Lanagros apenas usuários do mesmo.

A **Iniciativa 0276** (Combate à clandestinidade em produtos de origem animal) do **Objetivo 0570** (Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros) que evidencia a ação de combate à clandestinidade em produtos de origem animal, também constitui uma atividade desta UJ, quando procuramos assegurar a inocuidade do produto e a segurança alimentar e, detecção de fraudes. Neste mister, podemos citar a pontual colaboração desta UJ à Polícia Federal e Polícias Científicas de alguns Estados do Nordeste, onde realizamos testes em produtos oriundos de apreensão.

Quanto a **Iniciativa 0277** (Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal) do **Objetivo 0570**, esta UJ é executora do controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal.

Como limitações internas da unidade, podemos citar problemas de instalações físicas, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros ou que nos fizeram optar por demandas emergenciais em detrimento de outras também necessárias.

3. Item 3 -Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

(Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados, justificamos os motivos:

- Parte A, item 3, **subitem 3.1**, a estrutura de governança da UJ está centralizada no órgão central;
- Parte A, item 3, **subitem 3.5**, conforme explicado no subitem 3.4 a UJ está em implantação do Sistema de Correição;

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

(Parte A, item 3, subitem 3.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ ([ANEXO C](#))

3.2 Sistema de Correição

(Parte A, item 3, subitem 3.4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

No exercício de 2012 foi solicitado para indicar servidores para participar de treinamento com esta finalidade, porém sentiu-se impossibilidade de indicar devido à falta de servidores do quadro, pois o servidor que poderia ser indicado já acumulava várias funções.

No entanto, no exercício em tela, com o retorno de uma funcionária que estava à disposição do Tribunal de Justiça a mesma foi indicada como responsável pelo ARH.

Em 2014, esta UJ organizará o setor de Recursos Humanos que será implantado nesta Unidade, por ser um setor que será contemplado no novo Regimento Interno da Rede Lanagro, que está em fase de finalização.

Conforme pode ser observado, não dispomos de servidor habilitado para tal função, em contra partida acreditamos que com o concurso já autorizado para maio de 2014, poderemos ter condições de organizar o setor.

No final de 2013, a servidora que estava à disposição do Tribunal de Justiça e que foi indicada como o Responsável pelo ARH, em 01 de março de 2013 foi, mais uma vez convocada, aumentando, desta forma, a problemática de pessoal da UJ. [\(ANEXO D\)](#)

3.3 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

(Parte A, item 3, subitem 3.6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

No exercício em tela, a CGAL definiu indicadores que fazem parte do monitoramento dos resultados propostos no M.E da CGAL e, esta UJ estabeleceu os cinco Indicadores propostos para o monitoramento de suas metas, os quais apresentamos:

- ✓ **Indicador 1:** Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas, a Ação 2136 [\(ANEXO E\)](#)
- ✓ **Indicador 2:** Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas, a Ação 2132 [\(ANEXO F\)](#)
- ✓ **Indicador 3:** Percentual de Métodos Validados [\(ANEXO G\)](#)
- ✓ **Indicador 4:** Percentual de auditorias realizadas no prazo [\(ANEXO H\)](#)
- ✓ **Indicador 5:** IUT1=Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos [\(ANEXO D\)](#)

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

(Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

4. a) Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

(Parte A, item 4, subitem 4 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados, justificamos os motivos:

- Parte A, item 4, **subitem 4.2** Não se aplica. Nesta UJ não houve valores por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas de passivo do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

- Parte A, item 4, **subitem 4.4.** A UJ não faz transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições;
- Parte A, item 4, **subitem 4.6** essa UJ apenas recebe recursos do Tesouro Nacional que é descentralizado pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do MAPA e, por este motivo não há renúncias tributárias.

4.1. Execução das despesas

(Parte A, item 4, subitem 4.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados, justificamos os motivos:

- Parte A, item 4, **subitem 4.1.1** – Programação, **Quadro A.4.1.1. e, o subitem 4.1.1.1.** Não se aplica, a UJ é uma unidade gestora executora que recebe crédito proveniente de nossa setorial (UG 130007), para empenho, liquidação e pagamento de despesas;
- Parte A, item 4, **subitem 4.1.2** – Movimentação, **Quadro 4.1.2.2,** Não se aplica. Esta UJ não faz movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos;

Quadro II - Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

(Parte A, item 4, subitem 4.1.2,1 do subitem 4.1.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	130007	130024	02028- Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13)	-	-	29.114,52
	130007	130025	02028- Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13)	-	-	73.453,77
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130002	130016	02105- Desenvolvimento de Pessoas no Minist. da Agric., Pec. e Abastecimento (CAPACITA13)	5.096,95	-	4.683,88
	130007	130016	02028- Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM13)	912,93	-	1.500,00
	130007	130016	02028- Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13)	52.444,59	-	8.672.773,77
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130007	130016	02028- Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13)	6.658.342,80	-	-

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Análise Crítica:

Os valores “concedidos na modalidade outras despesas”, já foram mencionados, onde as unidades receptoras são a SFA/PB e SFA/PE. O valor apresentado no quadro de R\$ 29.114,52 (vinte e

nove mil, cento e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), foi repassado para a unidade avançada do Lanagro/PE (SLAV-PB), situado nas dependências da SFA/PB, onde o valor de R\$ 10.214,52(dez mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos) objetivou custear despesas com prestação de serviços de limpeza e conservação, através de um colaborador integrante do contrato da SFA/PB, para executar suas funções na área física do SLAV. E o quantitativo de R\$ 18.900,00(dezoito mil e novecentos reais) foi para realizar serviços de reparos na área física do Laboratório de Fitossanidade do SLAV.

O valor de R\$ 73.453,77(setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) também apresentado na modalidade de outras despesas, foi descentralizado para SFA/PE, visando suprir às despesas pertinentes a nossa unidade II, situada nas dependências daquela Superintendência, onde R\$ 72.000,00(setenta e dois mil reais) corresponde a fornecimento de energia elétrica e R\$ 1.456,77(mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos) para o rateio da taxa de limpeza publica. [\(ANEXO J\)](#).

Estas transferências obedecem a um formulário denominado **TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITO** [\(ANEXO K\)](#) com base na Portaria Conjunta nº08 datada de 07 de novembro de 2012.

Os valores acima apresentados foram insignificantes no que se refere ao custo benefício o que pode ser evidenciado na visualização das metas físicas alcançadas por estas unidades finalísticos.

Os valores financeiros apresentados como “recebidos na modalidade de despesas correntes”, no que se refere ao item Pessoal e encargos sociais foi despesas com pagamento de diárias, totalizando R\$58.454,47(cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) que é o somatório dos três Planos Internos apresentados no quadro.

A ação mencionada no Plano Interno 02105- Desenvolvimento de Pessoas no Minist. da Agric., Pec. e Abastecimento (CAPACITA13) foi aplicada para pagamento de diárias e passagens referente ao deslocamento de 7 servidores para participarem de treinamentos programados pelo PAEC- Plano Anual de Educação Continuada aonde os objetivos destes treinamentos vieram otimizar atividades técnico administrativas como SIGED, SCDP dentre outros e a parte técnica enfatizou o treinamento em Febre Aftosa. A ação do 02028- Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM13) aplicada para pagamento de diárias e passagens referente ao deslocamento de um servidor desta UI participar em treinamento em área específica de Sementes realizado no MS, estado de grande repercussão no agronegócio. O valor pertencente à classificação da ação 02028-Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13) foi o valor de maior representação dentre os mencionados uma vez que é essa ação é a responsável pelas diárias e passagens de deslocamentos de todos os servidores do Lanagro/PE. O valor locado para este exercício de R\$ 52.444,59(cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), foi insignificante para as atividades necessárias onde as auditorias foram prejudicadas, treinamento no exterior sendo este valor 50% (cinquenta por cento) alocado no exercício de 2012.

O valor apresentado no quadro em como recebido na modalidade de Despesas Correntes no item de outras despesas correntes, onde totaliza R\$ 8.672.773,77 (oito milhões, seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), refere-se aos gastos realizados com as aquisições de insumos, prestação de serviços e todas as despesas Contratuais, visando suprir a necessidade deste laboratório.

O valor apresentado como recebido na modalidade de despesas de capital no item de investimento, onde totaliza um montante de R\$ 6.658.342,80 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), atendeu despesas com aquisição de equipamentos laboratoriais e será mais bem detalhado na análise crítica do Quadro A. 4.1.3.6.

4.2. Realização da Despesas

(Parte A, item 4, subitem 4.1.3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, item 4, **os subitens, 4.1.3.1, 4.1.3.2, 4.1.3.3. e 4.1.3.4 do subitem 4.1.3:** no primeiro subitem Não se Aplica porque esta UJ é uma unidade gestora executora que recebe créditos orçamentários da SDA-Secretaria de Defesa Agropecuária (UG 130007) onde os mesmos são descentralizados pela CGOF- Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (130101) e; nos demais Não se Aplica porque a execução das despesas desta UJ não são de créditos orçamentários recebidos diretamente da LOA e sim por movimentação;
- Parte A, item 4, **os subitens, 4.1.3.7,** não foi respondido por ter sido opção de a Coordenação fazer análise crítica pontual quadro a quadro.

4.3. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

(Parte A, item 4, subitem 4.1.3.5 do subitem 4.1.3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.434.070,80	5.127.620,02	5.444.362,41	4.750.598,82
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	138.778,11	-	41.400,89	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	13.295.292,69	5.127.620,02	5.402.961,52	4.750.598,82
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	1.754.632,29	1.374.172,19	1.409.258,09	1.303.308,31
h) Dispensa	1.249.700,60	1.121.802,96	1.045.019,17	1.073.158,72
i) Inexigibilidade	504.931,69	252.369,23	364.238,92	230.149,59
3. Regime de Execução Especial	2.016,43	6.004,54	2.016,43	6.004,54
j) Suprimento de Fundos	2.016,43	6.004,54	2.016,43	6.004,54
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	58.454,47	121.224,91	58.454,47	121.224,91
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	58.454,47	121.224,91	58.454,47	121.224,91
5. Outros	2.446,16	19.825,38	2.446,16	19.825,38
6. Total (1+2+3+4+5)	15.251.620,15	6.648.847,04	6.916.537,56	6.200.961,96

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Análise Crítica:

Na modalidade de contratação denominada Convite não teve nenhum gasto e a tendência é não realizarmos despesas nessa modalidade, em virtude da otimização da aplicação na modalidade Pregão Eletrônico.

Na modalidade de Licitação chamada Tomada de Preços, o valor expresso de R\$ 138.778,11 (cento e trinta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e onze centavos), corresponde à contratação de serviços para executar a obra do estacionamento para comportar a frota de veículos oficiais deste laboratório, licitada através da TP nº001/2013 realizada no mês agosto/2013, cujo contrato encontra-se vigente.

A análise restringe-se aos valores aplicados através da modalidade Pregão, onde privilegiamos a forma eletrônica, não havendo nenhum pregão presencial. No exercício de 2013 realizamos 51(cinquenta e um) pregões representando o valor expresso Quadro. Comparando-se este valor com o aplicado no exercício de 2012 verificamos uma diferença significativa uma vez que o percentual aplicado foi de 159% a maior. Corroborou para este aumento as aquisições de Material Permanente cujo valor encontra-se mencionado no Quadro A.4.1.3.6. Comparando-se os valores aplicados na modalidade de licitação de Pregão Eletrônico e Contratações Diretas-Dispensa, temos uma aplicação a maior em Pregão Eletrônico, correspondendo a 94%.

As compras realizadas através da modalidade Pregão Eletrônico não apresenta a celeridade propagada, no entanto, a economicidade é evidente devido ao menor preço adquirido nos produtos. As implicações recursais exigem funcionários capacitados para tal objeto, com a divulgação do concurso já para o primeiro semestre de 2014 espera-se que este obstáculo seja solucionado. O número de pregoeiros também constitui obstáculo e, para exercer tal função, além dos treinamentos deve ter o perfil apropriado.

Na modalidade de Inexigibilidade, comparando-se os recursos aplicados no exercício em tela com o exercício de 2012, temos um percentual de 100% a mais no ano de 2013, que totalizaram o valor de R\$ 504.932,69(quinientos e quatro mil novecentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos). Observa-se que no ano ora analisado os processos de Proficiência, por ser, em sua maioria provedores internacionais, a modalidade a ser aplicada é evidente que tinha que ser inexigibilidade por se tratar de provedores internacionais e foram 09 processos com este objeto que totalizaram R\$ 102.231,32 (cento e dois mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos). Estes processos foram devidamente demandados pelo laboratório a ser atendido com as Notas Técnicas elaboradas pelos analistas envolvidos e os provedores são procurados exaustivamente na Internet por cada técnico.

A participação em ensaios de Proficiência é uma exigência da NBR ISO/IEC n°17025/2005 e por serem específicos não podem ser elaborados pela área administrativa sem a interveniência da área técnica e em muitos casos há a necessidade do domínio de línguas estrangeiras como inglês e alemão. Todos os processos são devidamente analisados pela CJU. Faz parte do Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-PE a emissão de um Plano Anual de Proficiência ([ANEXO L](#)) que ao longo do ano paulatinamente são efetivados que correspondem aos processos em questão.

Vale salientar a dificuldade deste gerenciamento devido ao fato dos técnicos deste Lanagro não terem experiência nos valores cobrados, pois envolve taxas aduaneiras e fechamento de cambio para pagamento do INVOICE. Outras despesas com a modalidade de inexigibilidade foram para pagar órgãos do governo como COMPESA, Correios, Imprensa Nacional, onde foram aplicados R\$ 102.463,66 (cento e dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos).

Nesta modalidade também se enquadra as despesas com serviços de manutenção de equipamentos de marca específicas de alta complexidade onde só o fabricante tem qualificação técnica e também um processo para fazer Coleta e Descarte de Resíduos Biológicos onde no Nordeste há uma carência de encontrar empresas com este escopo exigido, aqui em Pernambuco só existe uma que se instalou direcionada para lixo hospitalar. O total perfaz um total de R\$ 300.236,79 (trezentos mil duzentos e trinta e seis reais e setenta e nove reais).

Na modalidade de Dispensa o valor aplicado, comparando-se com o exercício de 2012, excederam 11% (onze por cento). Esta modalidade contribui para uma aquisição premente onde se lança mão do valor preconizado no Art. 24 parágrafo II onde o limite máximo é R\$ 8.000,00(oito mil reais) e essa aplicação é devido a eventos urgentes que impactam na suspensão de determinado ensaio onde mesmo se exercitando um planejamento não se consegue atender de maneira satisfatória devido a falta de pessoal na área administrativa, a especificidade de determinadas aquisições e a pequena validade de certos produtos que não permitem estoque de longos períodos. Vale salientar que estes procedimentos de Dispensa e Cotação Eletrônica foram objetivando

também a pagamentos de taxas de cursos em torno de oito processos, despesas com importação, energia elétrica, serviços de divulgação certames licitatórios e, processos de aquisição de material de consumo e contratação de serviços. Todos os processos são encaminhados a CJU para apreciação e as recomendações são totalmente atendidas.

Na modalidade de Regime de Execução Especial onde se situa o Suprimento de Fundos, neste exercício todos foram cedidos obedecendo aos procedimentos rotineiros de observação de estoque, compras de pequeno vulto e dentro da obediência criada para tal fim. Em relação ao exercício de 2013 esta unidade apresentou apenas 33% do valor do exercício anterior.

Na modalidade de pagamento de pessoal, discriminação de pagamento em folha, esta UJ não apresenta valor, pois os dados são computados na SFA-PE em vista de não termos um setor de Recursos Humanos em funcionamento.

Os dados referentes a Diárias, no exercício em tela, conforme já mencionado anteriormente, esta UJ, obteve uma diminuição significativa de 48% em relação ao exercício anterior. As Diárias obedecem de modo geral às convocações do órgão central. O valor total recebido foi destinado além do objeto de reuniões convocadas pelo órgão central, a outros objetivos como auditorias, reuniões na sede do Lanagro, treinamentos, dentre outros. Utiliza-se o Sistema SCDP para a efetivação do processo. Também são obedecidas as determinações do MAPA com mais de 40 diárias por colaborador e viagens em grupo superior a 10 pessoas, sendo o Sistema quem controla todas as emissões pertinentes inclusive a prestação de contas.

Na modalidade denominada “Outros” correspondem a despesas com pagamentos de Licenciamento e Seguro Obrigatório de veículos pertencentes à frota da UJ, cujo valor é R\$ 2.446,16 (dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).

Dos quantitativos empenhados/liquidados, valores volumosos foram executados no final do ano, ficando inscrito em restos a pagar. Por esta razão o montante apresentado no item de despesa paga é bem menor.

4.4. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

(Parte A, item 4, subitem 4.1.3.6 do subitem 4.1.3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro III – Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Critério de Movimentação **(ANEXO M)**

Análise Crítica:

Em “despesas correntes” no 1-grupo de despesa com pessoal, onde se refere a despesas com pagamento de diárias a servidores, e uma vez que já comentamos esse assunto já foi explanado no quadro A.4.1.3.5 nos eximimos de maiores comentários. Porém, nos deteremos com outras despesas correntes.

No grupo de Outras Despesas Correntes, 1º elemento de despesa, o valor empenhado elencado é destinado à locação de mão de obra e diz respeito aos contratos considerados como funcionamento que são: Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia de manutenção preventiva e corretiva nas redes e instalações internas e externas do Lanagro/PE; vigilância armada; limpeza e conservação e serviços de atividades de apoio administrativo.

No 2º elemento de despesa, do montante empenhado a maior parte foi aplicada em despesas contratuais, como: fornecimento de energia elétrica, água, telefonia, manutenção e calibração nos diversos equipamentos laboratoriais, dentre outros.

Em relação 3º elemento de despesa são as aquisições de insumos (reagentes químicos, material biológico, hospitalar, etc.), aquisição de gases nobres, alimentos para os animais do

Biotério, contratação de empresas especializadas para manutenções de equipamentos com fornecimento de peças, etc.

Comparando-se o valor aplicado em custeio onde se destaca contratos e aquisições verifica-se o grande percentual dirigido para o funcionamento do Laboratório em torno de 72% (setenta e dois por cento), isto vem impactar em não suprir o laboratório de todos os insumos necessários para atender a demanda pertinente e a liberação dos créditos orçamentários em pequenas parcelas o que inviabiliza uma aquisição global logo no início do ano. A adoção de aquisição através do Sistema de Registro de Preços vem ajudando em razão de não ser necessário a disponibilidade de dotação orçamentária.

O quantitativo expresso em Demais Elementos do Grupo corresponde aos outros elementos de despesa tais como: passagens aéreas, Outros Serviços de Terceiros- serviços de publicação de extratos de editais e contratos no Diário Oficial da União, taxas alfandegárias e outros.

Comparando-se em despesas correntes os valores empenhados com os liquidados verificamos que os valores mais expressivos são consequências das aquisições realizadas no final de exercício onde não há tempo hábil para as empresas cumprirem com a entrega dos bens licitados, e dessa forma efetuar a liquidação.

Os valores inscritos em Restos a pagar não processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidados até 31 de dezembro. Conforme já relatamos, apenas no último trimestre recebemos a maior parte dos créditos orçamentários, para realização das licitações pretendidas, implicando num volume alto de recursos inscritos em Restos a Pagar.

No que tange aos valores pagos em 2013, consideramos uma otimização, pois quase todos os valores liquidados foram pagos.

Quanto as “Despesas de Capital” no 1º elemento de despesa, o volume liberado para material permanente foi muito expressivo, aproximadamente quatro milhões e meio, isto no último mês do ano e próximo (09/12/13) à data limite (13/12/2013) estabelecida para emissão de empenhos, situação totalmente intempestiva e estressante, e com um enorme comprometimento de toda a equipe em aplicar da melhor maneira possível devido a necessidade das aquisições e o compromisso assumido com as autoridades superiores do MAPA. Outro fator intempestivo é o encerramento do exercício financeiro onde o calendário é fixo para meados do mês de dezembro e com a incerteza de prorrogação de prazo, sendo repentinamente alterado para o último dia do ano.

Neste elemento de despesa o valor liquidado é bem inferior, comparando com o total empenhado, pelos motivos expostos acima e impacta no volume significativo na inscrição dos empenhos Restos a Pagar não processados.

No 2º elemento de despesa, o recurso alocado para obra foi insignificante porque para aplicar valores mais vultosos implicaria em projetos previamente elaborados com estudos preliminares, e não houve tempo hábil para tal. A decisão de aplicar quase em sua totalidade em material permanente foi a necessidade de aplicar em projetos já estudados e a renovação do parque tecnológico da UJ e essa oportunidade foi ímpar e quando se menciona o estresse inerente ao processo.

4.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

(Parte A, item 4, subitem 4.3 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro IV - Quadro A.4.3 - Restos a pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 447.885,08	R\$ 446.623,73	R\$ 1.261,35	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2010	R\$ 6.012,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.012,59
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.079.028,80	R\$ 1.637.820,02	R\$ 263.081,21	R\$ 178.127,57
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte : SIAFI Operacional				

Análise Crítica

(Parte A, item 4, subitem 4.3.1. do subitem 4.3. do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Os valores inscritos em restos a pagar processados, ano de 2012, foram totalmente executados até 31 de dezembro de 2013. No ano 2011 não houve valores registrados. Com relação ao montante expresso no ano de 2010 (R\$ 6.012,59) refere-se a uma pendência junto à empresa denominada Hidelma Hidráulica Elétrica e Manutenção LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.300/0001-73 cujas informações foram relatadas no Relatório de Gestão 2012. Em 31/12/2013 este valor continua a pagar, tendo em vista que a empresa decretou falência, impossibilitando a quitação do débito. Estamos aguardando posicionamento dos representantes legais da empresa, os quais já foram devidamente convocados por este Lanagro/PE.

Relativamente a restos a pagar não processados, no ano de 2012, o montante inscrito corresponde aos empenhos emitidos, em sua maioria, no último trimestre do ano citado, pois os prazos para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estavam vigentes.

O quantitativo expresso na coluna de saldo a pagar em 31/12/2013, corresponde a uma despesa com prestação de serviços de obra de engenharia para reforma e ampliação do laboratório de bacteriologia e virologia do Lanagro/PE. Este valor será executado durante o exercício de 2014, tendo em vista que o prazo de vigência deste contrato é até o dia 26/03/2014, podendo ser prorrogado havendo a necessidade.

4.6. Suprimento de Fundos

(Parte A, item 4, **subitem 4.5** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, item 4, o **subitem 4.5.2 do subitem 4.5**, do Anexo II da DN TCU n.º 12715/5/2013. Não se Aplica a UJ não usa Conta Tipo “B” “B”;
- Parte A, item 4, o **subitem 4.5.5 do subitem 4.5**, do Anexo II da DN TCU n.º 12715/5/2013. Foi considerada uma forma mais didática de análise realizar considerações quadro a quadro, por este motivo não respondemos este subitem.

4.6.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

(Parte A, item 4, subitem 4.5.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro V - Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	0	-	0	-	13	2.016,43	2.016,43
2012	0	-	2	296,66	50	5.826,88	6.123,54
2011	0	-	3	289,98	45	2.959,01	3.248,99

Fonte: SIAFI Operacional e site www.bb.com.br

Análise Crítica:

Os recursos aplicados num total de R\$ 2.016,43, todos aproveitados na área de Diagnóstico onde a demanda de compras de pequeno porte é de uma necessidade premente. Comparando-se este valor com toda a dotação recebida neste exercício, isto representa um percentual insignificante. O que esta UJ tem como meta é diminuir cada vez mais a aplicação de compras em caráter excepcional, e no momento que decide por esta aplicação é porque é imprescindível devido à demanda impactante na área de Diagnóstico. Conforme já comentado a redução em relação ao exercício anterior é 33%.

4.6.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

(Parte A, item 4, subitem 4.5.3 do subitem 4.5 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro VI - Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Código da UG 1	130016		Limite de Utilização da UG	R\$ 20.000,00		
AERLEM CYNNARA SILVA VIEIRA	027.769.034-05		8.000,00	-	1.151,88	1.151,88
VANIA LUCIA DE ASSIS SANTANA	832.324.784-68		4.000,00	-	864,55	864,55
Total Utilizado pela UG				-	2.016,43	2.016,43

Código da UG 2		Limite de Utilização da UG		
Total Utilizado pela UG		-	-	-
Total Utilizado pela UJ		-	2.016,43	2.016,43

Fonte: SIAFI Operacional e site www.bb.com.br

Análise Crítica:

Os suprimentos que aparecem neste quadro atendem formalmente aos procedimentos que disciplinam tal utilização, como seja: verificar estoque no almoxarifado, diagnóstico que pode ser suspensos/paralisados por causa de insumo de pequeno valor, chegada de Missão Internacional com aquisições de vulto insignificante que poderia impactar em uma Não Conformidade com repercussão no agronegócio e o comprometimento de programar esta compra. Portanto, cumprindo a legislação vigente.

4.6.3. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

(Parte A, item 4, **subitem 4.5.4** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro VII - Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
Situação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	4	2.016,43	18	6.123,54	11	5.874,13

Fonte: SIAFI Operacional

Análise Crítica:

Conforme já informado que cumprimos a legislação vigente, todos os processos de prestação de contas das compras foram devidamente aprovados.

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

(Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

5. a) Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

(Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

(Parte A, item 5, subitem 5.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 5, o subitem 5.1.1.2, do subitem 5.1.1** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013- esta UJ não houve evento de redução da Força de Trabalho no exercício em tela;
- Parte A, **item 5, o subitem 5.1.4 do subitem 5.1** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013- esta UJ não detém, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas;
- Parte A, **item 5, o subitem 5.1.5 do subitem 5.1** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013- esta UJ não tem sob sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.
- Parte A, **item 5, o subitem 5.1.7 e 5.1.8.** esta UJ não é responsável por área de recursos humanos, sendo de responsabilidade da SFA-PE;

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Jurisdicionada

(Parte A, item 5, subitem 5.1.1 do subitem 5.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

5.1.1.1 Lotação

(Parte A, item 5, subitem 5.1.1.1 do subitem 5.1.1, Quadro A.5.1.1.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro VIII - Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	69	69	1	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	69	69	1	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	41	41	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	28	28	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	71	71	1	2

Fonte: Dados Disponibilizados pelo SGP/SFA-PE

Observação:

Egresso – Dra. Diana Sione Barbosa Pinheiro (Aposentadoria) Portaria nº 223 de 29 de julho de 2013, publicado no DOU em 01/08/2013 Retificação Portaria nº 223, onde se lê: 29/06/2013, leia-se 29/07/2013.

Ingresso – Dra. Diana Sione Barbosa Pinheiro - Apostila Boletim de Pessoal nº 61, de 02 de Agosto de 2013, Página 04.

Egresso - Dra. Dalila Angélica Moliterno Duarte (Aposentadoria) Portaria nº 293 de 02 de Outubro de 2013, publicado no DOU em 07/10/2013.

Análise Crítica:

Conforme pode ser verificado neste Quadro, o total soma um montante de 71 servidores lotados nesta UJ. Entretanto, destes, 24 são da CONAB, e tem um perfil um pouco aquém das necessidades desta UJ por apresentar faixa etária avançada, grau de escolaridade limitado, e saúde debilitada, em decorrência da idade. O mesmo reflete também para o colaborador da CHESF, que exerce a função de Pedreiro.

Contamos ainda com cessão de uma servidora da EMBRAPA, que tem perfil adequado para o cumprimento das demandas do LANAGRO/PE, entretanto, sua permanência é muito vulnerável, e com dois servidores do Ministério da Integração Nacional que colaboram de sobremaneira, cada um em sua área de atuação, para o bom funcionamento do órgão.

A Força de Trabalho desta UJ se constitui em uma permanente preocupação em como agregar tantas procedências diferentes, demonstrada no quadro acima, tendo que solucionar uma equação de tantas variáveis conflitantes.

A atualização tecnológica, da qual ninguém pode fugir na era digital, é um imbróglio para adequar este universo nos controles atuais. Porém, há luz no fundo do túnel com autorização do concurso a ser realizado dentro de noventa dias.

Os servidores sem vínculo com a administração pública constituem dois servidores que desenvolvem suas atividades a contento uma frente ao financeiro e outro frente ao Setor de Compras.

Podemos visualizar quarenta e um servidores de carreira vinculados ao órgão, estes correspondem a vinte e sete Fiscais Federais Agropecuários, um motorista, uma telefonista, dois técnicos de atividades agropecuária, três técnicos de laboratório e os demais na área administrativa.

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

(Parte A, item 5, subitem 5.1.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

(Parte A, item 5, subitem 5.1.2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro IX - Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	0	0
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	0	
1.2.5. Aposentados	1	1		
2. Funções Gratificadas	6	6	0	0
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6		
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	11	1	0	0

Fonte: Setor de ASGP

Análise Crítica:

As funções gratificadas que esta UJ possui são seis FG1, três DAS 101.1, um DAS101.2 e um DAS101.3.

5.1.2. 2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

(Parte A, item 5, subitem 5.1.2.2, Quadro A.5.1.2.2 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro X - Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	3	11	11	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira		3	11	11	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	1	7	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	1	1	2
2.3. Funções Gratificadas				6	
3. Totais (1+2)	0	4	12	18	9

Fonte: Pasta Funcional do Servidor

Análise Crítica:

De trinta e nove servidores verificamos que 69,2 % tem faixa etária superior a cinquenta e um anos, o que consideramos muito elevado e 30,7% entre quarenta e um a cinquenta anos ficando apenas 0,1 % inferior a quarenta anos, onde se conclui que a necessidade de renovação do quadro é premente e urgente.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

(Parte A, item 5, subitem 5.1.2.3, Quadro A.5.1.2.3 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XI - Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	2	5	2	9	8	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	5	2	9	8	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	6	1	3	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	1	2	1	
2.3. Funções Gratificadas					5		1		
3. Totais (1+2)	0	0	0	2	11	3	12	9	6
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: Pasta funcional dos servidores									

Análise Crítica:

A situação de pessoal desta UJ é realmente muito crítica. O número de 70 servidores em cargos efetivos apresentado no Quadro A.5.1.1.1 como lotação autorizada registra puramente um quantitativo e não representa a Força de Trabalho, pois, ficamos com 46 servidores ao subtrair os 24 servidores da CONAB que pela faixa etária avançada e baixa escolaridade pouco contribuem em processos específicos ao desempenho das funções técnico-administrativa desta UJ. No entanto, esta UJ não tem meios para solucionar o problema de forma imediata, uma vez que, devido à grande deficiência de pessoal do quadro, alguns ainda exercem atividades que se podem considerar como necessárias. Esta UJ tem mantido contato com a CONAB no sentido de proceder a devolução de alguns destes servidores, devido apresentarem enfermidades cardíacas, por não dispormos de atendimento médico de nenhuma natureza. Funcionalmente, os mesmos são regidos pela CLT e são oriundos de atitudes de governos anteriores que os colocaram em disponibilidade.

Do total dos setenta servidores que compõem a Força de Trabalho, retirando os da CONAB, temos quatro administrativos que por terem processos específicos como telefonia, auxiliar de atividades agropecuárias, dentre outros, não atuam em setores como compras, contratos, finanças que requerem um controle mais eficiente e de maiores impactos.

Com a publicação do edital para concurso em 21 de janeiro de 2014, vislumbra-se que a solução para minimizar esta situação esta preste a ser resolvida.

Em relação ao corpo técnico, apesar do numero reduzido para a demanda, é formado por servidor de alto nível de escolaridade tendo a maioria mestrado e doutorado que são condições importantes para um processo tão específico como é o de Laboratório.

No que tange as funções gratificadas temos cinco FG1, um DAS 101.3, um DAS 101.2 e três DAS 101.1, porém destes, dois não são do quadro.

Consideramos que um comentário geral abrangente é mais eficaz e finalizando diante do exposto esta UJ não tem os Recursos Humanos próprio funcionando com o apoio da SFA-PE que vem atendendo a contento as nossas ações.

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

(Parte A, item 5, subitem 5.1.3, Quadro A.5.1.3 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

(ANEXO N)

Observação relevante: Os recursos contemplados no Quadro A.5.1.3 não estão vinculados aos custos desta UJ. Os dados apresentados foram coletados no setor pertinente da SFA-PE na qual estamos subordinadas na área de Seção de Gestão de Pessoas - SGP.

5.1.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

(Parte A, item 5, subitem 5.1.6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Esta UJ apresenta como controle interno, para acompanhar esta finalidade, um formulário já utilizado desde 2012. Esta pesquisa é realizada semestralmente conforme solicitação em anexo.

(ANEXO O)

Consideramos eficiente o formulário elaborado e o baixo número de servidores facilita os controles.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

(Parte A, item 5, subitem 5.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 5, o subitem 5.2.5 do subitem 5.2** do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013- esta UJ realizou a análise crítica de forma pontual por acreditar ficar mais didática.

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

(Parte A, item 5, subitem 5.2.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XII - Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
*FFA	2	2	2	0	0
Eng. Agrônomo-FFA	1	0	0	1	0
Químico-FFA	0	1	1	0	1
Médica Veterinária-FFA	5	5	5	0	0
Técnico Laboratório	23	21	19	2	0

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Os cargos descritos nos quadro dizem respeito ao contrato de prestação de serviços técnicos especializados, celebrado entre a União Federal por intermédio do MAPA em Brasília e a Fundação de Pesquisa do Agronegócio / FUNDEPAG, através do contrato 221011045/2008, gerenciado pelo órgão central em Brasília e que teve a sua prorrogação por mais um ano publicado no DOU do dia 19/12/2012, em sua Seção 3 página 8. Vale salientar que este contrato é fundamental para o funcionamento do Lanagro-PE, pois, sem a existência do mesmo as atividades técnicas desta UJ seriam paralisadas quase que totalmente, impactando de forma negativa no agronegócio brasileiro. Salientamos, outrossim, que este Contrato da FUNDEPAG finaliza em novembro do ano em curso (**ANEXO P**) e que com o concurso já autorizado para ocorrer em maio do ano corrente, haverá a substituição destes terceirizados por servidores concursados. * Esta Função de FFA diz respeito a dois Postos de Trabalho do contrato da FUNDEPAG desempenhado por duas Biólogas.

Fonte: Setor de ASGP

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

(Parte A, item 5, subitem 5.2.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XIII - Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Portaria nº327	16/09/13	796

Fonte: D.O.U. Seção 1 de 17/09/2013

Análise Crítica:

Portaria nº327 de 16 de setembro de 2013 revogou a Portaria GM/MP nº 74, de 15 de março de 2013, e nº 283, de 27 de junho de 2013. A Portaria nº327 contemplou 422 cargos destinados à reposição de pessoal e 374 para substituição de terceirizados.

Queremos deixar registrado que nos encontramos em um cenário de extremo esforço de manutenção do desenvolvimento das atividades laboratoriais da Rede Lanagro. Faz-se mister contratação de novos Fiscais, mas, faz-se imperativo manter iniciativa de reposição de servidores. Devido ao longo período sem concurso público, é grande o número de servidores em vias de aposentadoria.

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

(Parte A, item 5, subitem 5.2.3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XIV - Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de Serviços de Limpeza e higiene e vigilância ostensiva([ANEXO Q](#))

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

(Parte A, item 5, subitem 5.2.4,do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XV - Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra([ANEXO R](#))

5.2.5. Composição do Quadro de Estagiários

(Parte A, item 5, subitem 5.2.6,do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Quadro XVI - Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	8	8	49.043,00
1.1 Área Fim	6	6	8	8	49.043,00
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	6	6	8	8	49.043,00

Fonte: RelatórioEstagiários2013

Análise Crítica:

Esta UJ se ressentiu do baixo número de estagiário pelos mesmos serem recorrentes do universo do número de servidores do Quadro. Aplicamos a legislação pertinente e registramos que os estagiários alocados nesta UJ têm um grande aprendizado contribuindo para formação do profissional que a sociedade requer. Já solicitamos revisão do número de estagiário a ser disponibilizado, mas, sem sucesso. Sugerimos que poderia ser revisto a modalidade de contratação de estagiários pela especificidade do trabalho do Laboratório, podendo ser feita esta contratação através de concurso a semelhança da de outros órgãos esfera pública.

6. Parte A, Item 6, Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

6. a) Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

(Parte A, item 6,do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 6, subitem 6.2**, a UJ não bensimóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade, visto que conforme é sabido, estamos alocados em terreno sob responsabilidade da UFRPE.

Citamos como uma **observação relevante** o fato que neste exercício esta UJ manteve contato com a Magnífica Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Enviamos vários ofícios para a referida IFES de nº 10, 336, 472 e 646/2013-Lanagro-PE, todos versando sobre as informações atualizadas do andamento do processo de cessão. A Magnífica Reitora tem ciência que a área física onde esta situada a Universidade ainda não esta oficializada na Superintendência do Patrimônio da União e somente após esta situação resolvida é que a área desta UJ poderá ser desmembrada. Anexamos os documentos da Magnífica Reitora datados de fevereiro de 2013 e de dezembro de 2013 com informações pertinentes [\(ANEXO S\)](#). Este assunto vem evoluindo e espera-se que em 2014 seja resolvido. Esta UJ possui três unidades laboratoriais no endereço: Av. San Martin, 1000, Bongi - Recife/PE – CEP. 50.630- 060 onde ocupa um prédio situado na área física da SFA-PE. O SLAV-PB funciona na Rodovia BR 230, Km 14, Estrada João Pessoa - Cabedelo/PB, CEP 58.310 – 000 em prédio próprio da SFA-PB.

- Parte A, **item 6, subitem 6.3** a UJ não bensimóveis locados de terceiros.

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

(Parte A, item 6, subitem 6.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013)

Os veículos pertencentes a esta UJ são classificados no grupo de **veículos de serviços comuns**. A média anual de quilômetros rodados é de 4.007 km e a idade média dos mesmos é sete anos.

A quantidade total de veículos existente na frota é de treze e, com a idade média mencionada, verifica-se que esta UJ necessita da aquisição de veículos, no entanto, a proibição constante na Port. 268/2013 do MPOG publicada no DOU de 31/07/2013 inviabilizou as aquisições.

Esta UJ necessita urgentemente de adquirir veículos diante do rol de atividades executadas que são: de coleta de amostras em aeroporto, transportar bens e insumos no próprio espaço físico da instituição, uma vez que a área é de 2 (dois) ha e na sua maioria acidentada e, ressaltando tudo isto, a movimentação de pessoal e bens e insumos entre a sede da UJ e o Serviço Laboratorial Avançado na Paraíba /SLAV-PB e a Unidade II do Lanagro-PE. Servidores também são deslocados para realizar atividades de auditorias e monitoramento de laboratórios credenciados, situados na região nordeste, bem como, nos deslocamentos para supervisão do SLAV-PB.

Esta UJ possui um contrato de manutenção preventiva e corretiva de veículos, o que vem minimizando os problemas advindos da idade média e uso dos veículos.

No exercício de 2013 o Sistema de Controle de Veículos Automotores – SCVA que realiza todo o acompanhamento de saída e entrada de veículos, quilometragem, abastecimento e manutenção entrou em seu pleno funcionamento.

No que diz respeito aos custos associados à manutenção da frota temos o gasto no exercício em tela de: combustíveis de R\$ 28.303,11, Peças e Lubrificantes R\$ 12.862,61, Serviços R\$ 2.618,18, Licenciamentos R\$ 936,78 e Seguro Obrigatório R\$ 1.368,25 perfazendo um total de R\$ 46.088,93.

No exercício foi utilizado um contrato que iniciou em 2010 que permite o abastecimento através de cartão e que evidencia os abastecimentos com os controles necessários, uma vez que, o

relatório emitido pelo uso do cartão registra as informações pertinente como seja: motorista, posto, dia, hora, quilometragem, litros, tipo de combustível e identificação do frentista, o que viabiliza um rastreamento e monitoramento desta atividade.

Tínhamos também a intenção de locar veículos, entretanto, a Portaria 268/2013, retromencionada, proíbe também esta ação.

Concluimos informando que obedecemos tanto as Normas do MAPA, quanto ao Decreto Nº. 6403 de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública direta, autarquia e fundacional, bem como a IN nº3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais.

7. Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

7.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

(Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013)

7.1.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

(Parte A, Item 8, subitem 8.1 do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013)

Quadro XVII - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis [\(ANEXO T\)](#)

7.1.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro Anexo 1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)			2013	Capacitação de colaboradores(ANEXO U)		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	570 resmas	754 resmas	705 resmas	R\$ 6.443,00	R\$ 8.276,60	R\$ 7.398,10
Água	1159 m3	2144 m3	1569 m3	R\$ 13.698,09	R\$ 18.252,71	R\$ 15.658,96
Energia Elétrica	400 quilowatt	325 quilowatt	300 quilowatt	R\$ 506.541,28	R\$ 618.617,09	R\$ 589.674,07
			Total	R\$ 526.682,37	R\$ 645.146,40	R\$ 612.731,13

Fonte: Setor de Contratos

Análise Crítica:

Esta UJ, através de documentos, solicita constantemente aos colaboradores a economia de energia. Os documentos em anexo atestam esta solicitação e o resultado alcançado ([Anexo U](#)). Em relação ao consumo de papel e água o procedimento é idêntico.

Referente a sustentabilidade, tanto na parte de linha branca, quanto nos produtos de TI, no que diz respeito aos critérios ambientais os editais de aquisições já exigem (Licitações verdes). A partir de 2012 foi exigido que os participantes apresentassem produtos com os selos evidenciando participação em programas de redução de energia.

Vale comentar que no mercado de venda de produtos para laboratórios não há grande número de fornecedores para atender a esta demanda, o que vem dificultando a elaboração dos processos trazendo lentidão as conclusões.

8. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

8.1. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

(Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 9, subitem 9.3**, a UJ não está estruturada na área de auditoria interna administrativa.
- Parte A, **item 9, subitem 9.5**, a UJ não teve dano ao erário no exercício em tela.

8.2. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

(Parte A, item 9, subitem 9.1 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 9, subitem 9.1.2**, a UJ não tem Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício em tela.

8.2.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Parte A, item 9, subitem 9.1.1 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

Quadro XVIII - Quadro A.9.1.1 – Cumprimento dos TCU atendidas no exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 041.246/2012-8	6703/2013-TC 1ª Câmara, Sessão de 01/10/2013	1.1	DE	Ofício 1424/2013 - TCU-SECEX-PE de 07/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco					72219
Descrição da Deliberação					
Excluir do rol dos responsáveis das presentes contas as servidoras Sayonara Maria Paulino de Assis, Raiolanda Castello Branco Peman e Joana Evangelina Cesar de Lima; julgar regulares com ressalva as contas de Diana Sione Barbosa Pinheiro e Maria de Fátima Ventura de Almeida, dando-lhes quitação; regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e mandar adotar as seguintes providência sugerida nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo posteriormente: dar ciência desta deliberação ao Lanagro-PE e a Secretaria de Controle Externo do Meio Ambiente e da Agricultura do TCU informando a esta última a respeito do Contrato 221011045/2008 firmado entre o MAPA e FUNDEPAG no qual os serviços técnicos especializados prestados ao Lanagro-PE envolve atividades que aparentemente são típicas do plano dos cargos e salários da entidade.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo					72219
Síntese da Providência Adotada					
Dar ciência aos envolvidos na referida deliberação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento pleno da deliberação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O conteúdo não permite maiores explanações, uma vez que a deliberação foi dar ciência.					

8.3. Tratamento de Recomendações do OCI

(Parte A, item 9, subitem 9.2 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

8.3.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

(Parte A, item 9, subitem 9.2.1 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

Quadro XIX - Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203368	Constatação 007 - Recomendação 002	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional- PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Apresentar os Resultados por meio de Indicadores Institucionais apensando quadros que contenham séries históricas de no mínimo, 03 anos passados, permitindo assim o tratamento de análises comparativas dos dados alcançados no exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Técnica Laboratorial - LANAGRO/PE			
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhamos à CGU - Regional/PE o solicitado, contendo a série histórica considerando os dados dos anos de 2010, 2011 e 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após análise pelo Controle Interno dos anexos comprobatórios da apresentação da série histórica solicitada, foi verificada a efetividade da ação. Portanto, a Recomendação foi tida como atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Concordamos com a observação dos Senhores Auditores de que os números divulgados não eram suficientes para qualificar ou alçar o conceito de eficácia, eficiência e efetividade à condição de Indicador. Para nós foi positiva esta visualização, pois, ficou clara a necessidade da apresentação de dados que ofereçam a possibilidade de uma avaliação relativa mensurável. Conforme solicitado apresentamos as Metas Programadas com série histórica, para que haja ferramenta necessária para uma adequada avaliação dos indicadores dos indicadores do LANAGRO - PE.			

Quadro XX - Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203368	Constatação 007 - Recomendação 004	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional-PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Apresentar os os dados dos Indicadores Institucionais segregando-os por ação governamental.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Técnica Laboratorial - LANAGRO/PE			
Síntese da Providência Adotada			
Para atendimento desta Recomendação implantamos os Indicadores apresentados pela CGAL e os segregamos por ação governamental e encaminhamos as evidências para a CGU - Regional/PE			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após análise pelo Controle Interno dos anexos comprobatórios da apresentação da segregação solicitada, foi verificada a efetividade da ação. Portanto, a Recomendação foi tida como atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A mudança na elaboração dos indicadores, com a implantação dos modelos definidos pela CGAL permitiu um aumento na qualidade dos controles das metas físicas previstas das ações 2132 e 2136, bem como, ofereceu um rumo que aumenta as possibilidades de ser atingido a Missão do M.E. de “Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária”.			

Quadro XXI - Quadro A.9.2.1 -Relatório das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203368	Constatação 026 - Recomendação 001	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional-PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao LANAGRO/PE que faça gestões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a realização de Concursos Públicos que supram a Unidade Jurisdicionada de servidores efetivos necessários ao adequado desempenho de suas funções.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação LANAGRO/PE			
Síntese da Providência Adotada			
Acatamos plenamente a Recomendação do Órgão de Controle Interno e encaminhamos diversos expedientes à CGAL, nosso Chefe Imediato, indicando nossas necessidades			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Órgão de Controle analisou a nossa documentação apresentada, e verificou que todas as medidas cabíveis, dentro da nossa esfera de competência haviam sido providenciadas, o que corrobora o atendimento pleno desta recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A necessidade de realização de concurso era premente e conhecida por todos que fazem parte da Rede de Laboratórios do MAPA, bem como pelas Coordenações e Secretarias cujas quais somos subordinados. O trabalho foi árduo, mas bem sucedido, quando em 21 de janeiro de 2014 foi publicado o Edital do Concurso Público para reposição de pessoal e substituição de terceirizados, conforme previa a Portaria nº 327 - MPOG, de 16/09/2013, que autorizou a realização do mencionado concurso.			

8.3.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

(Parte A, item 9, subitem 9.2.2 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

OBSERVAÇÃO RELEVANTE: Ofício 728/2013, de 26/12/2013, evidencia todas as respostas dos quadros abaixo, entretanto, devido ao seu quantitativo de Megabytes, não o anexaremos. Mas, informo que cópia deste pode ser requerida a qualquer momento.

Quadro XXII Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203368	Constatação 026 - Recomendação 002	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional-PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Em consonância com a Constatação 026 - Recomendação 001, nos foi recomendado que promovêssemos a substituição dos empregados terceirizados por servidores de carreira, utilizando, também, estratégias de movimentação de outros órgãos públicos ou unidades próprias do MAPA.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação LANAGRO/PE			
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos Ofícios a diversos órgãos públicos, a saber, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Comissão Interministerial de Anistia, e encaminhamos todos para a CGU-Regional/PE para comprovar as medidas que estávamos tomando.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O órgão de Controle Interno analisou as documentações enviadas e entendeu como atendida a recomendação sugerida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo da solicitação temos a publicação da autorização para realizar concurso publico para a substituição dos empregados terceirizados por servidores de carreira, fato obtido após um árduo trabalho desta UJ. Entretanto, usar a estratégias de movimentação de outros órgãos públicos ou unidades próprias do MAPA. não obtivemos êxito, pois nenhum dos órgãos até o presente momento nos respondeu.			

Quadro XXIII - Quadro A.9.2.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203368	Constatação 012 - Recomendação 002	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional-PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar à CGU das ações adotadas pela CGAL no sentido de segregar as metas e resultados físicos alcançados pelo Lanagro e seus Laboratórios credenciados (ANIMAL).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação e Divisão Técnica Laboratorial LANAGRO/PE			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em 26/12/2013 encaminhamos à CGU/PE o Ofício nº 728/2013 - LANAGRO/PE, onde consta todas as informações necessárias. Até o presente momento estamos no aguardo do posicionamento do Órgão de Controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Após a publicação do PPA-2012-2015 o Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN do MAPA foi descontinuado. Por solicitação da CGAL houve o envio das metas e resultados físicos alcançados pelo Lanagro e seus Laboratórios credenciados de forma segregada. Este fato foi positivo no sentido de permitir uma clara visibilidade dos resultados físicos alcançados em cada uma das partes.			

Quadro XXIV - Quadro A.9.2.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA			757
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203368	Constatação 013 - Recomendação 002	OFÍCIO Nº 32.060/AUD/CGU - Regional-PE - Nota Técnica 34931
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar à CGU das ações adotadas pela CGAL no sentido de segregar as metas e resultados físicos alcançados pelo Lanagro e seus Laboratórios credenciados. (VEGETAL)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação e Divisão Técnica Laboratorial LANAGRO/PE			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em 26/12/2013 encaminhamos à CGU/PE o Ofício nº 728/2013 - LANAGRO/PE, onde consta todas as informações necessárias. Até o presente momento estamos no aguardo do posicionamento do Órgão de Controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O mesmo comentário para a ação 2132 se repete para a ação 2136 pois, os ajustes realizados foram iguais. Após a publicação do PPA-2012-2015 o Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN do MAPA foi descontinuado. Por solicitação da CGAL houve o envio das metas e resultados físicos alcançados pelo Lanagro e seus Laboratórios credenciados de forma segregada. Este fato foi positivo no sentido de permitir uma clara visibilidade dos resultados físicos alcançados em cada uma das partes.			

8.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

(Parte A, item 9, subitem 9.4 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

8.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

(Parte A, item 9, subitem 9.4.1 do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/20130)

Quadro XXIV - Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	10
	Entregaram a DBR	0	0	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SetorASGP

8.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

(Parte A, item 9, subitem 9.4.2 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Esta UJ, por não ter o setor de Recursos Humanos próprio, independente da SFA-PE, faz um gerenciamento entregando, através de documentos oficiais, as referidas declarações no órgão capacitado para tal. Ao final do prazo definido pela Receita Federal, é feito um levantamento do cumprimento desta deliberação. [\(ANEXO V\)](#)

Informamos que o gerenciamento é feito via documentos em papel, devido ao reduzido número de servidores, e consideramos o sistema adotado eficiente para manter estes controles.

A identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida não é realizada por esta UJ por não ter setor de Recursos Humanos estabelecido, sendo esta função exercida pela SFA-PE, bem como a guarda dos referidos documentos serem competência do mesmo.

8.5. Alimentação SIASG E SICONV

(Parte A, item 9.6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

DECLARAÇÃO

Eu, **Salete Bretã Ananias de Oliveira**, CPF nº 7339416978-20, **Chefe do Apoio Administrativo**, exercido no Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco/ **LANAGRO-PE** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 17 de março de 2014.

Salete Breta Ananias de Oliveira

CPF nº 7339416978-20

Chefe do Apoio Administrativo

9. Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

9.1. Relacionamento com a Sociedade

(Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

9.2. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

(Parte A, item 10.1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Esta UJ para atender a Lei nº 12.527, da Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, inicialmente pensou em manter uma estrutura física nesta UJ, mas recebeu instruções que o MAPA centralizaria em sua sede em Brasília, mais precisamente na Biblioteca Central. No portal eletrônico da agricultura o cidadão acessa os caminhos para pedir informações através de pedido presencial, ou de pedido eletrônico.

Esta Coordenação no exercício 2013 necessitou de informação e utilizando este canal foi prontamente atendida.

9.3. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

(Parte A, item 10.2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Quanto ao mecanismo de atendimento do cidadão usuário esta UJ possui um setor denominado Unidade de Gestão da Qualidade que gerencia tal demanda. Para isto há um formulário específico que é distribuído aos clientes através da Recepção de Amostras.

Esta pesquisa de satisfação de clientes do Lanagro/PE é um requisito da Norma ABNT NBR 17025:2005 e tem como política descrita no Manual da Qualidade deste Lanagro (MQ

UGQ/PE 4.2.001) “Assegurar o bom relacionamento e a cooperação com os clientes do laboratório, sem prejuízo da confidencialidade dos resultados”.

Desta forma, objetivando a melhoria contínua do SGQ, e a maior satisfação dos nossos clientes, é realizado um levantamento estatístico abaixo apresentado:

2011*	2012	2013
-	94,30%	97%

* Como descrito no Relatório de Análise Crítica pela Direção (FORM UGQ/PE 4.15.001-A) do ano de 2011, a Pesquisa de Satisfação de Clientes Externos foi inconsistente. Os clientes não especificaram os problemas ocorridos e foi difícil a localização dos responsáveis pelas respostas para dirimir dúvidas quanto às insatisfações, pelo exposto não temos dados a apresentar.

Esta Coordenação participa das reuniões onde este assunto é tratado e enfatiza a grande importância na melhoria advinda destas ações. Nestas reuniões são apresentadas as respostas dadas aos clientes das questões formuladas pelos clientes, que se refere a críticas e elogios ao desempenho da UJ.

9.4. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

(Parte A, item 10.3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Os resultados das pesquisas de satisfação do cliente objetivam identificar possíveis falhas para atender a contento a todos os nossos clientes, visando aprimorar o desempenho da UJ. Apresentamos o levantamento de percentual de satisfação do cliente nos últimos três anos.

2011*	2012	2013
-	94,30%	97%

* Como descrito no Relatório de Análise Crítica pela Direção (FORM UGQ/PE 4.15.001-A) do ano de 2011, a Pesquisa de Satisfação de Clientes Externos foi inconsistente. Os clientes não especificaram os problemas ocorridos e foi difícil a localização dos responsáveis pelas respostas para dirimir dúvidas quanto às insatisfações, pelo exposto não temos dados a apresentar.

Esta Coordenação participa das reuniões onde este assunto é tratado e enfatiza a grande importância na melhoria advinda destas ações. Nestas reuniões são apresentadas as respostas dadas aos clientes das questões formuladas pelos mesmos, que se refere a críticas e elogios ao desempenho da UJ.

10. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

(Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Não apresentamos os subitens abaixo relacionados e, justificamos os motivos:

- Parte A, **item 11, subitem 11.3 e 11.4**, a UJ tem os registros contábeis feitos no SIAFI;
- Parte A, **item 11, subitem 11.5 e 11.6**, não se aplica a natureza jurídica da UJ

10.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

(Parte A, item 11, subitem 11.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Esta UJ se preocupando com o tema desde o exercício de 2012 designou um servidor, em julho de 2012, para participar de um treinamento de GESTÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO COM ÊNFASE NA DEPRECIAÇÃO E NA REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, onde neste momento poder-se-ia colher alguns frutos para atender ao solicitado. No mês de março do exercício de 2013 o MAPA firmou contrato com a Empresa Link Data para suporte e manutenção do Sistema ASI que contempla depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativo e passivo ([ANEXO X](#)). No exercício de 2014 temos esta atualização do ASI, que já está sendo implantada paulatinamente nos órgãos do MAPA iniciando nas Superintendências de Brasília e de São Paulo. No momento que o Sistema esteja implantado nesta UJ cumprimos às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

10.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

(Parte A, item 11, subitem 11.2 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

10.3. Declaração Plena

(Parte A, item 11, subitem 11.2.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Quadro XXVI - Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

(ANEXO Y)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Laboratório Nacional Agropecuário/PE			130016
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	17 de março de 2014
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8GO

11. Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

(Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

11.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

(Parte A, item 12, subitem 12.1 do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.)

Consideramos que merece ser mencionado alguns registros que este título nos permite citar, quais sejam:

1. A tomada de Contas de Contas do exercício de 2011, auditada em 2012, foi muito enfática com a problemática da terceirização, e esta UJ participou diretamente do processo do Concurso Público, mencionando a necessidade do mesmo, sendo este anseio impetrado em 2014.
2. Outro tema que foi dado enfoque com o Processo de Tomada de Contas foi a segregação das despesas de funcionamento com as de cunho finalísticos o que foi alcançado para o POA de 2014;
3. Os servidores envolvidos que foram julgados regulares com ressalvas nas contas, ficaram no primeiro instante perplexos com os resultados, uma vez que, a ressalva referente aos dados do SIPLAN onde menciona os ajustes efetuados pela UJ durante o exercício e que “alteravam dados” que seriam de responsabilidade regimental da CGAL; informamos que, **tal posicionamento não procede**, uma vez que o Sistema não permitia alterar as informações inseridas pela CGAL. Esclarecemos que as alterações nas duas outras colunas são de inteiro **conhecimento e determinação** do órgão central em Brasília. A tela do sistema SIPLAN, **ANEXO Z**, mostra três colunas com valores da “meta física prevista inicial” que na realidade era estimada pela CGAL para a elaboração da LOA e no início do ano os Lanagros faziam suas “Metas Físicas Corrigidas” com base no Plano Operativo Anual oriundo de documentos assinados pelos Responsáveis Técnicos das unidades analíticas fundamentado, sobretudo, em suas capacidades operacionais. Esta observação consideramos oportuna e não poderíamos deixar de mencioná-la, dado o seu cunho explicativo da questão. Quanto à outra ressalva, referente a indicadores, registramos que os mesmos eram usados por toda a Rede Lanagro por determinação do órgão central.

Se somente agora fazemos este registro é por considerar que o Relatório de Gestão é um reflexo de tudo que se passa na instituição e a elaboração do mesmo requer uma retrospectiva dos acontecimentos negativos e positivos.

4. As orientações para cumprir os normativos referentes à sustentabilidade são difíceis de serem seguidas, uma vez no mercado há um número reduzido de fornecedores para atender ao pleito com as exigências necessárias, citamos casos que vivenciamos como de mobiliários, computadores de linha verde e copo de papelão.
5. Vale comentar a oportunidade que esta UJ teve de indicar a capacitação de terceirizados oferecida por órgão da Administração pública sem envolver nenhuma despesa, uma vez que os treinamentos foram realizados nesta cidade e os colaboradores quando indicados procuravam compensar o seu trabalho por compreender que estava tendo uma oportunidade única. Com isto, a otimização foi sentida com os conhecimentos atualizados e a multiplicação envolvendo, no retorno, os treinamentos dos demais colaboradores. Somos conscientes que a capacitação de terceirizados não deve ser viabilizada quando envolve ônus à Administração.
6. A estrutura física desta UJ situada numa área física de dois ha constitui um fator preocupante e requer soluções que envolvam gestões junto a órgãos superiores para estudar este problema. Esta UJ encontra-se no limite de ocupação da área física existente. Estudos preliminares devem ser efetuados para viabilizar projetos bem elaborados e captação de recursos financeiros.

12. ANEXOS

ANEXO A

1- PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA-2013

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO LABORATORIAL - CGAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE UNIDADE DE GESTÃO DA QUALIDADE - UGQ	FORM UGQ/PE 5.9.001- B	
		Emissão: 08/05/12	Página: 1 de 3
		Revisão: 000	Versão: 001
PLANO DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA			

CÓDIGO DA ÁREA	ORGANIZADOR	PERÍODO	ENSAIO	MATRIZ	METODOLOGIA
DIA/BAC	AHVLA – Animal Health and Veterinary Laboratories Agency	05/11/2013	<i>Salmonella</i>	Pool de bactérias	Cultura bacteriana
		12/11/2013	<i>Mormo</i>	Soro	Fixação de Complemento
		19/11/2013	<i>Brucella abortus</i>		Fixação de Complemento e 2-Mercaptoetanol
		10/12/2013	<i>Leptospira</i>		Microaglutinação
ENC/EET	Canadian Food Inspection Agency	Abril/2013	Detecção de Proteínas Priônicas	Sistema Nervoso Central (SNC)	Imunohistoquímica
			Detecção de alterações histológicas causadas por proteínas priônicas		Histologia
LASO/PE	Rede Metrológica/RS	Out a Nov/2013	Análise de Pureza, Teste de Germinação e Determinação de outras Sementes por Número (DOSN)	Soja	RAS 2009
				Arroz	
FIQ/FEC	CGAL/SDA/MAPA	Abril e Julho/2013	Nitrogênio Total	Fertilizantes Minerais	1.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Nitrogênio Total		1.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			P ₂ O ₅ CNA + água		2.3.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			P ₂ O ₅ CNA + água		2.3.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			K ₂ O Solúvel em água		3.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			K ₂ O Solúvel em água		3.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Ca Total		4.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Ca Total		4.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mg Total		5.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mg Total		5.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			S Total		6.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			S Total		6.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			B Total		7.2 do Cap. I da IN nº 28/2007
			B Ácido cítrico		15 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Cu Total		9.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Fe Total		11.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mn Total		10.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mn CNA + água		15 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mo Total		12.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Mo Total		12.2 do Cap. I da IN nº 28/2007

CONTINUAÇÃO ANEXO A

Cont. PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA-2013

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO LABORATORIAL - CGAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE UNIDADE DE GESTÃO DA QUALIDADE - UGQ		FORM UGQ/PE 5.9.001- B	
			Emissão: 08/05/12	Página: 2 de 3
			Revisão: 000	Versão: 001
PLANO DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA				

			Zn Total		IN nº 28/2007
			Zn Ácido cítrico 2%		8.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Cd Total		15 do Cap. I da IN nº 28/2007
			Cr Total		IN nº 24/2007
			Pb Total		IN nº 24/2007
			CaO	Corretivos de Acidez do Solo	2.1 do Cap. II da IN nº 28/2007
			CaO		2.2 do Cap. II da IN nº 28/2007
			MgO		3.1 do Cap. II da IN nº 28/2007
			MgO		3.2 do Cap. II da IN nº 28/2007
			Poder de Neutralização (PN)		1.1 do Cap. II da IN nº 28/2007
			PRNT		5 do Cap. II da IN nº 28/2007
			Granulometria Peneira (2,0-0,84-0,3mm)		B do Cap. II da IN nº 28/2007
			P ₂ O ₅ Fosfite	Fertilizantes Foliares	2.5.1 do Cap. I da IN nº 28/2007
			N Total	Fertilizantes Orgânicos	1.3 do Cap. III da IN nº 28/2007
			Carbono Orgânico		10 do Cap. III da IN nº 28/2007
			CTC		11 do Cap. III da IN nº 28/2007
MIC/ALI	FAPAS	Maio/2013	Salmonella	Carne de Frango	ISO 6579:2002
		Out/2013	Listeria monocytogenes	Soft Cheese	ISO 11290-1:1996
FIQ/ALI	FAPAS	Fev a Mar/2013	Histamina	Peixe em Conserva	IN MAPA nº 25 de 2 de junho de 2011
		Jun a Ago/2013	Bases Voláteis Totais	Carne em Conserva	IN MAPA nº 20 de 21 de julho de 1999
		Jul a Ago/2013	Umidade		
			Cinzas		
			Gordura Total		
		Set a Out/2013	Nitrogênio	Peixe em Conserva	IN MAPA nº 25 de 2 de junho de 2011
			Histamina	Geléia	
		Out a Dez/2013	Sulfitos	Leite em Pó	IN MAPA nº 68 de 12 de dezembro de 2006 e IN MAPA nº 11 de 30 de abril de 2009
		Dez/2013	Umidade		
			Cinzas		
			Gordura Total		
			Nitrogênio		
			Acidez Titulável		
			Lactose		
RES/COR	FAPAS	Ago/2013	Avermectinas	Carne Enlatada	IN MAPA nº 17 de 29 de maio de 2013
RES/COI	DUCARES B. V.	Junho/2013	Arsênio - As	Ração de Porco	MET RES/COI 5.4.002 Ver 006
			Mercúrio - Hg	Farelo de Soja	MET RES/COI 5.4.001 Ver 007
			Cádmio - Cd	Ração de Porco	MET RES/COI 5.4.005 Ver 005
				Ração de Porco	MET RES/COI 5.4.002 Ver 005
	FIAPAS	Março a Maio/2013	Arsênio - As	Peixe Enlatado	MET RES/COI 5.4.001 Ver 007
			Mercúrio - Hg		MET RES/COI 5.4.001 Ver 007
	EMBRAPA	Nov/2013	Arsênio - As	Fígado Liofilizado	MET RES/COI 5.4.002 Ver 007

CONTINUAÇÃO ANEXO A

Cont. PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA-2013

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO LABORATORIAL - CGAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE UNIDADE DE GESTÃO DA QUALIDADE - UGQ	FORM UGQ/PE 5.9.001- B	
		Emissão: 08/05/12	Página: 3 de 3
		Revisão: 000	Versão: 001
PLANO DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA			

			Cádmio - Cd		MET RES/COI 5.4.005 Ver 007
			Chumbo - Pb		MET RES/COI 5.4.005 Ver 007
			Mercúrio - Hg		MET RES/COI 5.4.001 Ver 009
DIA/VIR	AHVLA – Animal Health and Veterinary Laboratories Agency	Dez/2012	Doença de Aujeszky (DA) – Pesquisa de anticorpos pela prova de Virusneutralização (VN)	Soro suíno	MET DIA/VIR 5.4.012 Ver 001 Rev 001
		Mar/2013	Peste Suína Clássica (PSC) – Pesquisa de anticorpos pela prova de Virusneutralização (VN)		MET DIA/VIR 5.4.009 Ver 001 Rev 001

Atualizado por: Nathalia Graça

Data: 07/03/2014

FIM

ANEXO B

TERMO I - TERMO COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITO nº 003


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
S D A - Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco



**TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO
DE CRÉDITO nº 003 de 10 de junho de 2013**

Com base na Portaria Conjunta nº 08 datada de 07.11.2012, obedecendo ao que nela estabelece, acordado com os normativos vigentes, estamos celebrando este Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 003/2013, entre o Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - LANAGRO-PE e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba - SFA-PB.

1 - Identificação (Título/Objeto da Despesa)

Descentralização de um posto de limpeza no valor mensal de R\$ 1.702,42 (hum mil setecentos e dois reais e quarenta e dois centavos).

II - UG / Gestão-Repassadora e UG / Gestão-Recebedora

130016	130024
--------	--------

III - Justificativa: (Motivação / Clientela / Cronograma Físico)

Devido a avançada do LANAGRO/PE está situada dentro da área da SFA-PB, este recurso se faz necessário para que possamos cobrir os gastos com 1 (um) posto de limpeza.

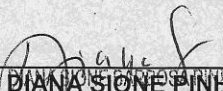
IV - Relação entre as Partes: (descrição e Prestação de Contas das Atividades)

O LANAGRO-PE e a SFA-PB são duas Unidades Jurisdicionadas independentes e para funcionar a contento necessita que repassemos os recursos para as despesas com um posto de limpeza.

V - Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de Trabalho Projeto/Atividade	Fonte	Natureza Da Despesa	Valor (R\$1,00) (seis meses)
11/2009		339037-01	R\$ 10.214,52

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
Recife, 10 / 06 / 13  DIANA SIONE PINHEIRO FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO Matricula SIAPE nº. 19.422 Cart. Id. Fiscal nº. 0974	Recife, 10 / 06 / 13  LÚCIO AURELIO BRAGA MATOS

CONTINUAÇÃO ANEXO B

TERMO II - TERMO COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITO nº 004

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
S.D.A. - Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAL - Coordenação Geral de Apóio Laboratório
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO nº 004 de 08 de setembro de 2013

Com base na Portaria Conjunta nº 08 datada de 07.11.2012, obedecendo ao que nela estabelece, acordado com os normativos vigentes, estamos celebrando este Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 004/2013, entre o Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - LANAGRO-PE e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba - SFA-PB.

1 - Identificação (Título/Objeto da Despesa)

Descentralização de crédito para melhorias no Laboratório de Fitossanidade localizado no Serviço Laboratorial Avançado no Estado da Paraíba, sendo esta avançada de responsabilidade deste LANAGRO. Este serviço está estimado no valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecientos reais).

II - UG / Gestão-Repassadora e UG / Gestão-Recebedora

130016	130024
--------	--------

III - Justificativa: (Motivação / Clientela / Cronograma Físico)

A avançada do LANAGRO/PE está situada dentro da área da SFA-PB sendo este recurso necessário para que possamos cobrir os gastos gerados com este serviço de reparos/reformas.

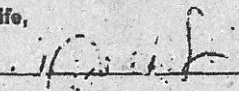
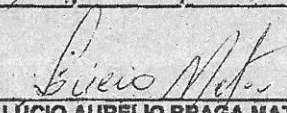
IV - Relação entre as Partes: (descrição e Prestação de Contas das Atividades)

O LANAGRO-PE e a SFA-PB são duas Unidades Jurisdicionadas independentes e para que esta reforma atenda a contento necessita que repassemos os recursos para as despesas desta contratação.

V - Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de Trabalho Projeto/Atividade	Fonte	Natureza Da Despesa	Valor (R\$1,00) (salá meses)
11/2009		339039-00	R\$ 18.900,00

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
Recife,  DIANA SIONE PINHEIRO FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO Carteira de Identificação Fiscal nº 067- COORDENADORA-GERAL MESA LANAGRO/PE	Recife, 24.09.2013  LÚCIO AURELIO BRAGA MATOS

ANEXO C

Quadro XXIII- Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

CONTINUAÇÃO ANEXO C

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Esta UJ no primeiro trimestre do ano cria um cronograma de reuniões administrativas que contempla todas as áreas subdivididas em dois seguimentos. Sendo as áreas de compras, contratos, finanças e almoxarifado são reunidas com a alta direção para ter maior abrangência e está diretamente ligada aos objetivos finalísticos da UJ. Outro seguimento contempla protocolo, recursos humanos, transporte, manutenção e TI. Consideramos estas reuniões como Controles Internos da UJ. Todas as reuniões são formalizadas com convocações prévias lista de presença, e memórias colocadas na intranet para divulgação. A frequência das mesmas é quinzenal. Nestas reuniões são discutidas as prioridades dos serviços de aquisições bem como a execução orçamentária e financeira, uma vez que o recurso é contingenciado durante grande período do ano. Estes Controles Internos são fundamentais por não ter como todos os setores serem atendidos de forma harmoniosa e as prioridades no agronegócio impactam na decisão da aplicação dos recursos. Quanto a avaliação do risco a UJ necessita de uma melhor implementação, pois na prática se sente como é necessária a sua utilização. Em processos de TI já é utilizado. Os contratos de manutenção de equipamentos são exaustivamente analisados, observando os fornecedores, o volume de recursos a ser aplicado verificando sempre a economicidade na tomada de decisão. No que tange a Ética seguimos o Código de Ética do servidor público em todas as suas premissas. A metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos foram reuniões de equipe constando dos seguintes cargos: Coordenadora, Divisão Técnica, Gestora Financeira e Coordenadora substituta. No momento as discussões foram exaustivas e as conclusões acima refletem o parecer do conjunto.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

ANEXO D

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE JURADO – EVA MARIA FRUTUOSO



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE OLINDA
AV. PAN NORDESTINA, KM 14, VILA POPULAR – OLINDA-PE.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE JURADO

A Dr^a. MARIA SEGUNDA GOMES DE LIMA, Juíza de Direito desta Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc...

MANDA a qualquer Oficial de Justiça do crime, a quem for este apresentado, indo por mim assinado, que em seu cumprimento e sob as penas da lei, intime o (a) Jurado (a):

EVA MARIA FRUTUOSO, Servidor(a) Público Federal - residente na Rua Luiz de Farias Barbosa, nº 185, apto. 101, Boa Viagem, Recife/PE.

A fim de comparecer à sala do Tribunal do Júri Popular desta Comarca de Olinda, no endereço acima citado, a partir do dia **10 de janeiro à 31 de dezembro de 2014, às 08:00 horas**, a fim de servir como jurado(a) durante toda a Sessão Periódica do Tribunal do Júri Popular desta Comarca de Olinda/PE, com endereço sito à Avenida Pan Nordestina, Km 04, Vila Popular, Por oportuno, acrescento, ainda, conforme cita o art. 441 do Código de Processo Penal Pátrio, não poderá sofrer qualquer decréscimo em seus vencimentos (salário, gratificações, etc.), o mínimo que seja, ao jurado convocado para as Sessões do Tribunal Popular do Júri.

CUMPRASE. Olinda, 23 de dezembro de 2013.

Eu,
subcrevo.

, Antonio Flávio Correia Alves, Chefe de Secretaria o digitei e

RECEBIDO

.....
Antonio Flávio Correia Alves.

Em, 31.12.13 - Chefe de Secretaria assina por ordem da MM. Juíza de Direito

Às 09:10 horas

Ass: [Assinatura]

Setor de Protocolo

159P

Para a providência
em 31/12/2013 [Assinatura]

Ao SIAJ, com o meu de a -
cardo. 31.12.2013 [Assinatura]

ANEXO E

Tabela 1- Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136

Nome do Indicador:		Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136								
Objetivo Estratégico		Descrição Breve								
Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária. Aumentar eficiência no controle das metas físicas previstas das ações 2132 e 2136, com aquelas executadas, de forma a mitigar as diferenças identificadas. Desta forma buscaremos um aprendizado de valores das metas físicas programados anualmente capaz de apoiar uma equilibrada programação financeira.		Mede o percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e provas realizadas no Lanagro-PE								
Justificativa		Formula								
Ao ocorrer uma subestimativa ou uma superestimativa anual das metas físicas, isto promoverá uma incompatibilidade quando do planejamento da ação ao definir/ estimar a meta física e o correspondente aporte de recursos necessários a sua execução. O acompanhamento deste indicador pretende oferecer observações trimestrais do % de variação das metas físicas, com a finalidade de ser obtido uma meta física mais próxima do real.		$PARP = (AR / AP) * 100$ Onde: PVMPR = Percentual de Variação entre Programadas e Realizadas NPP = Numero de Provas Programadas NPR = Numero de Provas Realizadas								
Fonte de Dados		Data para Disponibilização		Unidade de Medida			Frequência de Mensuração			
Dados oriundos das áreas Técnicas		30 dias após o término do período		Porcentagem			Trimestral			
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação		Polaridade			Critério de Acompanhamento			
Início		Término		Quanto maior melhor			Status			
janeiro		dezembro								
Responsável pelo Indicador		Tipo		Hist	Hist	Meta	Meta	Meta	Meta	Meta
Maria de Fátima Ventura de Almeida				2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Responsável pela Informação				-	50%	30%	10%	Definir em Reunião	Definir em Reunião	Definir em Reunião
Divisão Técnica do Lanagro-PE				Observações / Pendências						

CONTINUAÇÃO ANEXO E

Cont. Tabela 1- Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136

2013 % atingido = 78%	
Primeiro Trimestre	COMENTÁRIO
	Durante o mês de janeiro sempre ocorre dois fatos que refletem no quantitativo de programado em relação ao realizado um fato é ser um período de férias tanto por parte da inspeção como dos técnicos dos laboratórios, mas, ao mesmo tempo há um numero significativo de amostras do ano anterior. O Laboratório de Bebidas e Vinagres no trimestre realizou 59% em relação ao programado fato que demonstra um planejamento que não levou em consideração a falta de recursos da inspeção para deslocamento devido ao contingenciamento de recursos financeiros, para realizar as inspeções e as férias dos servidores. No que diz respeito a área de Físico – Química de Fertilizantes verificamos que o percentual entre os ensaios programados e realizados atingiu 103% de realizado em relação ao programado devido ao número de amostras do ano anterior. Na área de Semente e Mudanças, temos duas unidades em atividade, uma na Unidade II e outra no SLAV-PB, ambos com bons percentuais em relação ao programado e realizado. Este setor vem apresentando um bom desempenho com seus técnicos registrando crescimento em suas atividades o que reflete no quantitativo de amostras recebidas e ensaios com valores significativamente crescentes em relação aos anos anteriores. Evidencia-se isto com 86% para a Unidade II e de 180% para o SLAV-PB, este percentual elevado diz respeito ao redirecionamento de amostras do Lanagro -PA no final do exercício anterior. O Laboratório de Microbiologia não apresentou volume significativo em suas atividades para interferir no percentual final. A discrepância entre o programado e o Realizado de todos os Laboratórios da área Vegetal no período do primeiro trimestre do ano em exercício foi de 88% sendo 12% abaixo do esperado levando em consideração o acima mencionado o valor se considera razoável.
NPP	6.715
NPR	5.904
PVPR	88%
Segundo Trimestre	COMENTÁRIO
	A partir do mês de maio ocorre um aumento de atividades na inspeção por ser um trimestre em que há o início da liberação dos recursos direcionados a deslocamento, mas, este ano de forma atípica não houve movimento significativo com maior ênfase isto foi observado na área de Sementes da Unidade II, onde foram realizadas 34 % do programado. Na área de Bebidas e Vinagres temos 103% do programado o que consideramos um bom planejamento. O Laboratório de Fertilizantes e Corretivos realizou 67% do programado o que denota um percentual razoável. A área Vegetal como um todo atingiu um valor de 78% do programado ,mas, salientamos que todo programado é elaborado considerando as amostras demandadas pelo cliente e são levadas em consideração as Capacidades Operacionais dos laboratórios.
NPP	6.919
NPR	5.393
PVPR	78%
Terceiro Trimestre	COMENTÁRIO
	Os comentários foram elaborados seguindo a linha de raciocínio dos comentários realizados anteriormente nos demais trimestres, levando em consideração os valores dos números de provas programadas e realizadas. No ultimo mês do trimestre ocorreu a reprogramação de todas as áreas com o objetivo de melhorar o planejamento quando da realização do Plano Operativo do próximo exercício. Em relação ao Laboratório de Bebidas e Vinagre realizou 68% do programado pela diminuição da demanda dos clientes. Esta diminuição das atividades tem sido muito proveitosa para o laboratório que está trabalhando com afinco na finalização de dois métodos que estão sendo validados de cafeína para detecção de fraudes em refrigerantes de guaraná e coca, e o método de detecção de Carbamato de Etila substancia cancerígena cujo teor deve ser controlado nas cachaças. O Laboratório de Fertilizantes e Corretivos realizou 125% do programado devido a um grande número de análises periciais ocorrido no trimestre em questão. Quanto à área de Semente e Mudanças realizou 56% na Unidade II e 63% do Serviço Laboratorial Avançado da Paraíba – SLAV-PB apresentando um decréscimo por ser uma área cujo envio de amostras é definido pela safra da semente na região, dentro de cada mês, deixando a demanda sazonal.
NPP	6.853
NPR	5.024
PVPR	73%

CONTINUAÇÃO ANEXO E

Cont. Tabela 1- Percentual de diferenças entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2136

Quarto Trimestre	
NPP	6.717
NPR	5.003
PVPR	74%

COMENTÁRIO

Fato similar a área Animal ocorreu com a área vegetal onde a reprogramação foi um pouco tardia, porem, da mesma forma servindo de experiência para o exercício de 2014. O percentual de atingimento deste trimestre teve impacto maior na área de Bebidas vindo em seguida o Laboratório de Sementes que apresentou um bom desempenho ao longo do exercício.

COMENTÁRIO DO ANO 2013:

O percentual mediano do exercício foi de 76% o que consideramos como um bom desempenho. Na área de bebidas destacamos a implantação na rotina da técnica de Cafeína importante por detectar fraudes em refrigerantes de Guaraná e de Coca o que foi detectado em vários produtos. Em fevereiro de 2014 o Laboratório de Bebidas colocará na rotina a determinação de Carbamato de Etila importante item de problema na elaboração do produto e se trata de produto cancerígeno que impacta na exportação das cachaças brasileiras.

Na área de Sementes vale destacar o excelente desempenho analítico e, boa performance nas auditorias internas recebidas, no Sistema da Gestão da Qualidade.

A área de Fertilizantes, durante o exercício em tela, teve um impacto negativo com a transferência de um servidor sem tempo hábil da substituta ser habilitada a assumir a Responsabilidade Técnica, no entanto por já esta apresentando um bom desempenho esperamos que já a partir de Janeiro haja uma recuperação da área.

ANEXO F

Tabela 2 - Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132

Nome do Indicador:		Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132									
Objetivo Estratégico		Descrição Breve									
Aumentar eficiência no controle das metas físicas previstas das ações 2132 e 2136, com aquelas executadas, de forma a mitigar as discrepâncias identificadas. Desta forma buscaremos um aprendizado de valores das metas físicas programados anualmente capa.		Mede o percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e provas realizadas no Lanagro-PE									
Justificativa		Formula									
Ao ocorrer uma subestimativa ou uma superestimativa anual das metas físicas, isto promoverá uma incompatibilidade quando do planejamento da ação ao definir/ estimar a meta física e o correspondente aporte de recursos necessários a sua execução. O acompanhamento deste indicador pretende oferecer observações trimestrais do % de variação das metas físicas, com a finalidade de ser obtido uma meta física mais próxima do real, dando amparo a uma programação do outro exercício mais verdadeira.		$PARP = (AR / AP) * 100$ Onde: PVMPR = Percentual de Variação entre Programadas e Realizadas NPP = Numero de Provas Programadas NPR = Numero de Provas Realizadas									
Fonte de Dados		Data para Disponibilização		Unidade de Medida			Frequência de Mensuração				
Dados oriundos das áreas Técnicas		30 dias após o término do período		Porcentagem			Trimestral				
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação		Polaridade			Critério de Acompanhamento				
Início		Término		Quanto maior melhor			Status				
janeiro		dezembro		Hist	Hist	Meta	Meta	Meta	Meta	Meta	Meta
				2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Responsável pelo Indicador		Tipo		-	50%	30%	10%	Definir em Reunião	Definir em Reunião	Definir em Reunião	Definir em Reunião
Maria de Fátima Ventura de Almeida											
Responsável pela Informação				Observações / Pendências							
Divisão Técnica do Lanagro-PE											

CONTINUAÇÃO ANEXO F

Cont. Tabela 2 - Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132

2013 % atingido = 64%

Primeiro Trimestre	
NPP	28.962
NPR	13.176
PVPR	45%

COMENTÁRIO

O percentual deste trimestre foi 45% em virtude do prédio de diagnóstico estar em obras e não há levantamento sorológico programados, neste período do ano. No entanto o investimento tem que levar em consideração a Capacidade Operacional uma vez que o laboratório deve estar apto à demanda de amostras oriundas dos Programas Sanitários. Vale ressaltar também que em se tratando de enfermidades bem controladas ou em fase de extinção o número de amostras tende a diminuir.

Segundo Trimestre	
NPP	29.170
NPR	16.545
PVPR	57%

COMENTÁRIO

Neste trimestre já se observa um aumento de 29% de atividades desenvolvidas em relação ao trimestre anterior e ainda observa-se a continuação da obra do prédio de diagnóstico. A área de Microbiologia interferiu em um percentual de 44% do realizado abaixo do programado, motivado pela suspensão de amostras do Programa Nacional de Redução de Patógenos – Monitoramento Microbiológico, controle de Salmonella sp em carcaças de frangos e peru, além do Programa de Controle de Listeria monocytogenes por decisão do DIPOA.

Terceiro Trimestre	
NPP	24.825
NPR	19.647
PVPR	79%

COMENTÁRIO

Neste trimestre foi solicitado a todos os laboratórios, através do memorando Circular nº44/2013 DT/DLAB/LANAGRO-PE, datado de 16 de setembro de 2013, replanejamento necessário diante da realidade apresentada nos quantitativos do programado e realizado. Na área de virologia os quantitativos foram readequados para que se coadunem com a demanda do último trimestre. As alterações significativas foram: Anemia Infecciosa Equina (AIE): houve aumento do incremento da demanda por análises, pois além do estado de Pernambuco, outras UF's passaram a enviar amostras ao Lanagro/PE com o objetivo de saneamento de focos: após amostra/animal ser diagnosticado positivo para a enfermidade, são realizadas coletas subsequentes nas propriedades foco até que a mesma seja 'negativada'. Febre Aftosa: Ausência de amostras recebidas nos últimos meses, uma vez que não houve condições de o DSA - Departamento de Saúde Animal do MAPA cumprir com a programação de coleta e envio de amostras enviada ao Lanagro/PE no início do ano corrente. O DSA não informou até o momento se haverá coletas e envio de amostras para os estudos soroepidemiológicos (Levantamentos sorológicos (ELISA 3ABC+EITB bovinos e IDGA- VÍAA outros) ainda neste exercício.

CONTINUAÇÃO ANEXO F

Cont. Tabela 2 - Percentual de discrepâncias entre metas físicas de provas programadas e realizadas na ação 2132

Quarto Trimestre	
NPP	23.026
NPR	17.417
PVPR	76%

COMENTÁRIO
Do ajuste realizado neste exercício, no terceiro trimestre, podemos deduzir que foi um pouco tarde uma vez que o percentual alcançado no quarto trimestre foi 76% já tinha se passado mais da metade do ano. Porém consideramos valido pois vai impactar de forma positiva na programação de 201Do ajuste realizado neste exercício, no terceiro trimestre, podemos deduzir que foi um pouco tarde uma vez que o percentual alcançado no quarto trimestre foi 76%. No entanto foi valido pois serve de subsídio para corroborar numa melhor programação do próximo exercício, onde também serve de alerta que um melhor acompanhamento para direcionar melhor os recursos financeiros e as ações pertinentes. Neste trimestre o Laboratório que teve melhor desenvolvimento das atividades foi o de Bacteriologia devido ao aumento da vigilância na enfermidade denominada Mormo. A área de Microbiologia de Alimentos e Água teve um significativo aumento das análises, por termos retornado com a participação no Programa Nacional de Redução de Patógenos – Monitoramento Microbiológico, controle de Salmonella sp em carcaças de frangos e peru, Programa de Controle de Listeria monocytogenes e o do Programa de E. coli verotoxigênica, além de elaborar amostras controle para programas de Proficiência, que evidenciam a segurança analítica de laboratórios credenciados e reconhecidos.

COMENTÁRIOS 2013
Considerando o ano como um todo analisando os percentuais anuais de atingimento das metas físicas temos um valor mediano de 66,5%. Neste exercício vale destacar as validações concluídas, além dos estudos para aplicação de outras técnicas como utilização da técnica de Elisa (Teste imunoenzimático) para o Diagnostico da Anemia Infecciosa Equina, onde a grande vantagem é a sua utilização como prova de triagem, ou seja realizando um grande número de amostras em menor tempo, contribuindo para poucas amostras para testes conclusivos. Outra otimização ocorrida neste exercício formaram os estudos com a técnica de PCR (Reação em Cadeia de Polimerase) no diagnostico de Peste Suína Clássica, onde já no inicio do próximo exercício se vislumbra a sua realização como rotina. Esta prova de PCR também será utilizada no diagnostico de Mormo e os estudos estão finalizados para serem implantados na rotina.

ANEXO G

Tabela 3 - Percentual de Métodos Validados entre os Demandados

Nome do Indicador:		Percentual de Métodos Validados										
Objetivo Estratégico		Descrição Breve										
Desenvolver, Validar e Divulgar Métodos		Mede o percentual de métodos validados dentre os demandados.										
Justificativa		Formula										
A Rede Lanagro deve ser capaz de desenvolver e validar métodos analíticos de acordo com protocolos cientificamente aceitos.		PMV=(NMV/NMD)*100 Onde: PMV=Percentual de Métodos Validados NMV=número de métodos validados NMD=número de métodos demandados=322										
Fonte de Dados		Data para Disponibilização		Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Responsáveis Técnicos dos Laboratórios		30 dias após o término do período		Porcentagem				semestral				
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação		Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Início	Término	Todas as áreas		Quanto maior, melhor				Status				
jan-2012	dez 2012			Hist 2010	Hist 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2023
Responsável pelo Indicador		Tipo		54%	55%	60%	55%	60%	80%	85%	Definir em Reunião	Definir em Reunião
Maria de Fátima Ventura de Almeida				Observações / Pendências								
Responsável pela Informação		Incluir-se-á no número de métodos validados (NMV) tanto os que foram validados quanto os que tiveram seu desempenho verificado que são os Normalizados conforme a NBR ISO/IEC 17.025/2005.										
Divisão Técnica do Lanagro-PE												

CONTINUAÇÃO ANEXO G

Cont. Tabela 3 - Percentual de Métodos Validados entre os Demandados

Métodos Validados ou Normalizados durante o ano de 2012 e 2013

Setores	2012	2013
DIA/BAC	39	1
DIA/VIR	2	22
ENC/EET	7	16
RES/COI	21	46
DIA/SEM	6	6
FIQ/FEC	35	98
FIQ/ALI	0	26
FIQ/BEV	13	18
MIC/ALI	75	8
DIA/IFS	16	8
	214	249

2013

ANUAL	
NMD	588
NMV (SIM)	249
PMV	42%

COMENTÁRIO

No exercício de 2013 fizemos novo levantamento do número de escopos analíticos disponibilizados aos clientes e detectamos um problema no quantitativo informado no exercício de 2012 que foi de 322 analitos com um percentual médio de 66% para uma frequência de mensuração semestral. A rastreabilidade nossa mostrou um quantitativo de 588 analitos, desta forma estamos, apresentando com o total de escopos corrigidos um resultado de 42% de métodos validados em 2013 e a correção de 2012 mostra um percentual de 36% de métodos validados. Mudamos a frequência de mensuração para anual por ser mais correto uma vez que, as validações em muitos casos levam um ano.

Concluimos que temos 6% a mais de métodos validados no final do exercício de 2013.

Esclarecemos que, conforme informado na observação consideramos todos os métodos Normalizados como validados desde que tenham evidências de comprovação de desempenho pelo laboratório e/ou com participação aprovada em ensaios de proficiência. Com a implantação do Programa de Ensaios de proficiência implantado em 2012, durante o exercício de 2014 o nosso Plano de Ensaios de Proficiência atinjas um bom quantitativo de ensaios realizados. Não podemos deixar de mencionar o importante aporte para as validações dos bolsistas do CNPq.

ANEXO H

Tabela 4 - Percentual de Auditorias Realizadas no Prazo

Nome do Indicador:		Percentual de auditorias realizadas no prazo								
Objetivo Estratégico		Descrição Breve								
Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios		Mede o percentual de auditorias internas no SGQ do Lanagro-PE dentro do cronograma estabelecido.								
Justificativa		Formula								
A realização de auditorias <i>in loco</i> constitui importante ferramenta para o controle de laboratórios, uma vez que possibilita a verificação de parâmetros como a infraestrutura, fluxo de análise, rastreabilidade de registros e documentos e treinamento do corpo técnico.		$PARP = (AR / AP) * 100$ Onde: PARP = Percentual de auditorias realizadas no prazo AR = auditorias realizadas AP = auditorias programadas								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida			Frequência de Mensuração					
UGQ	30 dias após o término do período	Porcentagem			semestral					
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Polaridade			Critério de Acompanhamento					
Início jan-2012	Término dez-2012	Quanto maior, melhor			Status					
Responsável pelo Indicador		Hist 2010	Hist 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2023
Maria de Fátima Ventura de Almeida		-	60%	60%	65%	80%	90%	98%	Definir em Reunião	Definir em Reunião
Responsável pela Informação		Observações / Pendências								
Divisão Técnica do Lanagro-PE		O Indicador se refere exclusivamente as auditorias internas do SGQ do Lanagro-PE e de auditorias da CGAL.								

ANEXO I

Tabela 5 - Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/PE, por Elemento de Despesa.

Natureza da Despesa		Recursos Recebidos (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	Recursos Não utilizados (R\$ 1,00)	IUT1 (%)	Recursos descentralizados para outra UG	
						UG 130024	UG 130025
339014	Diárias	57.739,97	57.739,97	0,00	100,00		
339030	Consumo	1.789.345,55	1.749.431,14	39.914,41	97,77		
339033	Passagens e pedágios	79.736,14	79.222,66	513,48	99,36		
339036	Serviços p. física	714,50	714,50	0,00	100,00		
339037	Mão de obra	3.968.197,84	3.968.197,84	0,00	100,00	10.214,52	
339039	Serviços de terceiros	2.729.616,08	2.700.492,19	29.123,89	98,93	18.900,00	72.000,00
339092	Exercícios anteriores	8.019,19	8.019,19	0,00	100,00		
339047	Taxas	34.382,83	34.382,83	0,00	100,00		1.453,77
339139	Publicações	57.045,62	57.045,62	0,00	100,00		
339192	Exercícios anteriores	12.614,40	12.614,40	0,00	100,00		
449051	Obras e instalações	138.778,11	138.778,11	0,00	100,00		
449052	Material permanente	6.519.564,69	6.444.981,70	74.582,99	98,86		
TOTAL		15.395.754,92	15.251.620,15	144.134,77	99,06	29.114,52	73.453,77

(*) Meta não estimada

IUT1 = Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

Análise Crítica:

Analisando os percentuais de recursos aplicados podemos considerar muito bons, uma vez que é inferior a 100% tem apenas quatro percentuais abaixo de 100% e variam entre 97,77% a 99,36% vale destacar que em relação aos valores absolutos o valor de material permanente não foi aplicado devido um PE que estava em conclusão e as empresas que poderiam prestar informações estavam em recesso natalino.

ANEXO J

TERMO III - TERMO DE COOPERAÇÃO nº 001



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
S. D. A. - Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuario em Pernambuco

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO
DE CRÉDITO nº 001 de 07 de janeiro de 2013

Com base na Portaria Conjunta nº 08 datada de 07.11.2012, obedecendo ao que nela estabelece, acordado com os normativos vigentes, estamos celebrando este Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 0001, entre o Laboratório Nacional Agropecuario em Pernambuco - LANAGRO-PE e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco - SFA-PE.

I - Identificação (Título/Objeto da Despesa)
 Repasse de recursos financeiros para quitação referente ao consumo de energia elétrica.

II - UG / Gestão-Repassadora e UG / Gestão-Recebedora

130016	130025
--------	--------

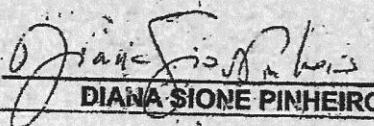
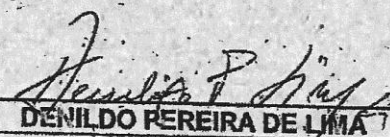
III - Justificativa: (Motivação / Clientela / Cronograma Físico)
 Este recurso se faz necessário para que possamos cobrir os gastos referentes ao consumo de energia elétrica da Unidade II deste Laboratório. Esta Unidade está localizada dentro do espaço físico da SFA-PE, razão pela qual repassamos mensalmente o montante fixo de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) perfazendo um total de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais) anual para cobrir as despesas em referência.

IV - Relação entre as Partes: (descrição e Prestação de Contas das Atividades)
 O LANAGRO-PE e a SFA-PE são duas Unidades Jurisdicionadas independentes sendo que este Laboratório ocupa um espaço físico localizado na SFA-PE, e como tal para funcionar a contento necessita utilizar a energia elétrica, fornecida pelas concessionárias à SFA-PE.

V - Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de Trabalho Projeto/Atividade	Fonte	Natureza Da Despesa	Valor (R\$1,00) (anual)
20609202820ZW0001 / 060588 - LANAGROS13	10000000	339039-43	72.000,00

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
Recife, <u>07.01.2013</u>  DIANA SIONE PINHEIRO	Recife, <u>07.01.2013</u>  DENILDO PEREIRA DE LIMA

CONTINUAÇÃO ANEXO J

TERMO IV- TERMO DE COOPERAÇÃO nº 002

PAMBUCCO
 DA C.A.
 07.03.13
[Assinatura]


 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
 CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
 LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO nº 002 de 06 de março de 2013

Com base na Portaria Conjunta nº 08 datada de 07.11.2012, obedecendo ao que nela estabelece, acordado com os normativos vigentes, estamos celebrando este Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 0002, entre o Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - LANAGRO-PE e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco - SFA-PE.

I - Identificação (Título/Objeto da Despesa)
 Repasse de 10 % do montante de R\$14.567,70 (Catorze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centos, referente ao compartilhamento das despesas da Taxa de Limpeza Pública - TLP.

II - UG / Gestão-Repassadora	UG / Gestão-Recebedora
130016	130025

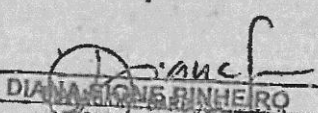
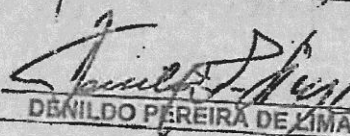
III - Justificativa: (Motivação / Clientela / Cronograma Físico)
 Estando a Unidade II sediada dentro da área da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco, este Laboratório entende que deve partilhar as despesas, informadas no Ofício nº 40/2013/GAB/SFA/PE, datado de 04 de março de 2013, sendo este valor referente a cota única conforme consta no DAM anexo.

IV - Relação entre as Partes: (descrição e Prestação de Contas das Atividades)
 O LANAGRO-PE e a SFA-PE são duas Unidades Jurisdicionadas independentes sendo que este Laboratório ocupa um espaço físico localizado na SFA-PE, e como tal para funcionar a contento necessita utilizar a energia elétrica, fornecida pelas concessionárias à SFA-PE.

V - Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de Trabalho Projeto/Atividade	Fonte	Natureza Da Despesa	Valor (R\$1,00) (anual)
20609202820ZW0001 / 080588 - LANAGROS13	010000000	339039-00	R\$1.456,77

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
Recife, <u>07.03.13</u>	Recife, <u>07.03.13</u>
 DIANA RIONE PINHEIRO Coordenadora Geral de Apoio Laboratorial SFA-PE nº 19.422 Cert. Id. Fiscal nº. 0074	 DENILDO PEREIRA DE LIMA

ANEXO K

TERMO V- MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
S D A - Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO nº 004 de 09 de setembro de 2013

Com base na Portaria Conjunta nº 08 datada de 07.11.2012, obedecendo ao que nela estabelece, acordado com os normativos vigentes, estamos celebrando este Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 004/2013, entre o Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - LANAGRO-PE e a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba - SFA-PB.

1 - Identificação (Título/Objeto da Despesa)

--

II - UG / Gestão-Repassadora e UG / Gestão-Recebedora

--	--

III - Justificativa: (Motivação / Clientela / Cronograma Físico)

--

IV - Relação entre as Partes: (descrição e Prestação de Contas das Atividades)

--

V - Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Programa de Trabalho Projeto/Atividade	Fonte	Natureza Da Despesa	Valor (R\$1,00) (seis meses)

VI - Data e Assinaturas:

Unidade Descentralizadora	Unidade Descentralizada
Recife, ____/____/____ _____ DIANA SIONE PINHEIRO	Recife, ____/____/____ _____ LÚCIO AURELIO BRAGA MATOS

ANEXO L

2- PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA - 2014

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO LABORATORIAL - CGAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE UNIDADE DE GESTÃO DA QUALIDADE - UGQ			FORM UGQ/PE 5.9.001- B	
				Emissão: 08/05/12	Página: 1 de 1
				Revisão: 000	Versão: 001
PLANO DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA					
CÓDIGO DA ÁREA	ORGANIZADOR	PERÍODO	ENSAIO	MATRIZ	METODOLOGIA
DIA/BAC	AHVLA	Maio/Nov	Brucelose	Soro	FC/SAT
	AHVLA	Maio/Nov	Glanders	Soro	FC
	AHVLA	Nov	Leptospirose	Soro	MAT
	AHVLA	Nov	Salmonelose aviária	Soro	Isolamento
	SENASA	Dez	Brucelose	Soro	FC/SAT/AAT
ENC EET	Animal Health and Veterinary Laboratories Agency	Mar	Deteccão de proteínas priônicas	SNC	Imunohistoquímica
FIQ/ALI	FAPAS	20/03/2014	25129 – bases voláteis totais	Canned fish	titulométrico
	FAPAS	07/05/2014	27137 – histamina alto nível	Canned fish	HPLC
	FAPAS	11/09/2014	27143 – histamina baixo nível	Canned fish	HPLC
	FAPAS	24/10/2014	01599 – nitrato e nitrito	Meat	Esctrofotometria de UV
	FAPAS	18/11/2014	02829 – frutose- glicose- sacarose-HMF e pH	Mel	HPLC, UV e potenciométrico
	FAPAS	12/12/2014	25125 – cinzas, gordura total, nitrogênio, acidez titulável e lactose	Leite em pó	Gravimétrico, butirímtrico, titulométrico, titulação potencimétrica e enzimático.
RES/COR	FAPAS	16/06/2014	02234- avermectina	Corned Beef	HPLC
RES/COI	FAPAS	15/05/2014	07213- Arsênio, cádmio, chumbo e mercúrio	Canned crab meat	Espectrofotometria de absorção atômica – geração de hidreto ou forno grafite
	LGC Standards Proficiency Testing	27/10/2014	747- round MT222- Arsênio, cádmio, chumbo e mercúrio	Meat based material	Espectrofotometria de absorção atômica – geração de hidreto ou forno grafite
LASO/PE	Rede Metrológica RS	2º semestre	Análise de pureza, identificação, classificação e quantificação de sementes; teste de germinação.	Soja, Arroz ou Trigo	RAS (2009)
MIC/ALI	FEPAS	12/05/2014	M192 e 18 – Coliforms (Coliformes)	Beef (carne)	IN 62
	FEPAS	07/07/2014	M194 e 19 – Enterococci (Enterococcus)	Beef (carne)	ISO 7899 - 2
	FEPAS	13/11/2014	M197 e 02 – Listeria monocytogenes	Chicken (frango)	ISO 11290 - 1
FIQ/FEC	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Nitrogênio Total	Fertilizantes Minerais	1.1 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Nitrogênio Total	Fertilizantes Minerais	1.2 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	P2O5 CNA + água	Fertilizantes Minerais	2.31 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	P2O5 CNA + água	Fertilizantes Minerais	2.3.2 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	K2O Solúvel em água	Fertilizantes Minerais	3.1 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	K2O Solúvel em água	Fertilizantes Minerais	3.2 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Ca Total	Fertilizantes Minerais	4.1 do Cap. I da IN nº28/2007
	CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Ca Total	Fertilizantes	4.2 do Cap. I da IN

CONTINUAÇÃO ANEXO L

Cont. 3- PLANO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA - 2014

		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO LABORATORIAL - CGAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE UNIDADE DE GESTÃO DA QUALIDADE - UGQ		FORM UGQ/PE 5.9.001- B	
				Emissão: 08/05/12	Página: 2 de 1
				Revisão: 000	Versão: 001
PLANO DE ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA					
		ano		Minerais	nº28/2007
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Mg Total	Fertilizantes Minerais	5.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Mg Total	Fertilizantes Minerais	5.2 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	S Total	Fertilizantes Minerais	6.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	S Total	Fertilizantes Minerais	6.2 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Mo Total	Fertilizantes Minerais	12.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	B Total	Fertilizantes Minerais	7.2 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	B ácido cítrico	Fertilizantes Minerais	15 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Cu Total	Fertilizantes Minerais	9.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Fe Total	Fertilizantes Minerais	11.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Mn Total	Fertilizantes Minerais	10.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Mn CNA + água	Fertilizantes Minerais	15 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Zn Total	Fertilizantes Minerais	8.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Zn Ácido Cítrico 2%	Fertilizantes Minerais	15 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	CaO	Corretivo de Acidez do Solo	2.1 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	CaO	Corretivo de Acidez do Solo	2.2 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	MgO	Corretivo de Acidez do Solo	3.1 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	MgO	Corretivo de Acidez do Solo	3.2 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Poder de Neutralização(PN)	Corretivo de Acidez do Solo	1.1 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	PRNT	Corretivo de Acidez do Solo	5 do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Granulometria Peneira(2,0-0,84-0,30)mm	Corretivo de Acidez do Solo	B do Cap. II da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	P2O5 FOSFATO	Fertilizantes Orgânicos	2.5.1 do Cap. I da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	N Total	Fertilizantes Orgânicos	1.3 do Cap. III da IN nº28/2007	
CGAL/SDA/MAPA	3 vezes ao ano	Carbono Orgânico (C.O%)	Fertilizantes Orgânicos	10 do Cap. III da IN nº28/2007	
FIQ/REV	FAPAS	Set/2013	Alcoois e comp. secundários	Brandy	CG
	FAPAS	Nov/2013	Cafeína	Coca-cola	HPLC

Atualizado por: *Kuanni Oliveira* Data: *1/1*

FIM *[Assinatura]* 30/01/2014
 MARIA DE FATIMA VENTURA DE ALMEIDA
 FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
 Cert. Id. Fiscal nº 2457
 Chefe da Divisão Técnica
 LANAGRO/PE - MAPA

ANEXO M

Quadro XXIV – Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Critério de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa (339014- Diárias)	57.739,97	114.954,91	57.739,97	114.954,91	-	-	57.739,97	114.954,91
2º elemento de despesa (3390136- Diárias)	714,50	12.264,00	714,50	12.264,00	-	-	714,50	12.264,00
3º elemento de despesa (339092- Diárias)	-	1.093,35	-	1.093,35	-	-	-	1.093,35
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (339037- Mão-de-obra)	3.968.197,84	3.315.695,76	3.900.436,31	3.288.895,85	67.761,53	27.249,91	3.598.361,83	3.005.599,80
2º elemento de despesa (339039- O.S.P.Jurídica)	2.700.492,19	1.852.041,07	2.176.067,11	1.566.548,79	524.425,08	290.856,54	2.005.965,54	1.530.146,61
3º elemento de despesa (339030- Mat. de Consumo)	1.749.431,14	2.088.403,72	1.016.415,42	1.354.146,14	733.015,72	729.561,62	912.856,39	1.260.629,78
Demais elementos do grupo	191.284,70	244.908,08	145.288,19	230.107,21	45.996,51	13.682,57	126.075,57	195.951,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa (449052- Mat. Permanente)	6.444.981,70	540.836,51	185.892,87	80.836,79	6.259.088,83	459.999,72	173.422,87	80.321,79
2º elemento de despesa (449051 - Obra)	138.778,11	557.678,44	41.400,89	-	97.377,22	557.678,44	41.400,89	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

ANEXO N

Quadro XXV - Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.790.236,56	3112,95	1.008.206,60	148.258,16	160.705,40	344.491,33	5.310,86	11.555,80	150.243,38	6.622.121,04
	2012	2.863.934,46	0,00	2.611.840,26	547.226,92	135.353,20	364.057,98	1.698,85	2.160,51	34.071,31	6.560.343,49
	2011	2.553.270,07	0,00	3.554.073,68	602.063,32	151.583,02	310.018,47	30.210,07	36,23	47.225,76	7.248.489,62
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	438.471,62	41.575,71	76.891,48	23.085,36	25.166,64	80.416,02	6.403,99	0,00	14.713,58	706.724,40
	2012	442.732,01	63.737,76	305.820,00	87.752,09	12.084,00	54.941,52	847,58	0,00	8.803,20	976.718,16
	2011	426.019,08		598.707,52	63.459,33	18.571,60	54.738,29	536,48	0,00	11.600,11	1.173.632,41
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	312.183,22	645,73	175.518,50	36.752,57	32.632,08	28.340,52	50,05	1.263,03	3.847,60	591.233,30
	2012	212.611,58	423,14	169.172,52	41.283,42	21.225,12	17.123,35	1.919,89	0,00	0,00	463.759,02
	2011	197.174,56	0,00	246.227,81	46.344,39	27.002,16	11.292,74	1.523,00	1.706,61	7.008,99	538.280,26

Fonte: Fichas Financeiras 2013

ANEXO O

MEMORANDO CIRCULAR Nº 08/2014 - LANAGRO/PE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria Defesa Agropecuária -SDA
Coordenação-Geral de Apoio Laboratório - CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE

Memorando Circular nº 08/2014 – LANAGRO/PE

Em, 03 de fevereiro de 2014

À
Todos os servidores do LANAGRO/PE

Assunto: **Atividades Profissionais Extras LANAGRO/PE**

Atendendo exigências para o preenchimento do Relatório de Gestão do TCU/PE, pedimos a todos servidores do Lanagro/PE, que preencham o formulário abaixo, com seus dados pessoais, no que diz respeito ao Art. 37 da Constituição Federal de 1988, onde expõe o seguinte;

“XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;*
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;*
- c) a de dois cargos privativos de médico;*

Nome do servidor: _____

Cargo/Função: _____ Matrícula SIAPE: _____

Horário de Expediente: _____

Exerce outra atividade remunerada fora do LANAGRO/PE?

Sim ☐ Não ☐

Caso exerça, informar os dados abaixo:

Nome da Instituição ou empresa: _____

Função: _____

Carga horária: _____ Horário: das _____ as _____

Assinatura do servidor

Obs: Prazo para devolução deste questionário até o dia 10/03/2014

Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE

ANEXO P

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 238, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

Nº 238, segunda-feira, 9 de dezembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

7



Termo Aditivo nº 017/13/V/0013. Concedente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Dependência: Aeroporto Int. de Porto Alegre - Salgado Filho. Representantes: Sandra Aparecida de Oliveira - Gerente Reg. Comercial e de Logística de Cargas e Rosane Saldanha Rodrigues - Coord. Reg. de Contratos Comerciais. Concessionário: TAM LINHAS AÉREAS S/A. Representante: Ruy Antonio Mendes Amparo - Diretor Vice Presidente e Janor Alfredo Basilio Dias - Diretor de Assuntos Regulatórios. Objeto: Primeiro aditamento ao TC nº 02.2013.013.0003, para alteração de área e preço. Fundamento Legal: Art. 119, inciso I, alínea "b" e Art. 112, inciso I do RLCI. Data da assinatura: 29 de novembro de 2013.

Termo Aditivo nº 031/13/V/0009. Concedente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Dependência: Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas. Representantes: Sandra Aparecida de Oliveira - Gerente Regional Comercial e Logística de Carga, e Rosane Saldanha Rodrigues - Coordenadora Regional de Contratos Comerciais. Concessionário: HSBK BANK BRASIL S/A. Representantes: José Emílio Leite Guimarães e Marcelo Luis Casagrande Schlenker - Procuradores. Objeto: remanejamento de área concedida. Fundamento legal: Art. 119, Inciso I, alínea "d", do Regulamento de Licitações e Contratos da Infraero - RLCI. Data de assinatura: 29/11/2013.

AVISO DE LICENÇA

LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 6991, protocolo 56021477 com validade: 22/11/2015 expedido pelo IAP/PR. Objeto: Renovação da Licença Operatória, para atividade Aeroportuária contemplando: Estação de Tratamento de Esgotos - ETE, locadoras de veículos com serviços de lavagem, oficinas mecânicas para manutenção de veículos automotores, situado na BR 469, KM 16,5, Bairro Aeroporto, município de Foz do Iguaçu-PR. Empreendimento: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO - CNPJ: 00.352.294/0009-78.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO
DAS CHAGAS PINHEIRO
Superintendente de Aeroporto

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 12/ADSU/SBPA/2013

OBJETO: Contratação de empresa para a execução das obras e serviços de engenharia para construção da nova central de resíduos para armazenamento intermediário do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho. DATA E LOCAL DA ABERTURA: dia 09 de janeiro de 2013, às 09hs, no Auditório da Superintendência Regional do Sul, na Avenida dos Estados, 747, Bairro São João, em Porto Alegre/RS. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na Coordenação de Licitações, no endereço já mencionado, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8hs às 12hs e das 13hs às 17hs, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta) reais, mediante o preenchimento e assinatura do protocolo de entrega conforme instruções do Edital, ou retirado, sem ônus, no site de licitações da INFRAERO, no endereço, <http://www.infraero.gov.br>. Informações: (51) 3358-2127.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 356/ADSU/SBPA/2013

OBJETO: Concessão de uso de área destinada à hangaragem de Aeronaves próprias e/ou manutenção de Aeronaves próprias no Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho, em Porto Alegre-RS. DATA E LOCAL DA ABERTURA: dia 23 de dezembro de 2013, às 14h00min, no Auditório da Superintendência Regional do Sul, na Avenida dos Estados, 747, Bairro São João, em Porto Alegre/RS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 361/ADSU/SBPA/2013

OBJETO: Concessão de uso de área destinada à educação de ensino superior à distância e/ou presencial no Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho, em Porto Alegre-RS. DATA E LOCAL DA ABERTURA: dia 20 de dezembro de 2013, às 09h00min, no Auditório da Superintendência Regional do Sul, na Avenida dos Estados, 747, Bairro São João, em Porto Alegre/RS. Os Editais e seus Anexos poderão ser retirados na Coordenação de Licitações, no endereço já mencionado, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no valor de R\$ 20,00 (vinte) reais, mediante o preenchimento e Assinatura do protocolo de entrega conforme instruções do Edital, ou retirado, sem ônus, no site de licitações da INFRAERO, no endereço, <http://www.infraero.gov.br>. Informações: (51) 3358-2127.

IEDA GIONGO
Coordenadora Regional de Licitações

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA 009/ADSU/SBLO/2013

A INFRAERO, através da Superintendência Regional do Sul, torna público o Resultado de Julgamento da proposta de preços apresentada pela empresa VIAER TAXI AEREO E AEROFOTOGRAFIA LTDA. na Concorrência 009/ADSU/SBLO/2013, abrindo-se prazo de 08 dias úteis para apresentação de nova proposta de preços, conforme § 3º, do art. 48, da Lei 8.666/93. A ata de julgamento encontra-se à disposição dos interessados na Coordenação de Licitações, na Av. dos Estados, 747, Bairro São João, em Porto Alegre/RS ou no site www.infraero.gov.br.

JULIANE SANDRI BOLZONI
Presidente da Comissão de Licitação

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2013 - UASG 130005

Nº Processo: 21000010294201208. PREGÃO SISPP Nº 10/2013. Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 12500313000198. Contratado: VAGNER PEREIRA DE CASTRO - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de editoração gráfica de: publicações, folhetos, materiais e peças de comunicação, tanto impressas quanto eletrônicas, material de ambientação, revisão de conteúdo e gravação de áudio/som/dados e produção de mídias de armazenamento. Fundamento Legal: Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais cominações legais. Vigência: 06/12/2013 a 06/12/2014. Valor Total: R\$482.800,00. Data de Assinatura: 06/12/2013.

(SICON - 06/12/2013) 130005-00001-2013NE801451

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2013 - UASG 130005

Número do Contrato: 45/2008. Nº Processo: 21000000177200841. PREGÃO SISPP Nº 35/2008. Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 50276237000178. Contratado: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DO AGRONEGÓCIO. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 22101/045/2008, celebrado em 01/12/2008 em caráter excepcional, por mais 12 (doze) meses ou até que se conclua todas as fases de migração dos serviços executados para os servidores que serão contratados por intermédio do concurso público em andamento, ou o que vier primeiro, bem como excluir o item 3.1.6 do contrato. Fundamento Legal: Parágrafo 4º do Art. 57 e alínea "a" do Inciso I do Art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93 e demais cominações legais. Vigência: 01/12/2013 a 01/12/2014. Valor Total: R\$15.410.095,90. Data de Assinatura: 29/11/2013.

(SICON - 06/12/2013) 130005-00001-2013NE801451

COMPANHIA DE ENTREPOSITOS E ARMAZÊNS GERAIS DE SÃO PAULO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Segundo Termo Aditivo nº 097/11-1534-1311-04-030-07-1 ao Contrato nº 097/11-1534-1111-04-030-07. Processo nº 097/11. Objeto: Prestação de serviços para Administração de Programa de Estágio. Objeto do Segundo Termo Aditivo nº 097/11-1534-1311-04-030-07-1: da prorrogação do período de vigência, dos valores mensal e global do período e das demais condições de pagamentos. Contratada: CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA, CNPJ nº 61.600.839/0001-55. Valor estimado em R\$ 120.031,68 (cento e vinte mil, trinta e um reais e sessenta e oito centavos) nos termos da Cláusula Quarta. Vigência: 12 (doze) meses a partir de 29/11/2013. Data de Assinatura: 11/11/2013.

Espécie: Segundo Termo Aditivo nº 159/10-1536-1311-04-030-13-1 ao Contrato nº 159/10-1536-1111-04-030-13-1. Processo nº 159/10. Decorrente do Pregão Presencial nº 007/2011. Objeto: Contratação de empresa operadora de planos de assistência à saúde ou seguro saúde para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. Objeto do Segundo Termo Aditivo nº 159/10-1536-1311-04-030-13-1: prorrogação do período de vigência, os valores mensal e global do período, a atualização da garantia contratual e das demais condições de pagamento. Contratada: NOTRE DAME SEGURADORA S/A, CNPJ nº 62.498.803/0001-75. Valor é de aproximadamente de R\$ 3.541.873,80 (três milhões, quinhentos e quarenta e um mil e oitocentos e setenta e três reais e oitenta centavos) nos termos da Cláusula Quarta. Vigência: 12 (doze) meses a partir de 01/12/2013. Data de Assinatura: 11/11/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 43/2013 - UASG 225001

Nº Processo: 125/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação da Prestação de Serviços Técnicos especializados para desmontar uma balança ferroviária na Unidade Itapirina - SP, com instalação no ponto de carregamento, montar e aferir a balança, e mais toda a obra civil de infra-estrutura necessária, como o fosso, fundação, paredes, plataforma de pesagem, instalação elétrica e cabine de operador de pesagem. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 09/12/2013 de 08h30 às 11h30 e de 13h às 16h30. Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 Edsede III - Cpl. Vila Leopoldina - SÃO PAULO - SP. Entrega das Propostas: a partir de 09/12/2013 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/12/2013 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Os interessados nesta licitação deverão realizar visita até o dia 16/12/2013, previamente agendadas na Unidade Armazenadora de São Joaquim da Barra pelo telefone (16) 3811-5322/5171 com Sr. Carlos Roberto do Espírito Santo.

WENCESLAU MASSAYUKI DAMURA
Pregoeiro

(SIDEI - 06/12/2013) 225001-99999-2013NE99999

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

EXTRATOS DE CREDENCIAMENTOS

Contrato nº 112/2013. Processo nº 21200.002207/2013-65. Contratante: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Contratada: ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA SS LTDA. CNPJ: Nº 01.682.668/0001-29. Prestação de Serviços Médicos Especializados, nas áreas de Oncologia (Cancerologia), Cirurgia Geral (Oncológica), Hematologia, Ginecologia e Mastologia. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Autorização: Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 113/2013. Vigência: 05/12/2013 a 04/12/2018. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/1993. Programa de Trabalho: 20.301.2105.2004.0001. Natureza da Despesa: 33.90.00. Data de Assinatura: 05/12/2013. Assinam pela CONAB: Rogério Luiz Zeraik Abdalla - Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas e Luciano Monteiro Lopes - Gerente da Gerência de Serviço de Assistência à Saúde. Assina pela Contratada: Andrea Arredondo Farias.

Contrato nº 113/2013. Processo nº 21200.002704/2013-82. Contratante: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Contratada: EDUARDO BURGEL PERIODONTIA E IMPLANTES EIRELI. CNPJ: Nº 18.300.662/0001-42. Prestação de Serviços Odontológicos Especializados, na área de Periodontia, Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Autorização: Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 114/2013. Vigência: 05/12/2013 a 04/12/2018. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/1993. Programa de Trabalho: 20.301.2105.2004.0001. Natureza da Despesa: 33.90.00. Data de Assinatura: 05/12/2013. Assinam pela CONAB: Rogério Luiz Zeraik Abdalla - Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas e Luciano Monteiro Lopes - Gerente da Gerência de Serviço de Assistência à Saúde. Assina pela Contratada: Eduardo de Araújo Burgel.

Contrato nº 114/2013. Processo nº 21200.002141/2013-11. Contratante: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Contratada: CLÍNICA DA MAMA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. CNPJ: Nº 00.623.106/0001-41. Prestação de Serviços Médicos Especializados, nas áreas de Radiologia e Diagnóstico por Imagem e Medicina Nuclear. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Autorização: Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 115/2013. Vigência: 05/12/2013 a 04/12/2018. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/1993. Programa de Trabalho: 20.301.2105.2004.0001. Natureza da Despesa: 33.90.00. Data de Assinatura: 05/12/2013. Assinam pela CONAB: Rogério Luiz Zeraik Abdalla - Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas e Luciano Monteiro Lopes - Gerente da Gerência de Serviço de Assistência à Saúde. Assinam pela Contratada: Lenilza Vieira Viana e João Bosco Batista de Lucena.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 21211.000088/2013-87. Contrato: 10/2013. Contratante: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Contratada: Leão & Santos Soluções e Serviços Ltda., CNPJ: 18.358.892/0001-62. Objeto: Serviços de pintura em geral. Vigência: 26/11/2013 a 26/12/2013. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico nº 11/2013, Lei nº 10.520, Decreto nº 5.450/2005 e Lei 8.666/93. Valor global: R\$ 19.999,41. Empenho: 2013NE001126 (UG135173). Fonte Recursos: 0250022135. Data assinatura: 25/11/2013. Assinam, pela Conab: Margareth de Cássia Oliveira Aquino e Genilde Miranda de Paiva, respectivamente, Superintendente Regional e Gerente de Finanças e Administração, e pela Contratada: Adriano Barreto Leão, Sócio-Gerente.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 21212.000923/2010-26. Contratante: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Contratado: Cooperativa de Trabalho Médico do Hospital São Mateus Ltda. CNPJ do Contratado: 03.599.717/0001-90. Objeto: Reajuste da remuneração e prorrogação do prazo de vigência por mais doze meses - Vigência: 01/03/2013 a 28/02/2014. Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 25/02/2013. Programa de Trabalho: 20.301.2105.2004.0001 - Natureza de Despesa 33.90.00. Assinam pela CONAB: Ovidio Costa Miranda - Superintendente Regional e Eliezer Trajano de Oliveira - Gerente de Finanças e Administração. Assina pelo Contratado: Dr. Onofre Cezário de Souza Filho - CRM-MT 1367 e Dr. Kairo José Dias Moreno, CRM-MT nº 3433..

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO : 21203.000417/2010-46 -Contrato: 013/2010 - Quarto Termo Aditivo - Contratante: CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento - Contratado: XERIFE VIGILANCIA LTDA - CNPJ/ME: 09.543.683/0001-06 - Objeto: Prorrogação do prazo do Contrato Original por 12 meses - Fundamento Legal: Art. 57, inciso

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013120900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO Q

Quadro XXVI - Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de Serviços de Limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO EM PERNAMBUCO- LANAGRO/PE													
UG/Gestão:0130016					CNPJ:00.396.895/0071-38								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	23/2011	11.305.804/0001-15	03/12/2011	03/12/2014	36	36	1	1			P
2012	V	O	18/2012	04.008.185/0002-12	21/08/2012	21/08/2014			14	14			P
Observações: A Vigilancia armada teve o número de postos necessários reduzidos , por economicidade, pelo aumento do número de camaras do circuito fechado da Vigilancia Ostensiva e, colocadas em pontos estratégico de Riscos.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Setor de Contratos													

ANEXO R

Quadro XXVII - Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO EM PERNAMBUCO- LANAGRO/PE													
UG/Gestão: 0130016					CNPJ: 00.396.895/0071-38								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	3	O	46/2013	07.783.832/0001-70	22/07/2013	22/07/2014			14	11	3	1	A
2012	4-5, e 12	O	13/2012	07.783.832/0001-70	30/01/2012	30/01/2015	2	2	37	33	11	10	P
2011	8	O	07/2011	10.911.755/0001-00	14/07/2011	02/01/2015			6	6	1	1	P
Observações: O contrato referente ao ano de 2011 diz respeito a um contrato firmado por esta UJ que corresponde ao Pregão 37/2010 com o objetivo de contratação de serviços técnicos especializados e continuados de engenharia de manutenção preventiva e corretiva nas redes e instalações elétricas internas e externas, geração de emergência, rede hidro-sanitária, ar comprimido, ar condicionado central (exceto chiller’s), ar condicionado individual, equipamentos de refrigeração, Câmara fria. No que tange ao contrato 2012 corresponde ao Pregão Eletrônico 49/2011 e Processo 21002.000082/2011-11 assinado em 30/01/2012. Este processo foi devidamente analisado pela CGU em Pernambuco e teve como embasamento legal a Lei 9.632 de 07/05/1998 que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração Publica Federal e a IN 02 de 30/04/2008 que versa sobre o preenchimento de cargos terceirizados versus cargos extintos. Este processo também foi encaminhado para a Secretaria Executiva do MAPA para analisar o reequilíbrio financeiro em 19/09/2012. A premência deste contrato era a paralisação da maior parte das atividades, uma vez que, área Finalística depende da área meio para poder desenvolver as suas atividades. A análise feita pela CJU diz: “A mencionada Lei, dispondo que as atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, relacionadas em seus anexos, poderiam ser terceirizados, daria amparo legal à contratação pretendida”. Este contrato contempla 40 colaboradores assim discriminados, 3 (três) secretarias, 3(três) contínuos, 1(hum) telefonista, 1(hum) recepcionista, 1(hum) copeira, 1(hum) operador de máquina reprográfica, 2(dois) de manutenção, 9(nove) Assistentes Administrativos e 19(dezenove) Auxiliares Administrativos. O objeto deste contrato é a contratação de serviços continuados de atividades de apoio administrativo, com fornecimento de mão-de-obra. O Contrato referente ao ano 2013 na área de Informática obedecendo ao amparo legal pertinente teve como objetivo a contratação de pessoal para atuar no apoio aos processos de TI.													

ANEXO S

OFICIO Nº 539/2013 - GR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DA REITORA
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife-PE
Telefone: (81) 3320-6001 - E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br

Ofício Nº 539/2013 – GR

Recife, 03 de dezembro de 2013.

À Sra.
Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE
Rua Dom Manoel de Medeiros, S/Nº - Dois Irmãos
50171-030 Recife - PE

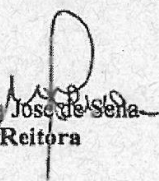
Referência: Ofício nº 646/2013 – LANAGRO/PE

Senhora Coordenadora,

Em resposta ao ofício em referência, vimos informar que conforme já anteriormente abordado no Ofício Nº 41/2013-GR, cópia em anexo, o procedimento de transferência da área do LANAGRO está condicionado à escrituração da área ocupada pela UFRPE, o qual encontra-se em andamento como pode-se observar pela correspondência anexada (cópias dos Ofícios nº 305/2012-GR, nº 481/2012-GR e nº 486/2013-GR). Salientamos ainda que é também de interesse de nossa UFRPE a regularização, tendo em vista as exigências dos órgãos de controladoria, e para tanto, não temos poupado esforços. Desta forma, tão logo a escrituração se concretize, iremos dar prosseguimento aos trâmites junto ao LANAGRO/PE para atendimento ao pleito.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de apreço e consideração, colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Maria José de Sena
Reitora

RECEBIDO

Em, 04/12/13

Às 09:07 horas

Ass: Lilanda

A Sra. Sione, p/ fins de Relat. de 6/12/2013 04/12/13

DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
Carteira de Identificação Fiscal nº 3974
COORDENADORA/ORDENADORA
MAPA - LANAGRO/PE

CONTINUAÇÃO ANEXO S
OFICIO Nº646/2013 – LANAGRO/PE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Laboratórios – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE

Ofício nº 646 / 2013 - LANAGRO/PE

Recife, 12 de novembro de 2013.

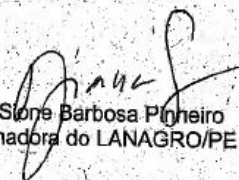
À Sua Magnificência a Senhora
Reitora Maria José de Sena
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Assunto: Transferência da Área ocupada pelo LANAGRO/PE

Magnífica Reitora,

1. Ao cumprimentar Vossa Magnificência, vimos pelo presente solicitar informações no que tange ao processo de transferência da área dessa Universidade ocupada por este LANAGRO.
2. A cada final de Exercício temos que encaminhar ao Tribunal de Contas da União, Relatório de Gestão, e o assunto deste Ofício é um dos tópicos do Relatório supracitado, onde devemos, portanto, informar quais providências estão sendo tomadas para a efetivação da transferência.
3. Na crença que será dado o indispensável acolhimento a este pleito, agradecemos antecipadamente e externamos votos de apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,


Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE

DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIA
Carteira de Identificação Fiscal nº 007
COORDENADORA/COORDENADOR

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos – Recife - PE CEP: 52.171-030
Tel: (81) 3441- 6311 – Fax: (81) 3441.6477 OUVIDORIA LANAGRO/PE 0800-2816311

CONTINUAÇÃO ANEXO S

OFÍCIO Nº 041/2013 – GR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DO REITOR
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos – Recife-PE
Telefone: (81) 3320-6001 – E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br

Ofício Nº 041/2013 – GR

Recife, 05 de fevereiro de 2013.

À Sra.

Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE
Rua Dom Manoel de Medeiros, S/Nº - Dois Irmãos
50171-030 Recife – PE

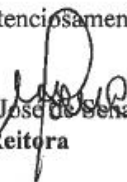
Referência: Ofício nº 010/2013 – LANAGRO/PE

Senhora Coordenadora,

Em resposta ao ofício em referência, vimos informar que para que se efetivem os procedimentos de transferência da área solicitada pelo LANAGRO/PE é necessário que se concretize a escrituração da área ocupada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estando este último procedimento em andamento junto ao 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do Recife, tão logo o mesmo se finalize iremos dar prosseguimento aos trâmites junto ao LANAGRO/PE para atendimento ao pleito.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de apreço e consideração, colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Maria José de Sena
Reitora

*Recebi dia 06/02/13
Recife/PE
Eulanda Muniz
LANAGRO/PE*

CONTINUAÇÃO ANEXO S

OFÍCIO Nº305/2012-GR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DO REITOR

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife-PE
Telefone: (81) 33206001 - FAX (81) 33206021 - E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br

Ofício Nº 305 /2012-GR

Recife, 09 de agosto de 2012

Ilmo. Sr.
Paulo Roberto Ferrari Lucas Alves
Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União/SPU/PE

Assunto: Atendimento ao disposto no Ofício nº 2019/2012-SEGEP/SPU/PE/MP datado de 04/07/2012

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo e agradecer a atenção dispensada por V.sa. a Universidade Federal Rural de Pernambuco, estamos encaminhando a documentação solicitada no Ofício nº 2019/2012-SEGEP/SPU/PE/MP, que trata da regulamentação da área total da UFRPE.

No que se refere a divergência observada na área apresentada com relação aquela citada nos assentamentos cartorários, foi verificado junto ao engenheiro o qual procedeu a medição, o que foi explicado é que houve na realidade uma falha ao digitar o Memorial descritivo o que já havia sido posteriormente corrigido e entregue a UFRPE um novo Memorial com dados corretos. Nesse sentido espero ter atendido o que nos foi solicitado ao tempo em que agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

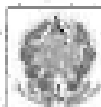
Professora Maria Inês de Sena

Reitora

Univ. Federal Rural de PE
Prof.ª Dr.ª Maria Inês de Sena
Reitoria

CONTINUAÇÃO ANEXO S

OFÍCIO Nº 481/2013 - GR



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DO REITOR**

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife-PE
Telefone: (81) 33206001 – FAX (81) 33206021 - E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br

Ofício Nº 481/2012-GR

Recife, 08 de outubro de 2012

Ilm. Sr.

**Paulo Roberto Ferrari Lucas Alves
Superintendente do Patrimônio da União em Pernambuco**

Assunto: Resposta ao Ofício Nº 2019/2012-CEGEP/SPU/PE/MP

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo, estamos encaminhando as respostas aos itens 2.1 e 3.1 da Nota de Devolução do 3º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Recife.

Item 2.1

Segundo o Engenheiro responsável pelo estudo métrico do terreno da UFRPE Dr. Everson Batista de Oliveira(CREA 022.238-D), houve um equívoco no momento da transcrição da metragem, o que foi corrigido de imediato e encaminhado para a PROPLAN/UFRPE, porém foi encaminhada a SPU a versão que apresentava a inconsistência,desse modo estamos encaminhando a versão correta do referido Memorial descritivo em anexo.

Item 3.1

Estamos encaminhando em anexo, a Certidão Original e dentro da validade fornecida pelo 2º Cartório de Registro.

Atenciosamente,

**Maria José de Sena
Reitora da UFRPE**

Univ. Federal Rural de PE
Profª Drª Maria José de Sena
Reitora

CONTINUAÇÃO ANEXO S

OFICIO Nº486/2013 - GR

RECEBIDO

31/10/13

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DA REITORA

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife-PE
Telefone: (81) 33206001 - FAX (81) 33206021 - E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br



Ofício Nº 486/2013-GR

Recife, 29 de outubro de 2013

Ilm. Sr.

Paulo Roberto Ferrari Lucas Alves
Superintendente do Patrimônio da União em Pernambuco

Assunto: Solicitação de retificação da Certidão de Inteiro Teor Nº 086/2011 e do Termo de Transferência datado de 29/09/2011

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo, estamos consultando V.Sa sobre a possibilidade de retificação da *Certidão de Inteiro Teor* Nº 086/2011, com relação a área total do terreno onde funciona a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, onde se lê 114ha. Leia-se 114,15ha. Ao tempo em que faço a mesma solicitação em relação à folha Nº 158 do Termo de Transferência do imóvel datado de 29/09/2011, mais precisamente na folha Nº 158, onde se lê: 147ha, Leia-se 147,15ha conforme cita a folha Nº.157 do mesmo Termo.

Contando com a sua costumeira atenção nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Maria José de Sena
Reitora da UFRPE

Univ. Federal Rural de PE
Prof. Dra. Maria José de Sena
Reitora

ANEXO T

Quadro XXVIII - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
	Dec. 5975/2006				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex.: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
	Dec. 5975/2006				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	O impacto de água não pode ser mensurado (abastecimento por poço), no entanto há uma determinação de não lavar veículos e os jardins são aguados em dias alternados, há proibição de lavar paredes e há uso de algumas torneiras automáticas e quanto à energia não há uma série para registrar o percentual de economia, no entanto, conforme evidenciado pelo Anexo XXX há documentos solicitando economia no uso deste insumo.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
	Papel, porem copo não foi adquirido porque é de difícil fornecedor no mercado em processos licitatórios.				

CONTINUAÇÃO ANEXO T

Cont. Quadro XXIX - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? AQUISIÇÃO SUSPensa PORT 268/2013	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	A sua utilização impacta no risco de utilização do bem				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Palestras				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicações oficiais periódicas				
Considerações Gerais: A metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos foram reuniões de equipe constando dos seguintes cargos: Coordenadora, Divisão Técnica, Serviço de Apoio administrativo. No momento as discussões foram exaustivas e as conclusões acima refletem o parecer do conjunto.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO U

Email de indicação de servidor para reunião da Rede de Articulação A3P

Diana Sione Barbosa Pinheiro

De: Diana Sione Barbosa Pinheiro <diana.pinheiro@agricultura.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 12 de setembro de 2013 11:13
Para: 'Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P'
Cc: adriana.leite@agricultura.gov.br; dlab.lanagrove@agricultura.gov.br
Assunto: RES: Rede de Articulação A3P em Pernambuco

Bom dia,

Confirmo a presença da Dra. Adriana Soares Leite, Fiscal Federal Agropecuário, representando o LANAGRO/PE nesta reunião.

Atenciosamente,

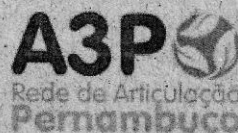
--

Diana Sione Barbosa Pinheiro
Fiscal Federal Agropecuária
CIF nº 0974
Médica Veterinária
Coordenadora Geral - LANAGRO/PE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(81)3441.6311

De: Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P [mailto:a3p@mma.gov.br]
Enviada em: segunda-feira, 9 de setembro de 2013 17:08
Para: Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
Assunto: Rede de Articulação A3P em Pernambuco

CONTINUAÇÃO ANEXO

Convite reunião da Rede de Articulação A3P



A Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público de Pernambuco convida para o encontro de formação da Rede de Articulação Pernambuco da A3P. A reunião tem como objetivo promover a troca de experiências entre os integrantes da A3P no Estado e a criação de uma rede para a articulação entre os parceiros.

Data: 18 de setembro de 2013

Horário: 9h

Local: Ministério Público de Pernambuco

Av. 1º de Março, nº 100 - Santo Antônio

Informações: (81) 3182.7447 - cmga@mppe.mp.br



ANEXO V

MEMORANDO 317/2013 - COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE

Mem. 317/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE

Em, 05 de agosto de 2013.

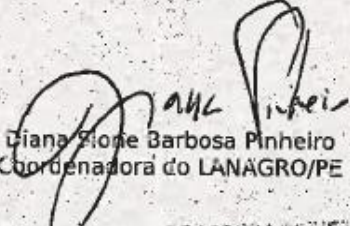
Ao Serviço de Apoio Administrativo
Sra. Salete Breta

Assunto: Levantamento Servidor - acúmulo de função e IRPF

De acordo com o Memorando nº. 045/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE, de 04/02/2013, solicitamos providenciar o levantamento acerca de acúmulo de funções por Servidores Públicos. Pois, conforme consta no memorando retromencionado, este levantamento deve ser realizado semestralmente nos meses de fevereiro e julho.

Oportunamente, solicitamos comprovação da entrega da Declaração de Imposto de Renda e/ou Autorização de todos os Servidores lotados neste LANAGRO.

Atenciosamente,


Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE

DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
Matrícula SIAPE nº. 10.422
Cart. Id. Fiscal, nº. 0974
Coordenadora do LANAGRO/PE

*Do JRA
Para enfama
e data em que
este levantamento
for elaborado
em 06/08/2013
Bret*

SALETE BRET AMARAL JÚNIOR OLIVEIRA
Chefe do Serviço de Apoio Administrativo
Suplente
MAPA - LANAGRO/PE

Rua Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos - Recife / PE. CEP: 52.171-030
Tel: (81) 3441.6477 - Fax: (81) 3441.6477 OUIDORIAS LANAGRO/PE - 08002816311

*Diufp
06.08.13*

CONTINUAÇÃO ANEXO V

Coordenador
Informando o
acompanhamento de
TR
C-04/08/2013
Bar
SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA
SIAPE 1112697
CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
SUBSTITUTO
MAPA - LANAGUAIPE

OL
07.1.13
m

SAD - RECEBIDO
Em 06/08/13
As 10:23 horas
Ass 

CONTINUAÇÃO ANEXO V

CONTROLE DE ENTREGA DE ACESSO OU SIGILOSO IMPOSTO RENDA EXERCÍCIO 2013

CONTROLE DE ENTREGA DE ACESSO OU SIGILOSO IMPOSTO RENDA EXERCÍCIO 2013								
SERVIDORES MAPA - LANAGRO/PE						DATA ENTREGA	ACESSO	SIGILOSO
Nº	NOME	IAPE	CPF	CARGO	SETOR			
1	Adriana Soares Leite	13467190	990.245.677-04	Fiscal Federal Agropecuário	Virologia	29.04.11	x	
2	Aerlem Cynara Silva Vieira	1632684	027.769.094-05	Fiscal Federal Agropecuário	Encefalopatias	14.05.13		x
3	Alexsandra Maria Gomes	1493221	666.189.914-04	Chefe de Setor	Finanças	16.05.11	x	
4	Ana Karina Cunha Calhido	1348178	513.277.753-87	Fiscal Federal Agropecuário	Encefalopatias	14.05.12	x	
5	Ana Maria Cordelro Costa Nóbrega	21047	334.987.174-72	Técnico de Laboratório	Sementes	16.05.12	x	
6	Andrea Padilha Alencar	1224771	009.050.247-70	Fiscal Federal Agropecuário	Bacteriologia	10.05.11	x	
7	Angela Lúcia Pereira Pessoa	1100642	180.391.544-72	Fiscal Federal Agropecuário	Divisão Técnica	14.05.13		x
8	Audinete Silva Souza	20124	361.385.844-49	Telefonista	Telefonia	12.04.12	x	
9	Bruno Parente Lima	1573376	026.942.904-26	Fiscal Federal Agropecuário	Físico-química	21.03.12	x	
10	Carmen Lucia Brederodes C. Maia	171166	128.676.594-34	Fiscal Federal Agropecuário	Virologia			x
11	Cid Aristoteles de Siqueira Alencar	23788	936.149.414-34	Fiscal Federal Agropecuário	Virologia	10.05.11	x	
12	Claudia de Farias Cordelro	23790	588.962.794-53	Fiscal Federal Agropecuário	Serviço de Apoio Administrativo	21.05.12	x	
13	Dailia Angélica Moliterno Duarte	21019	169.801.234-91	Fiscal Federal Agropecuário	Microbiologia Alimentar	09.04.13	x	
14	David Ferreira Lima	20587	376.869.254-04	Auxiliar Operacional Agropecuário	Sementes	31.03.12	x	
15	Deana Stone Barbosa Pinheiro	19422	033.798.162-53	Fiscal Federal Agropecuário	Coordenadora	23.04.12	x	
16	Edna Silvana de Oliveira	1348045	793.391.904-91	Fiscal Federal Agropecuário	Físico-química	27.03.11	x	
17	Ennio Joffe Aristides da Silva	13469320	775.575.224-00	Fiscal Federal Agropecuário	Físico-química	07.05.13		x
18	Eva Maria Frutuoso	21812	252.744.494-68	Agente Administrativo	Documental	29.04.11	x	
19	Evandro Vieira Ferreira	20078	127.425.204-06	Agente Administrativo	Manutenção	31.05.12	x	
20	Glivanete Oliveira Cavalcanti	20674	283.077.634-87	Técnico de Laboratório	Triagem	09.05.11	x	
21	Glauber Arruda Mariz	35095	103.741.324-53	Fiscal Federal Agropecuário	Bebidas	30.05.11	x	
22	Glaucia Mª de Figueired Almeida	19156	030.279.294-53	Pesquisadora Ciências Exatas	Sementes	15.05.12	x	
23	Hilda Barros de Freitas	35093	128.718.934-20	Fiscal Federal Agropecuário	Bebidas	30.05.11	x	
24	Joana Evangelina Cesar de Lima	1359041	407.043.514-04	Fiscal Federal Agropecuário	Qualidade	21.05.12	x	
25	José Alton Macaio da Silva	4128	121.201.973-34	Agente de Vigilância	Finanças	26.03.13		x
26	José Ferreira de Lima Filho	21129	376.834.464-91	Auxiliar Operacional Agropecuário	Fertilizantes e Corretivos	22.05.12	x	
27	José Salomão Nader	21062	069.686.354-53	Fiscal Federal Agropecuário	Biotério	27.03.12	x	
28	Jueline Teles Guedes	19169736		Chefe de Setor	Compras	28.05.12	x	
29	Jon Santos Fernandes Lima	1348115	021.649.474-52	Fiscal Federal Agropecuário	Fertilizantes e Corretivos	30.05.12	x	
30	Jwabel Hanna Vance Harrop	19221	169.433.094-04	Fiscal Federal Agropecuário	Bacteriologia	27.05.11	x	
31	Marcos Antônio de Santana	20321	265.740.204-68	Auxiliar de Serviços Diversos	Transporte	28.05.12	x	
32	Maria de Fatima Ventura Almeida	35088	084.746.484-91	Fiscal Federal Agropecuário	Divisão Técnica	20.05.11	x	
33	Maria Lúcia da Motta Vieira	21162	102.736.544-20	Fiscal Federal Agropecuário	Biossegurança	29.04.11	x	
34	Marinete Ferreira Morais	20690	213.819.364-20	Técnico de Laboratório	Fertilizantes e Corretivos	27.05.11	x	
35	Paulo José Elias Foerster	19512	070.411.014-87	Fiscal Federal Agropecuário	Controle e Avaliação	14.05.11	x	
36	Paulo Roberto de Barros S. David	2134191	659.099.764-00	Fiscal Federal Agropecuário	Físico-química	19.05.11	x	
37	Rafaelanda Castello Branco Perman	21227	099.035.424-53	Fiscal Federal Agropecuário	Qualidade	28.05.12	x	
38	Rosângela Maria de Mello Moura	20487	316.127.254-49	Datilografa	Almoxarifado	23.04.13		x
39	Salete Breta Ananias de Oliveira	1112698	739.416.978-20	Agente Administrativo	Serviço de Apoio Administrativo	21.05.12	x	
40	Sayonara Maria Paulino de Assis	1358596	399.715.544-53	Fiscal Federal Agropecuário	Sementes	10.05.12	x	
41	Sylvia Thereza Bené de O. Sabino	1098040	587.825.834-04	Fiscal Federal Agropecuário	Sementes	31.05.12	x	
42	Vânia Lúcia de Assis Santana	12274216	832.324.784-68	Fiscal Federal Agropecuário	Bacteriologia	04.04.12	x	
43	Vera Lúcia Rodrigues Chaves	20400	166.557.294-91	Agente Administrativo	Licitação	25.04.11	x	
44	Verônica Mª Sena de Albuquerque	6021636	172.044.534-68	Fiscal Federal Agropecuário	Físico-química	20.03.12	x	

ANEXO W

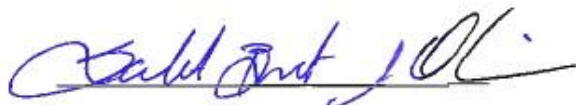
Declaração I - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Salete Breta Ananias de Oliveira, CPF nº739.416.978-20, Chefe do Setor de Apoio Administrativo, exercido no LANAGRO/PE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 18 de Março de 2014.



Salete Breta Ananias de Oliveira
CPF 739.416.978-20
Chefe do Setor de Apoio Administrativo
LANAGRO/PE

ANEXO X

Email – resposta ao Memo 074/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE

Diana Sione Barbosa Pinheiro

De: Ivan Jose Berardinelli <ivan.berardinelli@agricultura.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 4 de março de 2013 09:57
Para: diana.pinheiro@agricultura.gov.br
Cc: eduardo.carrusca@agricultura.gov.br; 'José Manoel Gomes'; Ernesto do Nascimento Viegas
Assunto: ENC: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE
Anexos: SKMBT_28313030113410.pdf; CONTRATO 22101 02 2013 LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS LTDA.pdf
Categorias: IMPORTANTE; relatório de gestão

Prezada Senhora, Bom Dia!

Tendo em vista a indagação constante no arquivo apenso, Temos a informar que o MAPA no mês de janeiro de 2013 assinou contrato com a Empresa Link Data, para suporte e manutenção do sistema ASI que contempla a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

Esclarecemos que esta CGSG já esta providenciando a atualização dos sistemas ASI.

Apenso contrato de Manutenção e Suporte para seu conhecimento.

Atenciosamente,

Ivan Berardinelli
Assessor CGSG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Secretaria-Executiva - SE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" Sobre-loja Sala 142
Brasília - DF
CEP: 70.043-900
(61) 3218-3039



Antes de imprimir pense nas consequências à Natureza.



Recicle, sempre utilize o verso para reimpressão ou rascunho!

De: Eduardo Carrusca de Oliveira [mailto:eduardo.carrusca@agricultura.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 1 de março de 2013 15:36
Para: ivan.berardinelli@agricultura.gov.br
Assunto: ENC: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE

Verificar o que se trata

Eduardo Carrusca de Oliveira
Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" Sobre-loja Sala 142
Brasília - DF
CEP: 70043-900

CONTINUAÇÃO ANEXO X

Cont. Email – resposta ao Memo 074/2013 – COORDENAÇÃO/LANAGRO-PE

Tel: (61) 3218-2039

De: Diana Sione Barbosa Pinheiro [mailto:diana.pinheiro@agricultura.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 1 de março de 2013 15:17

Para: eduardo.carrusca@agricultura.gov.br

Cc: emesto.viegas@agricultura.gov.br

Assunto: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE

Prezado Ser. Eduardo,

Segue anêxado a este o Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE para vosso conhecimento, solicitando ainda, posicionamento.

Atenciosamente,

--
Diana Sione Barbosa Pinheiro
Fiscal Federal Agropecuária
CTF nº 0974
Médica Veterinária
Coordenadora Geral - LANAGRO/PE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(81)3441.6311

ANEXO Y

Declaração II - DECLARAÇÃO DO CONTADOR


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900
BRÁSILIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.


Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA
Confere com o Original
Data: 12/02/14

CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO PROGRAMA/AÇÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SIPLAN

Page 1 of 3

Agricultura																																																																																																																																																																									
Home	Consultas	Cadastros	Usuários	Meus Dados	Meu Perfil	Sair																																																																																																																																																																			
DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO - ESTADUAL							quarta-feira, 12 de março de 2014																																																																																																																																																																		
Cronograma Físico e Financeiro Programa/Ação - Consulta																																																																																																																																																																									
ANO:	2012																																																																																																																																																																								
PROGRAMA:	(2028) Defesa Agropecuária																																																																																																																																																																								
AÇÃO:	2132 - 130016 - LANAGRO - Pernambuco/PE																																																																																																																																																																								
Programa:	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA																																																																																																																																																																								
Ação:	2132 - FUNCIONAMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL - NACIONAL - 22101																																																																																																																																																																								
UO:	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO																																																																																																																																																																								
Localizador:	0001	Tipo da Ação:		Atividade																																																																																																																																																																					
Produto:	ANÁLISE REALIZADA	Unidade de Medida:		UNIDADE																																																																																																																																																																					
Meta Cumulativa:	SIM	SACOD/UG/Status:		- 130016 - LANAGRO - PERNAMBUCO (AR)																																																																																																																																																																					
Fonte:																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">FÍSICO</th> <th colspan="4">FINANCEIRO</th> </tr> <tr> <th>Previsto Inicial</th> <th>Previsto Corrigido</th> <th>Realizado</th> <th>% Acum.**</th> <th>LOA</th> <th>Empenhado</th> <th>Realizado</th> <th>Valor Pago</th> <th>% Acum.**</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Janeiro</td> <td>74.756</td> <td>53.031</td> <td>54.555</td> <td>102,87</td> <td>582.280,10</td> <td>570.854,17</td> <td>14.241,38</td> <td>2.022,56</td> <td>2,49</td> </tr> <tr> <td>Fevereiro</td> <td>74.754</td> <td>53.032</td> <td>50.239</td> <td>98,80</td> <td>656.955,08</td> <td>113.758,68</td> <td>259.080,95</td> <td>231.026,40</td> <td>39,92</td> </tr> <tr> <td>Março</td> <td>74.754</td> <td>53.299</td> <td>46.961</td> <td>95,23</td> <td>43.539,23</td> <td>225.057,13</td> <td>333.627,09</td> <td>270.514,04</td> <td>66,72</td> </tr> <tr> <td>Abril</td> <td>74.754</td> <td>53.442</td> <td>52.315</td> <td>95,90</td> <td>31.642,04</td> <td>367.241,85</td> <td>314.911,82</td> <td>337.310,53</td> <td>72,19</td> </tr> <tr> <td>Maio</td> <td>74.754</td> <td>53.450</td> <td>61.538</td> <td>99,76</td> <td>4.957.089,22</td> <td>4.139.616,94</td> <td>468.504,36</td> <td>432.285,63</td> <td>25,67</td> </tr> <tr> <td>Junho</td> <td>74.754</td> <td>53.462</td> <td>54.447</td> <td>100,11</td> <td>139.129,49</td> <td>66.499,22</td> <td>481.781,45</td> <td>503.047,30</td> <td>34,14</td> </tr> <tr> <td>Julho</td> <td>74.754</td> <td>53.451</td> <td>66.892</td> <td>103,69</td> <td>28.134,59</td> <td>69.712,58</td> <td>431.145,06</td> <td>491.307,12</td> <td>41,48</td> </tr> <tr> <td>Agosto</td> <td>74.754</td> <td>53.567</td> <td>61.222</td> <td>105,02</td> <td>1.115.003,98</td> <td>571.921,77</td> <td>436.676,74</td> <td>414.983,13</td> <td>44,74</td> </tr> <tr> <td>Setembro</td> <td>74.754</td> <td>53.500</td> <td>61.404</td> <td>106,11</td> <td>64.643,65</td> <td>389.315,79</td> <td>476.331,88</td> <td>509.869,05</td> <td>49,38</td> </tr> <tr> <td>Outubro</td> <td>74.754</td> <td>53.573</td> <td>68.645</td> <td>108,32</td> <td>316.632,24</td> <td>555.556,31</td> <td>866.855,16</td> <td>554.714,20</td> <td>57,76</td> </tr> <tr> <td>Novembro</td> <td>74.754</td> <td>53.371</td> <td>65.299</td> <td>109,59</td> <td>15.611,91</td> <td>-205.341,00</td> <td>856.933,47</td> <td>864.919,27</td> <td>71,97</td> </tr> <tr> <td>Dezembro</td> <td>74.754</td> <td>53.462</td> <td>31.925</td> <td>105,43</td> <td>3.464,75</td> <td>24.128,43</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>71,72</td> </tr> <tr> <td>TOTAIS</td> <td>897.050</td> <td>640.640</td> <td>675.442</td> <td></td> <td>7.954.126,28</td> <td>6.888.321,87</td> <td>4.940.089,36</td> <td>4.611.999,23</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th>LOA</th> <th>LOA + Créditos</th> <th>% Execução*</th> <th>LOA***</th> <th>LOA + Créditos***</th> <th>% Execução*</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>897.050,00</td> <td>897.050,00</td> <td>75,30</td> <td>7.954.126,28</td> <td>7.954.126,28</td> <td>62,11</td> </tr> </tbody> </table> * Realizado / LOA + Crédito ** Realizado / Previsto Corrigido * Realizado / LOA + Crédito ** Realizado / Empenhado *** Dotação Descentralizada											FÍSICO				FINANCEIRO				Previsto Inicial	Previsto Corrigido	Realizado	% Acum.**	LOA	Empenhado	Realizado	Valor Pago	% Acum.**	Janeiro	74.756	53.031	54.555	102,87	582.280,10	570.854,17	14.241,38	2.022,56	2,49	Fevereiro	74.754	53.032	50.239	98,80	656.955,08	113.758,68	259.080,95	231.026,40	39,92	Março	74.754	53.299	46.961	95,23	43.539,23	225.057,13	333.627,09	270.514,04	66,72	Abril	74.754	53.442	52.315	95,90	31.642,04	367.241,85	314.911,82	337.310,53	72,19	Maio	74.754	53.450	61.538	99,76	4.957.089,22	4.139.616,94	468.504,36	432.285,63	25,67	Junho	74.754	53.462	54.447	100,11	139.129,49	66.499,22	481.781,45	503.047,30	34,14	Julho	74.754	53.451	66.892	103,69	28.134,59	69.712,58	431.145,06	491.307,12	41,48	Agosto	74.754	53.567	61.222	105,02	1.115.003,98	571.921,77	436.676,74	414.983,13	44,74	Setembro	74.754	53.500	61.404	106,11	64.643,65	389.315,79	476.331,88	509.869,05	49,38	Outubro	74.754	53.573	68.645	108,32	316.632,24	555.556,31	866.855,16	554.714,20	57,76	Novembro	74.754	53.371	65.299	109,59	15.611,91	-205.341,00	856.933,47	864.919,27	71,97	Dezembro	74.754	53.462	31.925	105,43	3.464,75	24.128,43	0,00	0,00	71,72	TOTAIS	897.050	640.640	675.442		7.954.126,28	6.888.321,87	4.940.089,36	4.611.999,23		LOA	LOA + Créditos	% Execução*	LOA***	LOA + Créditos***	% Execução*	897.050,00	897.050,00	75,30	7.954.126,28	7.954.126,28	62,11
	FÍSICO				FINANCEIRO																																																																																																																																																																				
	Previsto Inicial	Previsto Corrigido	Realizado	% Acum.**	LOA	Empenhado	Realizado	Valor Pago	% Acum.**																																																																																																																																																																
Janeiro	74.756	53.031	54.555	102,87	582.280,10	570.854,17	14.241,38	2.022,56	2,49																																																																																																																																																																
Fevereiro	74.754	53.032	50.239	98,80	656.955,08	113.758,68	259.080,95	231.026,40	39,92																																																																																																																																																																
Março	74.754	53.299	46.961	95,23	43.539,23	225.057,13	333.627,09	270.514,04	66,72																																																																																																																																																																
Abril	74.754	53.442	52.315	95,90	31.642,04	367.241,85	314.911,82	337.310,53	72,19																																																																																																																																																																
Maio	74.754	53.450	61.538	99,76	4.957.089,22	4.139.616,94	468.504,36	432.285,63	25,67																																																																																																																																																																
Junho	74.754	53.462	54.447	100,11	139.129,49	66.499,22	481.781,45	503.047,30	34,14																																																																																																																																																																
Julho	74.754	53.451	66.892	103,69	28.134,59	69.712,58	431.145,06	491.307,12	41,48																																																																																																																																																																
Agosto	74.754	53.567	61.222	105,02	1.115.003,98	571.921,77	436.676,74	414.983,13	44,74																																																																																																																																																																
Setembro	74.754	53.500	61.404	106,11	64.643,65	389.315,79	476.331,88	509.869,05	49,38																																																																																																																																																																
Outubro	74.754	53.573	68.645	108,32	316.632,24	555.556,31	866.855,16	554.714,20	57,76																																																																																																																																																																
Novembro	74.754	53.371	65.299	109,59	15.611,91	-205.341,00	856.933,47	864.919,27	71,97																																																																																																																																																																
Dezembro	74.754	53.462	31.925	105,43	3.464,75	24.128,43	0,00	0,00	71,72																																																																																																																																																																
TOTAIS	897.050	640.640	675.442		7.954.126,28	6.888.321,87	4.940.089,36	4.611.999,23																																																																																																																																																																	
LOA	LOA + Créditos	% Execução*	LOA***	LOA + Créditos***	% Execução*																																																																																																																																																																				
897.050,00	897.050,00	75,30	7.954.126,28	7.954.126,28	62,11																																																																																																																																																																				
Comentários																																																																																																																																																																									
Mês: 12																																																																																																																																																																									
Físicos:																																																																																																																																																																									
Mês de Dezembro 2012 - Áreas Técnicas Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica-NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro: 882 - Credenciado NA & Total: 882 / FQ de Alimentos para Animais: Lanagro: 0 - Credenciado 0 & Total: 0 / Controle de Produtos de Uso Veterinário: Lanagro 24 - Credenciado 0- Total: 24/ Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA- Diagnóstico Animal: Lanagro 1.901 & Credenciado: 10.852 & Total: 12.753/ Diagnóstico Fitossanitário: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro: 1.013 - Credenciado 0 & Total: 1.013/ Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado: 17.253 & Total: 17.253 /Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro 0- Credenciado NA- Total: 0. TOTAL: 31.925 (Lanagro: 3.820 e Credenciado: 28.105). Neste mês foram iniciados os preparativos para a execução da obra dos setores Bacteriologia e Virologia o que contribui de sobremaneira para as atividades técnicas dos referidos setores. O setor neste mês que se sobressai é Microbiologia de alimentos, seguido do setor de Físico Químico de Alimentos.																																																																																																																																																																									
Financeiros:																																																																																																																																																																									
Última alteração efetuada em 14/01/2013 11:39:56 por DIANA STONE BARBOSA PINHEIRO																																																																																																																																																																									

CONTINUAÇÃO ANEXO Z

Cont. CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO PROGRAMA/AÇÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SIPLAN

Page 2 of

Mês: 11

Físicos:

Mês de Novembro 2012 - Áreas Técnicas Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica-NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro: 884 - Credenciado NA Total: 884 / FQ de Alimentos para Animais: Lanagro: 75 - Credenciado 0 Total: 75 / Controle de Produtos de Uso Veterinário: Lanagro 24 - Credenciado 0- Total: 24/ Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA- Diagnóstico Animal: Lanagro 2.612 e Credenciado: 25.618 e Total: 28.230/ Diagnóstico Fitossanitário: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro: 3.004 - Credenciado 0 e Total: 3.004/ Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado: 33.082 e Total: 33.082 /Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro 0- Credenciado NA- Total: 0. TOTAL: 65.299 (Lanagro: 6.599 e Credenciado: 58.700). Observa-se neste mês que os laboratórios de Microbiologia de Alimentos e Diagnóstico Animal atingiram o percentual de 46% e 40%, respectivamente. O Laboratório de Resíduos, continua sem receber amostras em virtude de estarem validando métodos considerados indispensáveis para a retomada das atividades analíticas.

Financeiros:

Com relação aos valores registrados na coluna de EMPENHADO: Temos a informar que o valor de R\$ 765.107,61 foi para empenhar as despesas correspondente às compras ou contratações de serviços(material de consumo, serviços, equipamentos etc.), visando suprir as necessidades deste Laboratório, e que emitimos empenho de anulação no valor de total de R\$ 970.448,61, visando remanejar esses créditos para outras naturezas de despesas. Verificamos que o Siasi Gerencial contabiliza os valores acima da seguinte forma: - 970.448,61 + 765.107,61 sendo o resultado da soma= - 205.341,00. Por este motivo, o valor demonstrado(- 205.341,00) na referida coluna não demonstra o valor real(R\$ 765.107,61) empenhado. Das despesas empenhadas nesse mês, destacamos o valor de R\$ 557.678,44 referente a serviços de obras e engenharia para reforma e ampliação do setor de Bacteriologia do Lanagro/FE.

Última alteração efetuada em 09/01/2013 17:59:57 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 12

Físicos:

Financeiros:

Última alteração efetuada em 09/01/2013 17:54:54 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 09

Físicos:

Mês de SETEMBRO 2012 - Áreas Técnicas Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica-NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro 1.085 - Credenciado NA -Total 1.085 / FQ de Alimentos para Animais: Lanagro 35 - Credenciado 0- Total 35 / Controle de Produtos de Uso Veterinário: Lanagro 0- Credenciado 0- Total: 0 /Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/Diagnóstico Animal: Lanagro: 6.356 e Credenciado: 30.343 e Total: 36.699 / Diagnóstico Fitossanitário:Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro: 1.670 - Credenciado 0- Total: 1.670 /Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado: 21.899 e Total: 21.899 /Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro: 16 - Credenciado NA- Total: 16. TOTAL : 61.404 (Lanagro: 9.162 e Credenciado: 52.242). Com relação ao quantitativo do Lanagro, podemos observar que atingimos 99% do programado que apresentou um valor de 9192.

Financeiros:

-Comparando os valores do realizado este se apresenta superior em torno de 22% devido a estes valores terem sido acumulados de empenhos de períodos anteriores. O pago em relação ao realizado apresenta valores muito próximos o que não nos levam a fazer comentários significantes.

Última alteração efetuada em 30/11/2012 10:26:54 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 10

Físicos:

Mês de OUTUBRO 2012 - Áreas Técnicas Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica-NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro: 1.245 - Credenciado NA e Total: 1.245 / FQ de Alimentos para Animais: Lanagro: 92 - Credenciado 0 e Total: 92 /Controle de Produtos de Uso Veterinário: Lanagro 0- Credenciado 0- Total: 0/ Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA- Diagnóstico Animal: Lanagro 11.384 e Credenciado: 31.923 e Total: 43.307 / Diagnóstico Fitossanitário: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro: 2.186 - Credenciado 0 e Total: 2.186/ Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado: 21.699 e Total: 21.699 /Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro 116- Credenciado NA- Total: 116. TOTAL: 68.645 (Lanagro: 15.023 e Credenciado: 53.622). O laboratório de Virologia atendeu a 64% do total de ensaios realizados, isto se deve a Sorologia em atendimento ao levantamento sorológico realizado, com o objetivo de alguns estados atingirem o status de livre em febre aftosa com vacinação. As atividades desenvolvidas pelos laboratórios de encefalopatias e microbiologia de alimentos são responsáveis por 30% das atividades desenvolvidas e, as demais áreas atingiram um desenvolvimento diluído no percentual restante de 6%.

Financeiros:

-Comparando o realizado com o pago atingimos um percentual de 64% o que se deve a um acompanhamento mais direcionado para evitar pendências para o outro exercício. O empenhado em relação ao realizado também apresenta um percentual elevado de 57%, o que vem refletir que os empenhos refere-se a períodos anteriores.

Última alteração efetuada em 30/11/2012 10:14:51 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 08

CONTINUAÇÃO ANEXO Z

Cont. CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO PROGRAMA/AÇÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SIPLAN

Page 3 of

Físicos:

Mês de AGOSTO 2012 - Áreas Técnicas Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica-NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro 986 - Credenciado NA -Total 986 / FQ de Alimentos para Animais: Lanagro 0 - Credenciado 0- Total 0 /Controle de Produtos de Uso Veterinário: Lanagro 0- Credenciado 0- Total: 0/ Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/Diagnóstico Animal: Lanagro 12.769 - Credenciado 27.551 - Total 40.320 / Diagnóstico Fitossanitário: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro 0 - Credenciado 0- Total 0 /Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado 19.916 - Total 19.916 /Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro 0- Credenciado NA- Total 0. TOTAL : 61.222 (Lanagro 13.755 e Credenciado 47.467). Neste período com a continuação da sorologia, observou-se um incremento de 22% na consolidação dos dados do Lanagro e dos credenciados.

Financeiros:

Mês de AGOSTO 2012 -Os valores pagos este mês referem-se em sua maioria aos contratos onde 50% referem-se a pagamento de luz, firma de limpeza e contrato com terceirização. Dentre os valores empenhados destacam-se os referentes ao novo contrato de vigilância armada e aquisição de Insumos.

Última alteração efetuada em 19/09/2012 08:10:12 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 07

Físicos:

Mês de JULHO DE 2012 - Áreas Técnicas - Dados consolidado Lanagro e Credenciado: Agrotóxicos e Afins: Lanagro Não se Aplica- NA Credenciado 0 / FQ de Alimentos de Origem Animal e Água: Lanagro 1.303 - Credenciado NA -Total 1.303/ FQ de Alimentos para Animais: Lanagro 0 - Credenciado 0- Total 0/Controle de Produtos de Uso Veterinário :Lanagro 0 - Credenciado 0- Total 0/ Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados :Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/Diagnóstico Animal: Lanagro 5.457 - Credenciado -39.674- Total 2 45.131/ Diagnóstico Fitossanitário: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal: Lanagro NA- Credenciado NA- Total NA/ Microbiologia em Alimentos e Água: Lanagro 1.859 - Credenciado 0- Total 1.859/Qualidade do Leite: Lanagro NA- Credenciado -18.247- Total -18.247/Resíduos e Contaminantes em Alimentos: Lanagro 352 - Credenciado NA- Total 352. TOTAL: 66.892 (Lanagro 8.971 e Credenciado 57.921). Em relação ao mês em tela houve um aumento de 20% que se refere aos laboratórios credenciados de AIE e MORMO e a execução do Lanagro este mês apresentou um aumento considerável em decorrência do início da sorologia de Febre Aftosa onde os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará são integrantes da atividade mencionada.

Financeiros:

Mês de JULHO 2012 - Neste mês verifica-se um valor do empenhado que pode ser considerado baixo em virtude dos processos licitatórios apresentarem um prazo longo para ser concluído em suas diversas etapas devido ao baixo número de servidores do quadro, no entanto o liquidado deste mês apresenta um valor superior a R\$ 500.000,00 devido as despesas contratuais indispensáveis ao funcionamento do laboratório.

Última alteração efetuada em 19/09/2012 08:03:44 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 06

Físicos:

Mês de JANEIRO 2012 TOTAL: 54.555 (Lanagro 4.465 / Credenciado 50.090) // Mês de FEVEREIRO 2012 TOTAL : 51.750 (Lanagro 9.803 / Credenciado 41.947) // Mês de MARÇO 2012 TOTAL: 46.961 (Lanagro 5.515 / Credenciado 41.446) // Mês de ABRIL 2012 TOTAL: 52.145 (Lanagro 5311 / Credenciado 46.834) // Mês de MAIO 2012 TOTAL: 61.351 (Lanagro 6.344 / Credenciado 55.007) // Mês de JUNHO 2012 TOTAL : 54.247 (Lanagro 6.658 / Credenciado 47.589) // Os valores da Meta Prevista Corrigida foram definidos com base no valor da Meta Realizada 2011, acrescentando 22%. Por oportuno, se for o caso o valor da Meta Prevista, Corrigida poderá ser revista. Quanto aos números totais alcançados destoando dos demais meses podem ser atribuídos à prioridade que foi dada ao Laboratório de Resíduos para atender a validação de metodologias que é indispensável à qualidade analítica. o Laboratório de Bacteriologia, além das atividades cujo os números estão incluídos nos dados acima, desempenham um importante papel na capacitação de Médicos Veterinários para instituírem laboratórios que atendam aos programas de sanidade de equídeos, corroborando na formação de mão de obra especializada e criando empregos. Neste semestre foram realizadas 03 Provas de Habilitação e 01 Treinamento.

Financeiros:

Primeiro trimestre: No mês de janeiro devido ao contingenciamento efetuado pelo órgão pertinente o recurso liberado. Quase que sua totalidade foi para despesas contratuais, e um percentual mínimo para despesas variáveis onde se deduz que as faturas contratuais são liquidadas no mês subsequente, o que vem refletir que no mês de fevereiro aumentou o liquidado e o percentual superou os 100% tendo um percentual de 127%. Situação similar ocorreu no mês de março. Segundo trimestre o que merece destaque é a liberação de todas as despesas referentes a contratos dos meses de abril dezembro. Por outro lado também chama atenção o valor liquidado em junho que em valores percentuais é 628% neste mês de junho o que pode se atribuir ao grande valor liquidado acumulado no semestre. No mês de julho iniciando o semestre podemos observar o liquidado expressivo em relação ao empenhado, o que pode ser observado nos meses anteriores.

Última alteração efetuada em 17/08/2012 15:03:08 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO

Mês: 07

Físicos:

Financeiros:

Última alteração efetuada em 17/08/2012 14:23:34 por DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO